



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 117

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 12 de julho de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia (Substituído no decorrer da sessão pelo Vice-Presidente da ALRAA, Deputado João Vasco Costa)*

Secretários: *Deputados Lubélio Mendonça e Marco Costa (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Carlos Freitas)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Feita a chamada dos/as Srs./Sras. Deputados/as, passou-se ao Tratamento de Assuntos Políticos, onde estiveram presentes vários Votos de diversa índole, pela seguinte ordem:

[Voto de Congratulação a Júlia Leal](#), apresentado pela Deputada Guilhermina Silva (PSD), tendo-se seguido no uso da palavra sobre o mesmo os Deputados Berto Messias (PS) e Pedro Pinto (CDS-PP). O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Congratulação ao atleta Gonçalo Rodrigues](#) apresentado pela Deputada Sandra Dias Faria (PS) e tendo usado da palavra o Deputado Jaime Vieira (PSD), foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Voto de congratulação a Gonçalo Rodrigues, tendo o mesmo sido apresentado pelo Deputado José Pacheco (CH). O Voto em referência foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Congratulação aos artesãos açorianos distinguidos na Feira Internacional de Artesanato de Lisboa](#), o qual foi apresentado pelo Deputado Paulo Silveira (PSD), ao qual se seguiram no uso da palavra a Deputada Andreia Cardoso (PS) e o Deputado Paulo Estevão (PPM). O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Congratulação pelo 50.º aniversário do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense](#), tendo sido o Deputado Pedro Pinto

(CDS-PP) o responsável pela sua apresentação e tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

[Voto de Congratulação à atleta Natacha Candé](#), cuja apresentação coube ao Deputado Joaquim Machado (PSD). Usou da palavra o Deputado Vílson Ponte Gomes (PS) e o mesmo recebeu a unanimidade da câmara.

[Voto de Congratulação pelos 50 anos do Agrupamento 394 do Aeroporto do Corpo Nacional de Escutas.](#)

Apresentado o Voto pela Deputada Joana Pombo Tavares (PS), e depois de ter usado da palavra a Deputada Elisa Sousa (PSD), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Congratulação a Augusto Fraga](#), cuja apresentação coube à Deputada Sabrina Furtado (PSD), tendo também proferido intervenção sobre o assunto o Deputado Carlos Silva (PS). O referido Voto foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Congratulação pelo centenário do Sporting Clube da Horta](#), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. A sua apresentação coube ao Deputado José Pacheco (CH).

[Voto de Congratulação à Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praisense](#), apresentado pela Deputada Guilhermina Silva (PSD). Intervieram, ainda, sobre o mesmo os Deputados Berto Messias (PS) e Pedro Pinto (CDS-PP). O Voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

[Voto de Congratulação ao bandarilheiro João Pedro Silva](#), “O Açoriano”, aprovado por maioria. Intervieram sobre o seu teor os Deputados Pedro Pinto (CDS-PP), a quem coube a sua apresentação, bem como Luís Soares (PSD) e Berto Messias (PS).

Voto de Saudação pelo Dia Mundial dos Refugiados, apresentado pela Deputada Alexandra Manes (BE), aprovado por unanimidade, em que intervieram também os Deputados Francisco Coelho (PS), Paulo Estevão (PPM) e Pedro Pinto (CDS-PP).

[Voto de Pesar pelo falecimento de Raul Benevides](#), apresentado pela Deputada Sandra Dias Faria (PS), tendo usado da palavra o Deputado Joaquim Machado (PSD). O referido Voto foi aprovado por unanimidade.

Ainda neste período, teve lugar uma intervenção política por parte do [Deputado Pedro Neves \(PAN\)](#). Sobre a mesma, participaram no debate gerado os Deputados José Luís Parreira (IL), José Pacheco (CH), Paulo Estevão (PPM), Vasco Cordeiro (PS), António Lima (BE), João Bruto da Costa (PSD), Carlos Furtado (IND.), Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP), bem como o Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima).

Já na ordem do dia foi presente a [Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 34/XII – Regime de Políticas de Juventude para a RAA](#)”.

[Sobre ela intervieram, após a intervenção de tribuna da](#) Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro), a

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), bem como os Deputados Vílson Ponte Gomes (*PS*), Flávio Soares (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Vasco Cordeiro (*PS*) e João Bruto da Costa (*PSD*).

Sobre esta iniciativa tendo surgido um Recurso sobre o Despacho de não admissão parcial das propostas de alteração à Proposta de DLR n.º 34/XII para discussão em plenário, conforme dispõe a alínea c) do n.º1 do Artigo 121.º do Regimento da ALRA, foi o mesmo aprovado por maioria.

Assim sendo, intervieram, ainda, o/as Deputados/as Gustavo Alves (*PPM*), Alexandra Manes (*BE*), Célia Pereira (*PS*), Paulo Estevão (*PPM*), Carlos Furtado (*IND*), José Luís Parreira (*IL*) e também novamente a Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*) para esclarecimentos.

Submetida a Proposta em debate à votação, foi a mesma aprovada, em votação final global, por unanimidade

[Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XII – “Sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, que estabelece o Regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Sobre esta matéria, usaram da palavra, para além da Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*), que apresentou o diploma com uma intervenção de tribuna e, depois, no debate subsequente, os/as Deputados/das Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Gustavo Alves (*PPM*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Luís Parreira (*IL*) e Alexandra Manes (*BE*).

Por solicitação do PPM, através do Deputado Paulo Estêvão, foi concedido um intervalo de 30 minutos, atingindo-se, assim, a hora regimental, pelo que os trabalhos terminaram às 19 horas e 34 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vamos proceder à chamada. Sr. Secretário, faça o favor.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Srs./Sras. Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís.**

Andreia Martins Cardoso da **Cardoso.**

Berto José Branco **Messias.**

Carlos Emanuel Rego da Silva.
Célia Otelinda Borges Pereira.
Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral.
Maria Isabel Góis Teixeira.
Joana Pombo Sousa Tavares.
João Vasco Pereira da Costa.
José Manuel Gregório de Ávila.
José António Vieira da Silva Contente.
José Gabriel Freitas Eduardo.
Manuel José da Silva Ramos.
Mário José Dinis Tomé.
Marta Ávila Matos.
Patrícia Maria Melo Miranda.
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca.
Rui Filipe Vieira Anjos.
Sandra Micaela Costa Dias Faria.
Tiago Alexandre dos Santos Lopes.
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco.
Maria **Valdemira Gouveia** Andrade Carvalho.
Vasco Ilídio Alves Cordeiro.
Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes.

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte.
Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental.
António Vasco Vieira de Neto Viveiros.
Carlos Eduardo da Cunha Freitas.
Délia Maria Melo.
Elisa Lima Sousa.
Flávio da Silva Soares.
Jaime Luis Melo Vieira.
José **Joaquim** Ferreira **Machado.**
Luis Carlos Correia Garcia.
Luis Carlos Cota Soares.
Marco José Freitas da Costa.
Maria **Guilhermina** Moniz Ourique da **Silva.**
Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio.**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira.**
Paulo Duarte **Gomes.**
Ricardo Beato Gomes **Vieira.**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**.
Maria **Salomé** Dias de **Matos**.

Vitória Alexandra Correia **Pereira**.

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**.
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**.
Rui Miguel Oliveira **Martins**.

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**.
Alexandra Patrícia Soares **Manes**.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**.
Gustavo Valadão **Alves**.

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**.

Iniciativa Liberal (IL)

José Luis Pires **Parreira**.

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**.

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**.

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, conforme deliberado na Conferência de Líderes, também está reservado o período de tratamento de assuntos políticos.

Vamos iniciar com Votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro Voto de Congratulação a Júlia Leal é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Guilhermina Silva.

Deputada Guilhermina Silva (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação - Júlia Leal Campeã Nacional de Ténis de Mesa Sub21 (2023)

Júlia Vitorino Leal, jogadora de Ténis de Mesa do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal sagrou-se Campeã Nacional de Ténis de Mesa Sub21, título conseguido no Campeonato Nacional, disputado no Pavilhão Municipal dos Pousos, em Leiria

A atleta terceirense, de apenas 14 anos, ultrapassou na final

Beatriz Pinto, conquistando mais uma importante vitória para a sua bem sucedida carreira desportiva.

Realce-se que, esta época, Júlia Leal foi também Campeã Nacional de Sub15 e terceira classificada no Campeonato de Sub19.

Recorde-se que Júlia Leal já tinha sido convocada para representar Portugal no WTT Youth Star Contender de Tunis, que decorreu em fevereiro, na capital da Tunísia.

Em 2022 sagrou-se Vice-campeã Europeia de Sub13, em Podgorica, Montenegro. Isto já depois de ter estado no WTT Star Contender, na Eslovénia, e no WTT Youth Contender de Linz, na Áustria.

Júlia Vitorino Leal, jogadora de Ténis de Mesa do Juncal, foi eleita Desportista do Ano na 22^a edição da Gala do Desporto Açoriano, realizada este ano.

A jovem jogadora está igualmente convocada para representar Portugal no Campeonato da Europa de Jovens, que decorrerá de 14 a 23 de julho, na Polónia

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Júlia Leal, pelo título de Campeã Nacional de Ténis de Mesa Sub21.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à atleta, à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, à Direção Regional do Desporto, à Câmara

Municipal da Praia da Vitória e ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2023.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o Voto.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias e Sr. Secretário:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou um Voto de igual teor no último plenário, mas de qualquer forma, não pode neste período legislativo do mês de julho, deixar de voltar aqui a reiterar o mérito do trabalho que tem sido desenvolvido pela Júlia Leal. Nós estamos a falar duma jovem praiense que com 14 anos foi campeã nacional de sub-21 o que, na nossa perspetiva, é um grande feito. E estou certo de que vamos (várias vezes) voltar a falar na Júlia Leal que ela certamente continuará a fazer. Aliás, ainda hoje é público a performance que ela teve no Rio de Janeiro e em Lima, no âmbito do WTT Youth Contender de Ténis de Mesa.

Portanto, fica aqui reiterada uma saudação à Júlia Leal, naturalmente, pelo trabalho que ela tem desenvolvido, ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, à família da Júlia que tem feito um grande esforço no apoio à sua evolução. E, assim sendo, o Grupo Parlamentar do PS associa-se ao Voto aqui apresentado pela Sra. Deputada Guilhermina Silva.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se com muito orgulho a este Voto apresentado pela Sra. Deputada Guilhermina Silva, do PSD. É um reconhecimento merecido da atleta Júlia Leal, por todo o trabalho que tem vindo a desenvolver-se ao longo dos últimos anos. Significa que existe talento, mas também que com esforço e empenho, os resultados aparecem, portanto, está de parabéns a atleta e, obviamente, também a família que lhe dá todo o apoio essencial para este tipo de desempenho em alta competição, mas também, naturalmente, o clube que apostou nesta modalidade há alguns anos atrás e tem

vindo consistentemente a galgar caminho e a conquistar o seu lugar no panorama nacional e internacional.

Portanto, a equipa técnica e a direção do clube também estão de parabéns, porque isto não é um trabalho individual, isto é um trabalho de equipa, uma equipa multidisciplinar e, obviamente, com o talento que a Júlia Leal tem, seguramente vamos ouvir falar dela muitas mais vezes. E, portanto, é com muito orgulho que nos associamos a este Voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao atleta Gonçalo Rodrigues, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao atleta Gonçalo Rodrigues pelo título de Campeão Mundial de Jet Ski

O piloto arrifense de Jet Ski, Gonçalo Rodrigues, conquistou, no passado dia 18 de junho, o título de campeão mundial para a Região, na modalidade de Jet Ski, nas categorias de Ski GP2 e GP4, arrecadando a medalha de ouro no Grande Prémio de Itália.

O campeonato do mundo de Jet Ski teve lugar na ilha de Sardenha, decorrendo entre os dias 15 e 18 de junho. Na competição mundial, que contou com 135 atletas, oriundos de 24 países, o atleta natural dos Arrifes, colocou, uma vez mais, os Açores e Portugal na posição cimeira do pódio.

Gonçalo Rodrigues competiu em dois escalões, Ski GP2 e Ski GP4. Defendendo o título de campeão do mundo em 2022, Gonçalo Rodrigues lutou até à última manga e sagrou-se campeão do mundo em Ski GP2 pela segunda vez consecutiva. Competindo também em Ski GP4 pela primeira vez, o atleta ganhou todas as mangas da corrida e somou mais um título mundial no mesmo ano. Assim sendo, Gonçalo Rodrigues foi Campeão do Mundo em dois escalões no mesmo ano, Ski GP2 e Ski GP4.

O jovem piloto arrifense, iniciou a sua atividade em 2011, integrando a Escola de Jet Ski no Clube Naval de Ponta Delgada, altura em que participou em todas

as provas a nível Local e Regional. Mais tarde, passou a incorporar o Clube Náutico da Lagoa.

De destacar que Gonçalo Rodrigues já soma 4 títulos mundiais, 3 títulos de vice-campeão do mundo, 3 títulos de campeão da Europa, reunindo, ainda, o título de campeão nacional por 14 vezes e de campeão ibérico por 6 vezes. O percurso do jovem atleta arrifense tem promovido os Açores nos mais altos patamares da modalidade.

De realçar, ainda, que o atleta está apenas a um degrau do escalão máximo da modalidade a fórmula 1 do Jet Ski. Com apenas 23 anos de idade, o jovem estudante universitário, tem vindo a colecionar sucessos no Jet Ski a nível nacional e internacional.

Este voto de congratulação vem, uma vez mais, exaltar o atleta Gonçalo Rodrigues, pelos excelentes resultados desportivos alcançados, que se devem ao seu trabalho, persistência, empenho e dedicação contínuos e, também, ao incansável apoio da sua família. Os títulos alcançados, honram não só este atleta, como o seu Clube e o desporto em geral, prestigiando e dignificando o nome da freguesia dos Arrifes e, naturalmente, do concelho de Ponta Delgada e da Região Autónoma dos Açores.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o atleta Gonçalo Rodrigues pela conquista do título de Campeão Mundial de Jet Ski, sendo este feito motivo de orgulho para todos os amantes da modalidade e para todos os Açorianos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio, à Direção Regional do Desporto, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Ponta Delgada, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Lagoa, bem como ao Clube Náutico da Lagoa.

Horta, Sala de Sessões 12 de julho de 2023

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Excelentíssimo Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Este Voto apresentado pela Sra. Deputada Sandra Faria, evidencia claramente a qualidade dos atletas açorianos, mas acima de tudo, também demonstra que na Região cada vez mais o desporto está a ser trabalhado com excelência.

Gonçalo Rodrigues é um atleta que dignifica a sua freguesia - a freguesia dos Arrifes - dignifica a sua ilha e os Açores, mas acima de tudo leva, e é isso que é preciso reter, o nome de Portugal pelo mundo fora. E é esta qualidade que este atleta tem que deve ser ressaltada por todos nós.

Aos 23 anos, vencer uma data de provas, demonstra bem a qualidade e, principalmente, a excelência deste jovem desportista. Pela sua idade, antevê-se ainda mais um futuro brilhante, pelo que o PSD-Açores só pode associar-se este Voto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação. Sra. Deputada Sandra Dias Faria...?

Tem a palavra.

(*) **Deputada Sandra Dias Faria (PS):** Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Após a leitura do Voto e após a associação por parte do Sr. Deputado Jaime Vieira que fez, e bem, referência ao valor deste atleta e ao que estas conquistas representam não só para o desporto, mas para a Região, em geral, pela importância que estes projetos também têm na formação dos jovens e na formação do nome dos Açores, faço nota duma preocupação que me foi partilhada pelo próprio sobre a passagem, como foi dito no Voto, ao patamar cimeiro da modalidade, facto que está dependente do apoio financeiro que tendo sido prometido, até à data ainda não foi concretizado. Para o campeonato mundial agora decorrido que já contava com este apoio, o atleta teve que alugar uma moto de água para poder concorrer, dado que o apoio ainda está em falta.

Por isso, quero fazer nota de que se efetivamente há esse reconhecimento que se faça justiça.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação deste Voto.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Deputados Carlos Freitas e Joaquim Machado (PSD): O que é isto?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos a votar.

Sr. Secretário, pode anunciar a votação.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Um Voto de Congratulação também ao mesmo atleta, é apresentado pelo CHEGA.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para a sua apresentação.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais um bom dia a todos.

Voto de Congratulação ao atleta Gonçalo Rodrigues

Aos 23 anos, Gonçalo Rodrigues sagrou-se – em junho deste ano - campeão mundial de SKI GP2 e GP4 no Grande Prémio de Itália que decorreu na Sardenha.

Natural dos Arrifes é atleta do Clube Náutico de Lagoa, onde é comum vê-lo na pista de treinos montada ao largo da baía de Santa Cruz, principalmente durante os meses de Verão.

Gonçalo Rodrigues começou desde muito novo a interessar-se pelos desportos aquáticos. Primeiro por influência do pai – António Rodrigues – que esteve durante muitos anos ligado às motas de água e participou e venceu algumas competições nos Açores. Com cerca de seis anos, o pai comprou-lhe um jet ski e fez-se ao mar para as primeiras experiências. Gonçalo Rodrigues já confessou que as primeiras vezes em cima de um jet ski não foram as melhores experiências que teve e admitiu que pensou em desistir.

Mas, em 2010, com o aparecimento das escolinhas do desporto na vertente de jet ski fizeram despertar de novo o gosto e começou a treinar com mais afinco, apostando na modalidade a fundo.

Com muitas horas de treino, acabou por participar pela primeira vez no campeonato nacional de jet ski – em 2012 - e, logo na primeira prova, ficou em terceiro lugar.

A persistência e dedicação a este desporto levam-no a querer mais, depois de conquistar vários títulos regionais. E em 2014 começa a competir a nível europeu e mundial.

O empenho leva-o, em 2015, a concretizar um dos seus melhores feitos e sagrou-se vice-campeão do mundo, numa prova realizada nos Estados Unidos da América.

Tanto treinou e persistiu, que em 2019 sagrou-se campeão do mundo na modalidade de Jet Ski, na categoria GP3.

Quatro vezes campeão do mundo, três vezes campeão europeu, 14 vezes campeão nacional e assumindo o topo da modalidade a nível regional, Gonçalo

Rodrigues continua a treinar e a querer o melhor para a sua carreira, onde espera chegar ao escalão máximo da modalidade: Ski GP1.

Entre treinos e competições, estuda pilotagem de navios, na Escola Superior Náutica Infante D. Henrique.

Com persistência e determinação, Gonçalo Rodrigues leva o nome dos Açores ao mais alto patamar do jet ski.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao atleta Gonçalo Rodrigues pela conquista do primeiro prémio no campeonato mundial de SKI GP2 e GP4, do qual deve ser dado conhecimento ao próprio atleta, ao Clube Náutico de Lagoa, à Direção Regional da Juventude, à Direção Regional do Desporto, e à Câmara Municipal de Lagoa.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2023

O Deputado Regional

E agora , se me permitem uma nota pessoal, vi este miúdo - para mim é um miúdo – a treinar na Baía de Ponta Delgada. E é importante perceber que com muito trabalho, conseguimos lá chegar e ele conseguiu lá chegar. Que ele seja um exemplo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é aos artesãos açorianos distinguidos na Feira Internacional de Lisboa, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD):Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação
aos artesãos açorianos distinguidos na Feira Internacional de Artesanato
de Lisboa**

Adolfo Mendonça, vencedor do 1.º Prémio da “Melhor Peça de Artesanato Contemporâneo” e David Posch, com a Menção Honrosa no Prémio “Melhor Peça de Artesanato Tradicional”, destacaram o talento e a aposta do artesanato açoriano na 35.ª edição da Feira Internacional de Artesanato de Lisboa.

Esta é a maior feira de artesanato da Península Ibérica e a segunda maior da Europa, sendo uma oportunidade de excelência para apresentar e expor o que de melhor se faz no artesanato tradicional e contemporâneo, ao longo de 500 expositores, distribuídos por mais de 30 mil metros quadrados e onde estavam representados cerca de 31 países.

Promovida pela Fundação AIP, em colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a 35.º edição desta Feira Internacional de Artesanato aconteceu na Feira Internacional de Lisboa, entre 24 de junho e 2 de julho. Nesta edição, a Região Autónoma dos Açores esteve representada por cinco Unidades Produtivas Artesanais, que foram os laureados Adolfo Mendonça e David Posch, assim como Isabel Silva Melo, António Barreto e Sofia Afonso.

O artesanato dos Açores também esteve em destaque no Seminário “as Artes e Ofícios Portugueses: Instrumentos para a sua Valorização, Salvaguarda e Desenvolvimento”, onde foi possível demonstrar as boas práticas do Governo Regional dos Açores na valorização das artes e ofícios.

As obras distinguidas revelam a influência e o saber da arte artesã na interpretação do meio envolvente, porquanto Adolfo Mendonça, ceramista terceirense com atividade desde 2017, venceu o 1.º Prémio de Melhor Peça de Artesanato Contemporâneo com uma peça intitulada “Mundos”, que representa o nosso mar e expressa a sua missão de sensibilizar o público para a preservação e valorização da natureza. Por sua vez, David Posch, que mereceu Menção Honrosa no Prémio de Artesanato Tradicional, residente no Corvo, criou, em 2021, a marca “Aparas de Madeira”, tendo-se especializado nas típicas fechaduras corvinas de madeira de cedro, sendo já um produto certificado pela marca coletiva “Artesanato dos Açores”.

Distinções como estas, são testemunho da qualidade técnica e artística do artesanato açoriano e dos artesãos que lhe dão vida.

São motivos de orgulho e de estímulo para continuar a valorizar e reconhecer o saber artesão na nossa Região.

São a prova da aposta que o XIII Governo Regional dos Açores tem trilhado nesta área, nomeadamente através de projetos como o Centro Tecnológico de Apoio ao Artesanato que visa exatamente apoiar a investigação, formação e

desenvolvimento de ideias e projetos de empreendedorismo no setor do artesanato.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores reunida em sessão plenária do mês de julho, a aprovação dum Voto de Congratulação aos artesãos açorianos distinguidos na 35ª Feira Internacional de Artesanato de Lisboa.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento aos laureados Adolfo Mendonça e David Posch, aos Conselhos de Ilha da Terceira do Corvo e à Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2023.

Os Deputados Regionais

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota de que naturalmente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, associa-se ao Voto aqui apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Silveira.

A importância do artesanato na promoção dos Açores e das artes em geral, tem sido ao longo dos anos merecedora de uma valorização e dinamização, em termos gerais, na promoção de feiras e de outros eventos e que culmina na participação e em prémios como este que foi possível estes artistas vencerem muito recentemente.

Vão-me permitir que destaque de entre todos o Adolfo Mendonça, que é um jovem artista ceramista terceirense, que desde muito cedo foi influenciado pelo seu avô, Mário Pereira da Silva, fotógrafo amador e colecionador.

Este jovem terceirense estudou design de equipamentos na Faculdade de Belas Artes de Lisboa, regressou à Terceira e em fevereiro de 2017, estabeleceu-se montando o seu atelier onde até hoje desenvolve a sua atividade. Ele define-se como alguém que acredita seriamente na sustentabilidade ambiental e procura, através das suas peças e da sua arte, sensibilizar para a preservação e valorização da natureza utilizando materiais recicláveis.

Há uma frase que ele tem no seu site que, no fundo, identifica as suas fontes de inspiração, a qual diz: “o verde envolvente e o som do mar são elementos tão importantes para o desenvolvimento de novas ideias. Ajudam-me a dar-lhes

vida”. E quem teve, e tem, a oportunidade de observar, de estar ou mesmo de visitar o atelier do Adolfo Mendonça, percebe a importância que estes elementos têm na sua criação. De facto, são fontes importantes de inspiração para aquilo ele produz.

É um jovem artista terceirense merecedor de todo este reconhecimento e que com certeza está ainda a dar os primeiros passos naquilo que é a projeção do nome, da Terceira e dos Açores.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais descrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para associar-me a este Voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

De facto, nós temos nos Açores um artesanato de excelência. As mostras nacionais e internacionais em que os mesmos participam revelam isso mesmo.

Nesse sentido, estes prémios obtidos no âmbito da Feira Internacional de Artesanato de Lisboa, são um bom exemplo disso mesmo.

Permitam-me referenciar aqui o caso específico do David Posch que é um estrangeiro que se radicou no Corvo há alguns anos e que tem desenvolvido a tradição corvina relacionada com as fechaduras de madeira de cedro, que são tradicionais e que é um produto que ele tem vindo a proteger e a desenvolver na linha daquilo que durante muitos anos foi a preservação desta herança que o Sr. José Mendonça de Inês, ao longo de tantos anos, preservou. E, por isso também, esta referência muito positiva ao artesanato açoriano, com essa especialidade em relação a este reconhecimento que é feito às fechaduras de madeira no âmbito do trabalho realizado pelo David Posch.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP pelo 50º aniversário do Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a sua apresentação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação
pelo quinquagésimo aniversário do Grupo de Forcados Amadores
da Tertúlia Tauromáquica Terceirense**

A 24 de junho de 1973 foi fundado o grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, tendo celebrado 50 anos de atividade no passado Dia de São João, da melhor maneira possível, numa tourada na Monumental de Angra do Heroísmo, com 6 touros da ganadaria Veiga Teixeira.

O grupo de forcados nasceu no seio da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, fundada a 22 janeiro 1966.

O seu primeiro-cabo foi João Hermínio Ferreira que liderou o grupo durante 16 anos em atuações nas diversas praças açorianas e em deslocações aos Estados Unidos da América.

Nas festividades Sanjoaninas de 1989, João Hermínio Ferreira entrega o comando do grupo e cede a jaqueta de Cabo do Grupo a António Baldaya. Sob seu comando, nos 12 anos seguintes, o grupo atua nas praças açorianas e desloca-se aos Estados Unidos da América, ao Canadá e a Portugal Continental, atuando com os melhores grupos de forcados nacionais e alcançando prestações de mérito assinalável, onde se destaca a atuação do grupo na Monumental Praça do Campo Pequeno, a 27 de maio de 1999.

A 27 de junho de 2001, no Concurso de Ganadarias da Feira de São João das festividades Sanjoaninas desse ano, Adalberto Belerique pega o primeiro toiro da corrida e recebe das mãos de António Baldaya a jaqueta de Cabo do Grupo.

Nos 17 anos que se seguirão sob seu comando, o Grupo terá presença assídua nas principais arenas do país, sempre integrando cartéis de nomeada. Destacando-se em 2003, a apresentação numa das praças mais emblemáticas para a forcadagem, Montemor, tendo também atuado em Vila Nova de São Bento. No mesmo ano, atuou na primeira corrida da Casa do Pessoal da RTP, nos Açores, com transmissão em direto no canal RTP1. Esse ano de comemoração do 30º aniversário encerra-se com 6 toiros na feira taurina das Sanjoaninas.

Em 2004, participa na Corrida Real em Salvaterra de Magos.

Em 2005, atua em solitário na 2ª Corrida da Casa do Pessoal da RTP, com transmissão em direto no Canal RTP1.

Em 2006, apresenta-se em Coruche e nas encostas do Douro, em São João da Pesqueira.

Em 2007, volta ao Campo Pequeno, atuando neste e nos dois anos seguintes, sempre em corridas televisionadas pelo canal TVI. Ainda em 2007, apresenta-se também na praça de Moura.

O ano de 2008, na ilha Terceira, encerra-se com 6 toiros de diversas ganadarias regionais e nacionais, na comemoração do seu 35º aniversário, onde atuaram

para além dos elementos atuais, os antigos, ficando bem patente as diversas gerações que constituem esta instituição.

Para além dos vários prémios alcançados ao longo do seu historial, em 2009, vence o Concurso de Cernelhas em Évora, disputado entre todos os Grupos de Forcados do país. Em virtude disso, apresenta-se na Praça de Évora no ano seguinte.

Em 2011, regressa ao Campo Pequeno, na Corrida do jornal Correio da Manhã, para pegar em solitário os toiros Rego Botelho, na apresentação desta ganadaria açoriana naquela Praça. No mesmo ano, apresenta-se na Feira de maio da Moita do Ribatejo.

Em 2012, após terminar a época açoriana, o Grupo desloca-se ao continente para participar em espetáculos em Albufeira e Garvão.

Nos últimos anos realiza alguns treinos em ganadarias nacionais e tem sido presença assídua em Sevilha, na ganadaria Partido de Resina, ex-Pablo Romero, a convite do ganadeiro, onde efetua um treino e uma jornada de promoção dos Açores e da sua Cultura Taurina.

A época de 2013 será revestida de especial simbologia, por se tratar do 40º aniversário da fundação do Grupo. Um extenso plano de atividades e atuações foi elaborado para comemorar a data, do qual se destacam a atuação no Campo Pequeno a 6 de junho e a Corrida Comemorativa, onde se fardaram atuais e antigos elementos, para pegarem 6 toiros, a 24 de junho, na feira taurina das Sanjoaninas, na ilha Terceira.

O atual Cabo João Pedro Ávila assumiu a chefia do Grupo nas Sanjoaninas de 2018, na corrida realizada a 24 de junho de 2018, após despedida das arenas do anterior Cabo Adalberto Belerique, após 17 anos no comando do Grupo.

Para além dos marcos atrás referidos, este Grupo, ao longo da sua existência, tem sido um bastião de defesa e promoção da Festa Brava. Tem integrado todos os carteis na Ilha Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Santa Maria e São Miguel, bem como diversas corridas nos EUA e Canadá, onde se fixaram comunidades emigrantes.

Da história do Grupo fazem ainda parte diversas organizações de Festivais Taurinos e Corridas de Toiros, bem como colóquios e eventos de promoção da Festa Brava.

Esta Instituição tem ainda um Grupo Juvenil que funciona como escola com o objetivo de incutir nos jovens valores essenciais: a amizade, lealdade, humildade, atitude, coragem e valor.

Na celebração do seu quinquagésimo aniversário, no passado dia 24 de junho, o Grupo de Forcados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense foi agraciado pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo com a Medalha de Mérito Municipal Cultural por “50 anos de defesa da tauromaquia”.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária mês de julho de 2023, a aprovação de um voto de congratulação pelos 50 anos do grupo de forçados Amadores da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Do presente volto deverá ser dado conhecimento ao cabo do grupo de focados, ao Senhor João Pedro Ávila, à Direção da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, à Associação Portuguesa de Municípios com Atividade Taurina e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Os Deputados Regionais

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o Voto.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado, foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 18 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 votos contra do BE e 1 do PAN.

O próximo Voto de Congratulação é pelos títulos nacionais de atletismo de Natasha Candé.

É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

**Voto de Congratulação
Pelos títulos nacionais de atletismo de
Natasha Candé**

A atleta Natasha Candé, do Clube Desportivo e Cultural Juventude Ilha Verde (JIV), continua a destacar-se no atletismo jovem do nosso país, arrecadando sucessivos triunfos em competições organizadas pela Federação Portuguesa de Atletismo.

A mais recente proeza da atleta do clube de Ponta Delgada é a obtenção de dois títulos nacionais, nos campeonatos de Sub-18, mais precisamente nos concursos de salto em altura e lançamento do peso, realizados em Almada no passado mês de junho.

Já no início desse mesmo mês Natacha Candé sagrara-se campeã nacional de Provas Combinadas, em Beja, tendo na altura atingido os mínimos de qualificação para o Festival Olímpico de Verão da Juventude Europeia, cuja 17ª edição tem lugar em Maribor, Eslovénia, de 23 e 29 do corrente mês.

A brilhante época desportiva da atleta do JIV regista igualmente os títulos nacionais do lançamento de peso, em pista coberta, do Triatlo Técnico Jovem, das competições Atleta Completo e Olímpico Jovem.

Nesta temporada, Natacha Candé sagrou-se também campeã de Portugal de Sub-18, no Heptatlo, onde totalizou 4.609 pontos, mais 397 pontos do que a segunda classificada, o que evidencia bem a supremacia e qualidade das marcas obtidas nesta competição.

Ainda na presente época desportiva, esta jovem açoriana integrou a Seleção Nacional de Sub-16, que competiu no Torneio Ibérico de pista coberta.

Nascida em 2007, a atleta do Clube Desportivo e Cultural Juventude Ilha Verde é uma das mais promissoras revelações do atletismo português, projetando bem longe o nome dos Açores e, seguramente, incentivando outros jovens à prática do atletismo e, de uma maneira geral, da atividade desportiva.

Nesta caminhada vitoriosa é, naturalmente, justo salientar o trabalho do treinador José Neves, responsável pela preparação da atleta.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe um voto de congratulação pelos sucessivos títulos de campeã nacional da atleta do clube Juventude Ilha Verde, Natacha Candé.

Que deste voto seja dado conhecimento à atleta, ao seu treinador, aos órgãos sociais do Clube Desportivo e Cultural Juventude Ilha Verde, à Associação de Atletismo de S. Miguel e à Federação Portuguesa de Atletismo.

Horta, sala das sessões, 12 de julho de 2023.

Os Deputados Regionais

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Gomes (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra para, em nome do Partido Socialista, saudar a jovem atleta Natacha Candé pelo seu percurso e pela sua caminhada grandiosa e vitoriosa, ao longo da sua atividade desportiva, o que é um bom indício para todos aqueles

jovens que também praticam, pois incentiva também esses mesmos jovens à prática desportiva.

Esta é uma jovem atleta nascida em Ponta Delgada, que constitui um bom prenúncio daquilo que é o desporto açoriano. E nós não poderíamos deixar de saudar esta jovem atleta, como também não poderíamos deixar de saudar o seu treinador e todos aqueles que estão igualmente envolvidos nesta caminhada vitoriosa.

Portanto, deixamos aqui a nossa associação a este Voto de Congratulação, saudando mais uma vez, todos aqueles que contribuíram e contribuem para a prática e pelo sucesso do desporto açoriano.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é pelos 50 anos do Agrupamento 394 do Corpo Nacional de Escutas.

É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 50 anos do Agrupamento 394 Aeroporto – Corpo Nacional de Escutas

O Agrupamento 394 Aeroporto, Núcleo de Santa Maria, do Corpo Nacional de Escutas, na ilha de Santa Maria, celebra os seus 50 anos de atividade.

O escutismo é um movimento mundial que foi fundado em 1907, em Inglaterra, por Baden-Powell que, após o seu percurso militar, e numa primeira atividade de um acampamento com vinte rapazes, transmitiu os seus conhecimentos técnicos de primeiros socorros, observação, técnica de segurança para a vida na cidade e na floresta. Com o entusiasmo resultante desta atividade, Baden-Powell organiza e funda o Movimento Escutista.

Em Portugal, o Escutismo deu os seus primeiros passos ainda no território de Macau em 1911, sendo que, em 1913 foi fundado, já em território continental português, a Associação dos Escoteiros de Portugal, e o Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português – foi fundado a 27 de maio de 1923, na cidade de Braga, pelo arcebispo Manuel Vieira de Matos e Avelino Gonçalves. O Movimento Escutista celebra este ano o seu centenário.

O Corpo Nacional de Escutas é a maior associação de jovens em Portugal com cerca de 67 mil membros, em mais de 1.000 agrupamentos locais no território continental, Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, além de Genebra, Zurique e Macau.

O movimento escutista surge na ilha de Santa Maria, em 1973, através do Agrupamento 394 Aeroporto, fundado pelo Chefe João Pimentel e Chefe Dalberto Pombo, tendo como assistente o Padre Constância.

Como todos os agrupamentos, o Agrupamento 394 Aeroporto é dividido em quatro secções, tendo em conta a faixa etária dos jovens de que delas fazem parte, contando atualmente com 34 Lobitos (dos 6 aos 10 anos), 32 Exploradores (dos 10 aos 14 anos), 21 Pioneiros (dos 14 aos 18 anos) e 9 Caminheiros (dos 18 aos 22 anos), e todos eles orientados por 18 Dirigentes.

Tendo por base os mesmos ensinamentos de Baden-Powell, os escuteiros caçam tesouros, exploram novos caminhos, sendo pioneiros em muitas das suas ações diárias, caminhando em direção à sua formação pessoal e de grupo, para serem cidadãos ativos e participativos.

Os Dirigentes, nos tempos que correm, possuem uma tarefa cada vez mais difícil, pois têm de conseguir fazer com que vida escutista e toda a sua atividade seja mais atrativa do que as novas tecnologias, mesmo que para isso tenham de as tornar um recurso a atividades práticas de campo. Mas estes são autênticos mágicos, conseguindo incutir todos as Leis e Princípios escutistas, despertando-os para o mundo que os rodeia e que para sempre os acompanhará.

O Agrupamento 394 Aeroporto participa, para além das atividades regulares semanais, em encontros anuais que existem de diferentes secções, a nível regional e mesmo nacional, permitindo uma partilha de conhecimento dos seus escutas.

Organizou em 2015 na ilha de Santa Maria, o VI ACARAL – Mogli na ilha dos Fósseis – levando à ilha e à Praia Formosa cerca de 600 lobitos e 120 chefes, à descoberta dos fósseis marinhos, na ilha mais antiga dos Açores, atividade que é ainda hoje uma atividade de referência no contexto regional.

Em 2017 e ao participar num ACANAC, acampamento nacional, a Patrulha Morcego [Exploradores] venceu um dos quatro sub-campos, num universo de 200 patrulhas e 20.000 escuteiros de todo o país, sendo uma experiência única, demonstrando a preparação e empenho dos escuteiros e seus dirigentes do Agrupamento 394 Aeroporto.

A música está sempre presente em todo o percurso escutista, seja transmitindo lemas, para celebrar ou até mesmo para a Despedida, sendo que o Agrupamento 394 Aeroporto, em 2005, e a partir de uma atividade musical com baldes, desenvolveu um projeto, os Bey Já'Tum, que com instrumentos de percussão animam não só as atividades escutistas, mas também muitas festividades e

eventos que ocorrem na ilha de Santa Maria, tendo já participado inclusive na Feira Quinhentista, em São Miguel.

O Agrupamento 394 Aeroporto é um exemplo de associativo na ilha, e cima de tudo um exemplo na formação de jovens que desde cedo despertam sonhos e trilham novos rumos e que os levam para sempre na sua vida.

A todos os Dirigentes do Agrupamento 394 Aeroporto que, desde a sua fundação, orientam a caminhada dos seus escutas, e a todos os Escuteiros que mantêm viva a imagem de Baden-Powell, deixando o *Mundo sempre um pouco Melhor*– Bravo! Bravíssimo!

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de julho, a aprovação do Voto de Congratulação pelos 50 anos do Agrupamento 394 Aeroporto do Corpo Nacional de Escutas.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento, ao Agrupamento 394 Aeroporto, do Corpo Nacional de Escutas, à Junta Nacional do Corpo Nacional de Escutas, à Junta Regional dos Açores do Corpo Nacional de Escutas, à Assembleia Municipal de Vila do Porto, à Câmara Municipal de Vila do Porto e à Junta de Freguesia de Vila do Porto.

Horta, sala das sessões, 12 de julho de 2023

Os Deputados Regionais

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Está apresentado o Voto.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Elisa Sousa faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se com muito gosto ao Voto de Congratulação pelos 50 anos do Agrupamento 394 do Aeroporto, pela importância que este movimento tem tido ao longo de todos estes anos na formação dos jovens marienses, permitindo-lhes desenvolver habilidades e também valores e competências essenciais para a vida em sociedade e também porque lhes proporciona momentos únicos. E, portanto, obrigada a todos os dirigentes e a todos os escuteiros do Agrupamento 394 do Aeroporto.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD a Augusto Fraga.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A Augusto Fraga pela sua carreira como realizador, guionista e publicitário em Portugal e no Estrangeiro

Augusto Fraga, nasceu e cresceu em Vila Franca do Campo, a 7 de outubro de 1978.

É um reconhecido realizador e guionista português e está entre os mais conceituados realizadores e publicitários da Europa.

Filho de Maria Antónia Fraga Esteves, cantora e musicóloga de folclore Açoreano e de Valdemar Esteves, investigador universitário, estudou na Escola Primária da Ribeira Seca, em Vila Franca do Campo. antes de passar pela Escola Preparatória de Vila Franca do Campo, hoje, EBS Armando Côrtes-Rodrigues. Ingressou mais tarde para o ensino secundário, o Liceu Antero de Quental, em Ponta Delgada.

Licenciado em Comunicação Social pela Universidade do Minho, alargou os seus estudos de cinema na Universitat Autònoma de Barcelona e mais tarde em Nova Iorque, na New York Film Academy.

Augusto Fraga é membro da Directors Guild of America (DGA), a maior associação de realizadores dos Estados Unidos. Vivendo entre Lisboa e Barcelona, possui vasta e comprovada experiência na realização de spots publicitários em todo o mundo, sendo colaborador habitual de grandes marcas como a Apple, Porsche, Vodafone, Mercedes, Adidas ou a Coca-Cola Internacional.

Augusto Fraga é vencedor de vários prémios nos festivais da especialidade.

Nesse sentido, a sua paixão pelo guião tem sido uma ferramenta fundamental na sua carreira, tanto publicitária, como em ficção. O seu último videoclipe em 2020, foi considerado o melhor do Ano em Portugal nos Play-Prémios da Música Portuguesa.

O seu primeiro guião de ficção «Rabo de Peixe», foi premiado pela Netflix entre vários milhares de candidatos, no concurso de guiões.

Augusto Fraga foi o criador e realizador desta série, que se estreou em mais de 190 países a 26 de maio que rapidamente atingiu o número um do top da Netflix em Portugal, escalando para o top mundial de séries mais vista na plataforma e que já está a caminho de uma segunda temporada.

É um Vilafranquense que nos orgulha e um açoriano de sucesso com o seu trabalho na Europa e no Mundo.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2023, a aprovação de um voto de congratulação a Augusto Fraga pelo sucesso da sua carreira alcançado em Portugal e no Estrangeiro, enquanto realizador, guionista e publicitário.

Deste voto deve ser dado conhecimento a Augusto Fraga e à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo.

Obrigada.

Horta, sala das sessões, 12 de julho de 2023.

Os Deputados Regionais

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com gosto ao presente Voto de Congratulação a Augusto Fraga, pela sua carreira como realizador, como guionista, publicitário em Portugal e no estrangeiro. E deve ser realçado e deve ser reconhecido que a sua carreira tem prestigiado também os Açores, o que é algo que é feito neste Voto e nós associamo-nos com gosto.

Este é também um bom exemplo de como apoiar a cultura e faz todo o sentido. O cinema e também cultura, é uma das formas mais utilizadas pelos portugueses como apoio à cultura. E, portanto, ao contrário de outros, nós reconhecemos a importância que a cultura tem para a nossa atividade económica, social e cultural.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Deixe-se disso, Sr. Deputado! Isso é uma provocação!

O Orador: E este é um bom exemplo.

Gostaria também de realçar...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é que foi uma volta de 160 graus!

O Orador: ... espero não ter causado algum incómodo.

Estava a realçar o trabalho que Augusto Fraga tem feito em Portugal e no estrangeiro...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não parece!

O Orador: ... quer no ramo publicitário, quer no ramo da ficção, onde neste último caso, ficou recentemente reconhecido pelo trabalho que desenvolveu como produtor e realizador da atividade Netflix.

Aproveitamos, também, para realçar a participação de muitos açorianos na produção e realização da série nos Açores e isso também deve ser relevado.

Deputada Alexandra Manes (BE): E os que pedem?

O Orador: Terminamos a nossa intervenção dizendo que este Voto faz todo o sentido e foi uma boa iniciativa. E, por isso, associamo-nos ao mesmo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito má intervenção!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é pelo centenário do Sporting Clube da Horta.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelo centenário do Sporting Club da Horta

O Sporting Club da Horta foi fundado no dia 28 de maio de 1923, data em que a comissão instaladora deu início ao seu trabalho, liderada por Manuel Azevedo Castro Neves. É a Filial nº 80 do Sporting Clube de Portugal, embora tenha optado por não envergar o verde, por ser a cor escolhida pelo Fayal Sport Club. Começou como um clube de futebol, porque na altura já era o “desporto rei” e muitos eram os que enchiam os escalões das reservas, primeiras, segundas e terceiras categorias de outros clubes. Facto que levou a que na época de 1930/1931, chegasse a vencer o primeiro campeonato distrital que foi disputado nos Açores. Na época 2009/2010 militava no Campeonato Distrital da

Associação de Futebol da Horta, tendo anteriormente participado na Série Açores, da 3ª Divisão nacional.

Para iniciar as práticas desportivas logo conseguiu, com apoio de sócios e fundadores, espaços próprios. Nomeadamente o campo de jogos na Rua Eduardo Bulcão, que foi inaugurado em 1925, e o campo de futebol nas Pedreiras da Doca, inaugurado em 1931.

Além do futebol, muitas outras modalidades chegaram a envergar o emblema da Rua Eduardo Bulcão, como o remo, tiro aos pratos, ténis de campo, atletismo, hóquei em patins, basquetebol, ciclismo, ginástica, voleibol e andebol.

E tem sido no andebol que o Sporting Club da Horta se distinguiu – e continua a distinguir – a nível nacional e internacionalmente. Primeiro, pela contínua presença na mais alta divisão da modalidade a nível nacional, mas também por ter chegado à final da Taça Challenge (a segunda competição de andebol europeia mais importante) em 2006, tendo perdido por 34-27 contra os romenos do Steaua de Bucarest.

Este ano militou na 2.ª divisão nacional, e pela segunda vez em 20 anos, o emblema da Horta alcançou o 3.º lugar, fazendo com que no próximo ano desportivo integre a nova competição da Federação de Andebol de Portugal – Divisão de Honra.

Mas nem só de desporto vive o Sporting Club da Horta e a dinâmica cultural que a sede da agremiação da Rua Eduardo Bulcão dava a toda a ilha do Faial, ainda é recordada por muitas gerações, que se deslocavam à sede do Sporting para ir a uma matiné de cinema ou para assistir a peças de teatro, sendo a sede também local escolhido para festas.

Apesar de algumas dificuldades, o Sporting Club da Horta tem resistido e mantém-se no ativo, levando o nome do Faial além-fronteiras. São 100 anos a levar o nome de uma cidade ao peito, com trabalho e dedicação, para que o Sporting Club da Horta não seja só um clube, mas seja sinónimo de luta e mérito desportivo.

Assim, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo centenário do Sporting Club da Horta, do qual deve ser dado conhecimento à Direção do Clube, à Câmara Municipal da Horta, e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2023

O Deputado Regional

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estando apresentado o Voto, pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é à Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praiense. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Para tal, tem a palavra a Sra. Deputada Guilhermina Silva.

Deputada Guilhermina Silva (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação **Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praiense - Campeões** **Nacionais 2023 na disciplina de Point-Fighting**

A ADREP - Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praiense, esteve nos dias 1 e 2 de julho, no Centro de Congressos e Desportos de Matosinhos, a participar nos Campeonatos Nacionais de Kickboxing.

No norte do país, a equipa da Ilha Terceira foi Campeã Nacional 2023 na disciplina de Point-Fighting, desiderato que alcançou pelo segundo ano consecutivo.

Foram Campeões Nacionais os atletas Gonçalo Cardoso Ferreira, de 8 anos, natural da freguesia das Fontinhas, na categoria de -33kg, e já duas vezes campeão regional naquela disciplina.

E Samuel Meneses, com 10 anos, da freguesia de Santa Cruz, da Praia da Vitória, que conseguiu a vitória na categoria de -47kg, e que anteriormente fora campeão regional na Disciplina de Point-Fighting.

Saliente-se que a equipa da ADREP era composta por 13 atletas, nos vários escalões, com 2 cadetes, 6 iniciados, 2 juvenis, 2 juniores e 1 sénior, tendo arrecadado 11 medalhas, sendo que 8 deles se estreavam em competições nacionais.

Aos sucessos daquele clube terceirense tem estado sempre ligado o responsável técnico, e seu treinador, Rui Duarte Vieira Ferreira, que assina uma longa carreira na modalidade, incluindo a ida a Campeonatos Mundiais, ao serviço da Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai, como selecionador nacional adjunto.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2023, a aprovação de

um Voto de Congratulação aos atletas Gonçalo Ferreira e Samuel Meneses pelos títulos de Campeões Nacionais de Kickboxing.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento aos atletas, à ADREP - Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praisense, à Direção Regional do Desporto e à Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2023.

Os Deputados Regionais

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se este Voto de Congratulação à Associação Desportiva e Recreativa Escolar Praisense, uma instituição de desporto escolar com sede na Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória e que é mais conhecida no panorama de ilha e regional pelo seu trabalho no voleibol, mas a verdade é que tem também o departamento de *kickboxing* que através do trabalho do seu treinador Rui Ferreira, tem tido um conjunto de resultados muito relevantes nos escalões de formação desta modalidade.

Portanto, fica aqui em nome do Grupo Parlamentar do PS, o reconhecimento do trabalho ali desenvolvido, globalmente, na área do desporto escolar e no fomento da prática desportiva dos escalões de formação na Escola Francisco Ornelas da Câmara e, neste caso em concreto, ao trabalho que é desenvolvido pelo Rui Ferreira há vários anos e que tem conseguido estes resultados como é agora o caso do Campeonato Nacional de Point Fighting. E, portanto, fica aqui o reconhecimento público da nossa parte ao trabalho deste clube, como é carinhosamente conhecido, como a ADREP.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se com muito gosto a este Voto de Congratulação, não só aos atletas Gonçalo Ferreira e ao treinador Rui Duarte Ferreira pelos prémios alcançados e pelas conquistas nesta disciplina do *point fighting*. É, obviamente, o resultado do trabalho de um

clube que há muitos anos tem vindo a singrar no panorama desportivo regional, nomeadamente no voleibol, como aqui já foi referido. Tive o grato prazer de ser atleta de voleibol deste clube e é com muito gosto que verificamos que o mesmo tem vindo a diversificar a sua oferta formativa, porque é disto que tratamos, é da formação de jovens para a vida adulta e, obviamente, com o desporto que melhor maneira há de formar jovens que não seja a partir do desporto?

Estes resultados significa que há talento nos jovens, há talento nas equipas técnicas, e, portanto, obviamente, é com muito gosto que nos associamos a este Voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com este Voto de Congratulação, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é ao bandarilheiro João Pedro Pacheco Silva, “o açoriano”.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação Ao Bandarilheiro João Pedro Pacheco Silva - o “Açoriano”

João Pedro Pacheco da Silva é conhecido no mundo taurino como "O Açoriano", nome artístico pelo qual o próprio orgulhosamente gosta de ser tratado.

Oriundo de uma família de bandarilheiros, nasceu a 10 de outubro de 1986, sendo natural da freguesia da Terra-Chã, no concelho de Angra do Heroísmo.

João Pedro Silva nasceu com virtudes toureiras que cedo começou a evidenciar, logicamente como qualquer menino da sua idade, brincando com as reses bravas. Foi seu avô paterno, aficionado de alma, quem o levou pela primeira vez ao campo, às touradas à corda e a vacadas.

Tinha 12 anos quando pela primeira vez se colocou diante de uma bezerra, numa festa de campo, e em junho de 2003, com 15 anos de idade, apresentou-se em praça, num espetáculo para crianças integrado nas Sanjoaninas.

Aos 18 anos partiu para o continente com um grande sonho, ser o maior toureiro açoriano de sempre, conquistando o que jamais algum par seu havia

conquistado. Ser um estandarte, por todo o globo taurino, do orgulho de ter nascido nas Ilhas de Bruma e honrar todo o povo açoriano.

Cumprindo os seus deveres académicos, formou-se em Engenharia da Produção Animal, na Escola Agrária de Santarém, e exerce a sua atividade no ramo da pecuária, sempre a par e próximo de toda a atividade taurina que se vai desenvolvendo durante a temporada taurina.

Presença assídua na Feira Taurina das Festas Sanjoaninas, já atuou em várias praças de norte a sul do continente português, em Espanha, França e América do Norte.

João Pedro Silva tirou a prova de praticante a 9 de abril de 2005 na Azambuja num cartel com toiros de David Ribeiro Telles e Varela Crujo, em que toureavam António Telles, António de Almeida, Tomaz Campuzano, Eugénio de Mora, Eduardo Oliveira e Paulo Sérgio.

A 28 de junho de 2008, na feira taurina das Sanjoaninas, tomou a sua alternativa de bandarilheiro das mãos de seu tio Rogério Silva, o primeiro bandarilheiro de alternativa dos Açores, num concurso de ganadarias onde se lidavam toiros de Santa Maria, Rego Botelho e Casa Agrícola José Albino Fernandes, num mano-a-mano entre os mestres João Salgueiro e El Cid.

Toureiro açoriano premiado como o melhor bandarilheiro português pela Tertúlia Festa Brava em 2016 e 2022. Recebeu também em Sotillo de la Adrada, às portas de Madrid, o galardão de melhor bandarilheiro com o capote em 2021 e com as bandarilhas em 2022.

Culminou a temporada de 2022 com praticamente 50 espetáculos toureados e com um ponto alto na sua carreira, em particular, e na história taurina insular ao ser o primeiro toureiro dos Açores a tourear em Las Ventas, em Madrid, a mais importante, a maior e a mais difícil praça de toiros do mundo, pisando esta praça por duas ocasiões, em 21 de julho com uma novilhada de Aurelio Hernando, com Javier Montalvo e a 18 de setembro com Luis Gerpe numa corrida concurso de ganadarias.

Após um ano de grandes conquistas e reconhecimento internacional, na celebração dos seus 15 anos de alternativa na feira taurina das Sanjoaninas de 2023, o “Açoriano” voltou a pisar a arena da Praça de Touros da Ilha Terceira que, nas suas palavras, é a que mais emoção e respeito impõe e onde o seu talento é mais reconhecido, sendo o marco do ano, saindo dele lançado para o resto da temporada que desejamos que seja pleno de emoção e sucesso.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2023, a aprovação de um voto de congratulação ao bandarilheiro João Pedro

Silva pelo reconhecimento internacional que a execução da sua arte taurina granjeou.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao próprio, à Associação Portuguesa de Municípios com Atividade Taurina e à Direção da Tertúlia Tauromáquica Terceirense.

Os Deputados Regionais

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem, Sr. Deputado!

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este Voto de Congratulação aqui a apresentado pelo CDS, agradecendo ao João Pedro Silva a vontade, a entrega e a coragem de se dedicar à arte da tauromaquia e ostentar orgulhosamente o nome artístico de o “Açoriano”, levando a afición açoriana pelo mundo. Claro que não é a afición do Bloco de Esquerda ou do PAN, mas há mais aficionados aqui nesta Casa.

Neste tempo em que a tauromaquia é constantemente atacada e escrutinada por quem não a entende da forma como ela é ou entende de forma diferente daquilo que ela é, o João Pedro é realmente um resiliente, alguém que não se deixa abater e que eleva ao mais alto nível com a sua afición e dedicação a nobre arte de tourear.

Recordo o dia 28 de junho de 2008, o dia em que o João Pedro tomava a sua alternativa e que eu fazia 39 anos.

Obrigada, João Pedro.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com gosto a este Voto aqui apresentado pelo Sr. Deputado Pedro Pinto do CDS-PP, pelo percurso que

tem sido desenvolvido ao longo dos últimos anos pelo bandarilheiro João Pedro Silva.

Nos últimos anos fez parte da quadrilha de uma das figuras do toureio do Rui Salvador que infelizmente este ano suspendeu a sua época tauromáquica, mas tem estado sempre em importantes quadrilhas, quer de matadores quer também de cavaleiros tauromáquicos, sendo uma presença assídua nas principais praças de toiros do país enquanto bandarilheiro.

Quem conhece o João Pedro e acompanha o seu percurso, sabe também o seu grande orgulho na sua terra, nos Açores, na sua açorianidade que está permanentemente a evocar pelos sítios por onde passa, pelas terras por onde passa e pelas praças e arenas que pisa.

Eu no dia 28 de junho de 200 não fiz anos, mas tive o gosto de estar na trincheira fardado, no dia em que o João Pedro tirou alternativa.

Tive também oportunidade, não enquanto bandarilheiro é certo, porque não teria capacidades para isso, de participar também nesse momento e nesse espetáculo. E, portanto, além do gosto institucional, é com gosto pessoal que vejo todo o percurso e a afirmação do João Pedro no panorama tauromáquico nacional e até internacional.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PS associa-se com gosto a este Voto.

Muito obrigado.

Deputados Pedro Pinto (CDS-PP) e Luís Soares (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do IL e 2 votos contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Temos agora um Voto de Saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda pelo Dia Mundial dos Refugiados.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação pelo Dia Mundial dos Refugiados

Por proclamação da Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 20 de junho assinala-se o Dia Mundial dos Refugiados.

Todos os anos, milhões de pessoas abandonam o seu país, deixando tudo para trás, em busca de segurança, melhores condições de vida e esperança num futuro melhor, em paz e com oportunidades para prosperar.

Um refugiado foge à guerra ou a perseguições e discriminações com base nas suas convicções políticas, religião, nacionalidade ou raça.

Incompreensivelmente, o número de refugiados no mundo continua a crescer.

De acordo com a diretora nacional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o número de pessoas forçadas a fugir registou “o maior aumento de sempre, desde o final de 2022 em relação ao final de 2021, um aumento de 19 milhões de pessoas”, ultrapassando atualmente os 110 milhões pessoas refugiadas em todo o mundo.

O relatório anual “Tendências Globais”, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, refere que a invasão da Rússia à Ucrânia causou uma das maiores crises de deslocamento desde a Segunda Guerra Mundial na Europa.

A juntar a isso, continuamos a assistir, a um ritmo absolutamente inacreditável, a situações de naufrágios que dizimam centenas de vidas de quem tenta desesperadamente, por via marítima, sem quaisquer condições de segurança, cruzar o mar Mediterrâneo para chegar à Europa.

Não podemos esquecer a nossa história. Portugal, e os Açores, em diferentes épocas e por diversos motivos, viram partir milhares de famílias para outros países, um pouco por todo o mundo, à procura de uma vida melhor. Temos a obrigação de estar solidários com quem, hoje, foge da guerra, da fome, da miséria, da discriminação, da perseguição, e sonha com uma realidade diferente, sonha com uma vida com dignidade.

Assinalar o Dia Mundial dos Refugiados é fundamental para que este drama por que passam milhões de seres humanos um pouco por todo o mundo nunca seja esquecido, e para que se trabalhe para encontrar as respostas políticas adequadas para combater este flagelo: soluções objetivas para o acolhimento digno e solidário dos refugiados nos países recetores, assim como soluções estruturais e globais para resolver os conflitos e os problemas que provocam estes fluxos migratórios.

Ninguém abandona a terra em que nasceu, arrisca a vida no mar em embarcações precárias, deixando para trás família e amigos, de ânimo leve. Fogem da guerra, da fome, da violência e do caos climático na esperança de encontrar uma vida segura na Europa.

Nenhum ser humano é ilegal.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação pelo Dia Mundial dos Refugiados, instituído pelas Nações Unidas.

Do presente voto propõe-se dar conhecimento à Associação dos Imigrantes nos Açores (AIPA) e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados em Portugal.

Horta, 12 de julho de 2023.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o Voto.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se, naturalmente e na íntegra, a este Voto de Saudação e a esta sinalização deste dia, não apenas pela efeméride, mas porque efetivamente pensar, agir e resolver o problema ou os problemas que estão na base desta realidade que permanece e que recrudesce, é efetivamente um imperativo de todos.

Temos visto que independentemente das etnias, dos continentes e das razões que levam ao incremento e à manutenção deste fenómeno, ele tem necessariamente que ser resolvido e interpela-nos, a nós europeus, de uma forma muito particular, não só porque, como aqui é bem lembrado, a guerra recente e que persiste outra vez na Europa, causou, naturalmente, um número imenso de refugiados, mas também porque a Europa, a Europa das liberdades, a Europa das revoluções, a Europa das fraternidades, a Europa da abundância, tem também uma palavra a dizer, tem uma política a prosseguir que necessariamente não pode ser num mundo globalizado, a política da Europa fortaleza, a política que transforma, entre outros, o nosso mediterrâneo num cemitério.

Os problemas globais têm que ser resolvidos globalmente, pondo fim de uma forma perene às (várias) condições estruturais que estão na base destes fenómenos. E para além da solidariedade e do acolhimento humanitário dos refugiados, é também para isso que devemos olhar numa perspetiva de futuro e numa perspetiva estrutural. E isso deve ser feito por nós como europeus, deve ser feito por todos os homens de boa vontade e temos orgulho - e é justo assinalá-lo - que o português António Guterres, enquanto Secretário-Geral da

ONU, bem tem chamado a atenção, de uma forma muito firme, para este fenómeno e para a resolução deste fenómeno.

Portanto, assinalar, pensar, solidarizar, mas sobretudo agir, é dever de todos, é dever de nós europeus, para que este problema seja cada vez mais minimizado, no sentido de desaparecer, em nome da dignidade dos homens - de todos os homens e mulheres.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estevão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar do pouco tempo que o Grupo Parlamentar do PPM dispõe, eu considero que este é um tema da maior importância e quero associar-me o Grupo Parlamentar do PPM a este Voto de Saudação.

De facto, a questão dos refugiados é grave.

No âmbito da União Europeia, as respostas que têm sido encontradas muitas vezes não são as mais eficazes. Falta muito humanismo nas políticas desenvolvidas pela União Europeia. Há muita hipocrisia nesta matéria.

Portanto, o que eu quero aqui reafirmar é a enorme preocupação do Grupo Parlamentar do PPM em relação a estas questões e quero subscrever na íntegra aquela que é também a visão do Bloco de Esquerda nesta matéria.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a esta temática apresentada pelo Bloco de Esquerda. É uma temática pertinente. Infelizmente, temos vindo a ser assolados, desde já há uns anos a esta parte, na União Europeia por esta problemática dos refugiados, sobretudo, oriundos da zona do Norte de África.

Queria, no entanto, deixar aqui salientado que não há só apenas esse tipo de refugiados que é obviamente o que nos atinge mais concretamente aqui na União Europeia, mas quero também fazer uma referência aos refugiados climáticos que também já começa a haver.

Portanto, a problemática tem que ser abordada de uma maneira multifatorial e, sobretudo, na eliminação das causas que levam estes cidadãos, estes seres humanos, a abandonar a sua terra natal e a procurarem refúgio noutras paragens.

Enquanto não se atacar as verdadeiras causas que levam as pessoas a cair nesta condição de refugiados, este problema nunca será resolvido. E, portanto, isto convoca-nos a todos a repensar as políticas, as políticas da União Europeia, não só enquanto União, mas os diversos países e a gestão dos interesses particulares que cada país da União tem a nível global, porque se calhar, vamos encontrar aí muitas das causas para estes refugiados. E enquanto não se resolver essa causa, o problema existirá sempre. E, portanto, isto convoca-nos a termos uma melhor abordagem e melhores políticas, não só no acolhimento, mas também para evitar causar esta necessidade de alguém ter que fugir da sua terra.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos votar este Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos Votos de Pesar.

Temos presente um Voto de Pesar pelo falecimento de Raul Benevides. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar pelo falecimento de Raúl Benevides

No passado dia 4 de julho faleceu Raúl Benevides, dois dias após completar 92 anos. Raúl Benevides, natural dos Arrifes, continuará a ser um dos maiores nomes da comunidade açoriana na diáspora. Filantropo, com mais de meio século de rádio, foi fundador de diversas iniciativas socioculturais na comunidade lusa da Nova Inglaterra e detentor de várias distinções na comunidade açoriana na diáspora, assim como nos Açores.

Em 1966, numa altura de intenso e ativo fluxo migratório, Raúl Benevides emigrou para os Estados Unidos com a família. Após 57 anos naquela comunidade partiu, deixando um legado indelével e um enorme orgulho a todos quantos com ele privaram ou, simplesmente, acompanharam o seu percurso. O seu funeral tomou lugar ontem, dia 11 de julho, em Fall River.

Raúl Benevides, começou por trabalhar como operário na Base Naval de Newport, Rhode Island, posição que ocupou durante quatro anos, para nos dez

anos seguintes desempenhar o cargo de consultor de marketing na *Ford Motor Company*, com particular ligação à comunidade portuguesa.

No entanto, a sua paixão pela rádio rapidamente se fez sentir, em 1970 cria o programa de rádio “Açores-Madeira”, transmitido através da estação emissora WKFD, de North Kingstown, Rhode Island. Vinte anos depois, em 1990, o programa “Açores-Madeira” passa a ser transmitido através da WHTB, de Fall River, aos domingos, entre as 8h00 e as 15h00 e, posteriormente, o programa “Despertar”, com transmissão diária entre as 5h00 e as 10h00. Os programas “Açores-Madeira” e “Despertar” conquistaram uma grande audiência, sobretudo na área de Fall River, unindo aquela comunidade açoriana, mas também outras comunidades de emigrantes portugueses que ali encontravam as suas raízes, através da música portuguesa, de entrevistas, tópicos educacionais, humor e linha aberta.

Também na área da comunicação social, Raúl Benevides fundou o programa de televisão diário “*Portuguese American-Azores/Madeira*”, focando temas culturais, entrevistas e música.

Mas o percurso de Raúl Benevides não se ficou por aqui. Destacou-se, igualmente, no apoio à comunidade que tanto estimou. Foi um dos fundadores da *Prince Henry Society*, uma organização cultural e de apoio a estudantes de ascendência portuguesa com a atribuição de bolsas de estudo, bem como no apoio a iniciativas caritativas à comunidade portuguesa. Foi o seu primeiro vice-presidente em 1984.

O seu nome fica ainda ligado à fundação da *Portuguese Business Association*, tendo sido eleito presidente desta associação de empresários luso-americanos em 1983. Foi também um dos fundadores do Ateneu Luso-Americano, em Fall River, entretanto já extinto.

Ainda na sua faceta de um dos maiores filantropos da comunidade portuguesa da Nova Inglaterra, Raúl Benevides deixa o seu nome registado em numerosas campanhas de recolha de sangue para a Cruz Vermelha Americana. Em 1993 assumiu o cargo de organizador, produtor e coordenador da campanha para angariação de fundos destinada a manter as casas “*Rose Hawthorn Lothrop*”, que acolhem doentes em fase terminal.

Durante 13 anos organizou diversas campanhas para angariação de fundos destinados às casas do Gaiato em Portugal. Deixa, ainda, como legado, o seu envolvimento, desde 1981, na campanha de angariação de fundos em prol da Sociedade de Leucemia na Nova Inglaterra e, em 1980, o seu importante empenho na campanha de angariação de fundos para reconstrução do “Asilo das Meninas da Terceira”, destruído pelo sismo que assolou a ilha Terceira em 1980. Envolveu-se em muitas outras iniciativas de caridade e de apoio aos mais vulneráveis.

Hoje reconhecemos, nesta casa que é de todos os açorianos, o seu valor e prestamos homenagem com este voto de pesar. Mas o seu percurso mereceu, com toda a justiça, várias distinções. Foi agraciado com a medalha “Ordem de Mérito” pelo Presidente da República Portuguesa e foi reconhecido o seu papel na comunidade lusodescendente pelo Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, pelos governadores de Massachussets, William Weld e Paul Cellucci, pelo congressista Barney Frank e por vários maiores de Fall River.

Em 1994 a Prince Henry Society de Massachusetts homenageou-o como “Homem do Ano”, sendo ainda distinguido com “Certificado de Mérito” pela Guarda Nacional dos EUA e pelo Departamento do Exército e Força Aérea dos EUA.

Também na área da comunicação social foi distinguido como “Homem do Ano” pelo jornal Correio dos Açores. A sua popularidade na rádio teve como prémio, durante cinco anos consecutivos, a atribuição da distinção de locutor português mais popular da Nova Inglaterra, organizado pelo extinto jornal “Azorean Times”, sendo ainda distinguido como “Homem do Ano” pelo jornal “O Jornal”, de Fall River.

No seu currículo contam-se também numerosas distinções de organizações americanas, tais como Leukemia Society of America, American Cancer Association, American Red Cross, Southeastern Massachusetts Planning and Development, Inc. e Boys Scouts of America.

No passado dia 4 de julho a sua morte deixou a sua família, amigos e a comunidade açoriana na diáspora de luto. A sua dedicação à comunidade portuguesa _ à açoriana, em particular _ constitui-se como um legado indissipável que a todos orgulha. Todas as distinções com que foi agraciado e as justas homenagens que lhe foram feitas revelam bem o homem que foi. À sua filha e neta, à sua restante família e amigos, demonstramos o nosso profundo pesar.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de julho de 2023, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Raúl Benevides.

Do presente Voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Assembleia de Freguesia dos Arrifes, à Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Ponta Delgada, à Casa dos Açores da Nova Inglaterra e Município de Fall River.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2023

Os Deputados Regionais

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Está apresentado o Voto.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O destino tem destas ironias. Foi no dia 4 de julho, Dia da Independência dos Estados Unidos que faleceu Raúl Benevides. Precisamente no dia em que a grande nação americana que o acolheu, celebrava a sua independência. A nação que o acolheu, que lhe abriu portas à realização pessoal e profissional, mas que também lhe deu oportunidade de se expressar, como homem de sentido universal, sempre disponível para ajudar o próximo, de grande dedicação à comunidade açoriana na Nova Inglaterra, particularmente, mas de algum modo, em toda a comunidade açoriana nos Estados Unidos através do programa de rádio “Açores-Madeira”, pioneiro neste tipo de comunicação com a comunidade, numa altura em que a Nova Inglaterra ainda estava longe de ter o seu primeiro programa de televisão em língua portuguesa, o que também só aconteceu mais tarde.

Uma preocupação com a comunidade açoriana, mas também com a comunidade madeirense, através do seu programa de rádio removidos, conseguiu congrega o interesse e expectativa às respostas, às ansiedades de comunicação de informação que as duas comunidades insulares portuguesas tinham e tiveram naquele Estado.

O Voto de Pesar apresentado pela Sra. Deputada Sandra Dias Faria faz uma descrição exaustiva daquilo que foi a vida filantrópica com o devido reconhecimento, bem patente nas distinções de que foi alvo pelas mais altas figuras dos Estados Unidos, tanto estaduais como federais. E, neste momento de homenagem à sua memória, permitam-me acrescentar mais dois factos: a ligação de Raúl Benevides à realização inicial das Grandes Festas do Espírito Santo de Fall River, conjuntamente com outro grande açoriano e micalense - Heitor de Sousa, e, bem assim, com uma outra iniciativa, já bastante longínqua no tempo, mas que faz todo o sentido até pela proximidade com outras efemérides que aqui invocámos ao longo desta semana. É que Raúl Benevides também esteve de corpo e alma na organização de espetáculos para angariação de fundos a favor das vítimas do sismo de 1980. E eu nessa altura, sendo um adolescente, tive a dita de participar nesses espetáculos, inclusivamente nos Estados Unidos, em Fall River, Sommerset, New Bedford e em Cambridge, e percebi bem o envolvimento e empenhamento dele que sendo um micalense, não regateou nenhum dos seus esforços para ajudar os seus irmãos açorianos da Terceira.

Fica este registo com o pesar do seu falecimento e a expressão das condolências do Grupo Parlamentar do PSD, particularmente à sua família e, no fundo, também a toda a comunidade que fica mais pobre com o desaparecimento de Raul Benevides.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então votar este Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, terminada a apresentação de votos, vamos fazer um breve intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos seguir com as declarações políticas.

Eram 12h02 minutos.

É a vez do PAN fazer a sua declaração política.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN escolheu esta declaração para abordar um assunto crucial que afeta a vida de inúmeras pessoas nos Açores. Não, não é sobre a forma em replicar modelos económicos estrangeiros totalmente estranhos e desajustados à idiosincrasia açoriana, não, não é sobre o mercado capitalista livre e sem regras, mas sim sobre o seu subproduto - a pobreza. É necessário a união de todos nós para enfrentar este desafio com o objetivo de garantir um futuro mais justo e próspero para todos os açorianos. Apesar do risco de pobreza e desigualdade na distribuição dos rendimentos tenha diminuído nos Açores, continuamos a ter uma percentagem demasiado elevada para que haja uma comunidade fortalecida para combater as oscilações dos mercados globais ou pelas decisões do Banco Central Europeu que continua, teimosamente, a asfixiar as famílias aumentando as taxas de juro, culpando as empresas no incremento em demasia dos ordenados dos empregados. Esse mercado liberal, que alguns dizem que nos vai libertar das amarras de um Governo social, é o mesmo mercado que está furioso pelo aumento do poder de compra do tecido laboral europeu. E só ficará descansado quando asfixiar totalmente as

poupanças de toda a classe média e a sobrevivência da classe mais desfavorecida. Não podemos ignorar a realidade dura que muitas famílias enfrentam diariamente na luta contra a pobreza. Os Açores, região rica no seu potencial de coragem e bravura, não pode permitir que a desigualdade se intensifique e limite o potencial da maioria dos seus residentes. Como podemos pensar em investir em ações da bolsa quando à noite maior parte dos açorianos contam os trocos para meter comida ao jantar?

Pelo *Coefficiente de Gini*, os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres são cada vez mais os danos colaterais nos Açores de um mercado livre e liberal sem regras e sem escrúpulos. É nossa responsabilidade coletiva garantir que todos tenham acesso às necessidades básicas, oportunidades de educação e emprego digno. A pobreza não é apenas uma questão económica, mas também uma questão social que afeta a dignidade humana. Ao combater a pobreza, estamos a trabalhar para criar uma sociedade mais inclusiva, empática e unida onde todos têm igualdade de oportunidades e uma vida digna. Para alcançar esse objetivo, são necessárias ações ousadas e uma abordagem holística, tanto pelo Governo e por todos os partidos políticos, como também de toda a comunidade açoriana. Primeiramente, é fundamental investir em programas que promovam a educação de qualidade para as crianças açorianas. A educação é um pilar fundamental para capacitar os jovens a superar os obstáculos da pobreza e garantir um futuro melhor. Iniciativas que ofereçam assistência financeira e apoio na formação académica aos estudantes de baixo rendimento, são essenciais para nivelar as regras do jogo. Além disso, é necessário fomentar o empreendedorismo e criar um ambiente favorável para o crescimento económico. Incentivar o surgimento de pequenas empresas locais, oferecer formação e apoio para que os indivíduos possam iniciar seus próprios negócios, são medidas que podem reduzir a dependência económica e fortalecer a base financeira da comunidade. Também é importante fortalecer a rede de apoio social e garantir que todos tenham acesso a cuidados de saúde adequados. A pobreza muitas vezes está ligada a problemas de saúde, mais propriamente a mental, que podem agravar ainda mais a situação das pessoas em dificuldades financeiras. Investir em serviços de saúde e oferecer assistência médica acessível é essencial para aliviar esse pesado fardo.

Por fim, devemos promover uma cultura de solidariedade e apoio mútuo na nossa sociedade. Ações voluntárias da comunidade e organizações que trabalham com questões sociais são fundamentais para garantir que ninguém seja deixado para trás. Cada um de nós tem um papel a desempenhar para combater a pobreza nos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, a luta contra a pobreza nos Açores é um desafio complexo, sim, mas é possível superá-lo quando nos unimos e agimos de forma coletiva. Não podemos estar a fortalecer políticas como a lei da selva e da

eugenia financeira para suportar ideologias e modelos teóricos, neoliberais que nunca funcionarão numa região ultraperiférica no meio do oceano. Só com uma comunidade unida é que conseguimos construir uma sociedade onde todas as pessoas tenham a oportunidade de prosperar, independentemente de suas origens sociais ou condições financeiras. Juntos, podemos trazer uma mudança positiva e criar um futuro mais justo e inclusivo para todos.

O futuro para os Açores não é o modelo económico da Estónia.

O futuro dos Açores não é liberal.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está feita a declaração política. Estão abertas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luis Parreira.

(*) **Deputado José Luís Parreira (IL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Neves diz que não é copiando modelos que funcionam noutras regiões que até são relativamente semelhantes aos Açores, em termos de pouca densidade populacional, em termos de dependerem há 10 anos atrás da economia rural, diz que não é assim que se melhora a riqueza nos Açores.

Eu pergunto, Sr. Deputado: o modelo seguido na Região é ajustado a ela? Quem disse que o modelo que nós estamos a seguir é ajustado à nossa Região?

A degradação das contas públicas dos últimos anos, mostram que o modelo que estamos a seguir talvez é o mais ajustado à nossa Região.

O Sr. Deputado diaboliza o investimento das famílias como forma de providenciarem o seu futuro e a sua reforma e deixarem mais aos seus filhos.

Pois, Sr. Deputado, eu digo-lhe que o índice das ações das 500 maiores empresas dos Estados Unidos, em qualquer período de 30 anos, teve uma rentabilidade acumulada de 9%.

O que é ajustado à Região são os aumentos de capital e avales dados à Sata Internacional?! É isso Sr. Deputado?!

Em que é que isso beneficiou as famílias?

Em que é que isso beneficiou as ilhas mais pequenas, a não ser exportar divisas desta Região através do *leasing* de aviões, de combustível e de todos os prejuízos que devemos aos estrangeiros?!

Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Pedro Neves disse que os ricos ficam mais ricos e que os pobres ficam mais pobres. É verdade. Sabe porquê?

Porque, enquanto os ricos investem e tiram boas rentabilidades, os pobres continuam a pagar impostos os quais, numa economia de troca, tal como disse ontem, onde trocamos bens e serviços, os impostos também são transacionados de acordo com o poder negocial dos intervenientes. E para quem como eu não nasceu rico, para quem como eu e os meus irmãos só teremos 60 alqueires de campo para herdar...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Tantos! Então é rico! Está vendido!

O Orador: ... eu ou qualquer jovem como eu, a única maneira que tem de melhorar a sua condição de vida, Sr. Deputado, é poupar e poupar.

Deputado Pedro Neves (*PAN*): Sabe, eu herdei as botas do meu pai!

O Orador: Para três irmãos...

(Apartes impercetíveis do Deputado Pedro Neves)

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Eu repito, aquilo que sugeri ontem, o modelo económico que eu sugeri, foi a possibilidade dos açorianos gerirem uma parte maior dos recursos da Região, ao invés de passar pelas decisões legislativas do Governo. Eu não pus em causa o apoio aos mais necessitados.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Defendeu o regime de anarquia!

O Orador: Não defendi não, Sr. Deputado!

Aquilo que eu defendi foi que os princípios que gerem a vida privada das famílias, também são os mesmos princípios que já deviam estar a ser aplicados à gestão da coisa pública.

Aquilo que eu defendi foi que a poupança das famílias também é benéfica para as ilhas.

Aquilo que eu defendi foi que estancar o crescimento da dívida pública em percentagem do PIB, também é benéfico para as ilhas. E os Srs. Deputados diabolizam esta questão e chamam-me doutrinário, quando são vocês que são doutrinários, são vocês que acreditam neste modelo económico baseado em dar subsídios a tudo aquilo que é negócio.

Como disse ontem, quem mais contribui através dos impostos, é também quem mais beneficia com eles, Sras. e Srs. Deputados.

Disse.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (*CH*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pois, cada vez mais me convenço, depois de ouvir a declaração política do PAN-Açores que realmente gosto mais do PAN-Açores do que aquele PAN que existe a nível nacional que acho patético. Desculpe, mas é o que eu acho e tenho direito a opinião, patéticas são também outras coisinhas que por cá. Mas isso é sou que sou desbocado, diz o povo, que sou muito desbocado... olhe, meu pai fez-me assim.

Quem está em casa às vezes não percebe e não tem que andar com o manual ou ir à Wikipédia, o que é que o liberalismo defende?

Que a economia, devem ser os privados, as empresas, os pequenos comerciantes, etc. que devem ser eles a criar riqueza, a criar emprego, enfim.

Outros defendem que deve ser o Estado.

E então o Estado cria empregos, vai tudo para a função pública, para as câmaras municipais, para as juntas de freguesia, lá tudo e tal e depois há uma margem pequenina de pagadores de impostos que têm que sustentar tudo isto. Isto é o que existe. E depois há o neoliberalismo em que eu não acredito. Eu sou liberal, eu acho que deve ser a economia puxada pelas empresas, os empregos devem ser das empresas. Nós devemos ter ousadia de criar um negócio. Ainda há bocadinho conversava por aí com os colegas que já ninguém tem coragem de dizer “vou montar um negócio assim e assado, e vou vingar, vou vender, vou melhorar a minha vida”.

Não, hoje infelizmente quer-se é saber qual é o subsídio que existe. O neoliberalismo acha que não. Acha que – e eu não acredito, acho patético – também numa região como a nossa, tal como disse e muito bem o Sr. Deputado Pedro Neves, que nós vivemos num mundo diferente, nós não vivemos em Marte e, então, neoliberalismo acha que isto é pronto... olha, a economia funciona, nós não temos que ter interferência nenhuma e isto vai andando. A verdade é que durante 50 anos, meio século andámos aqui a alimentar o socialismo, o Estado e mais Estado.

“Queres montar uma empresa, toma lá um subsídio”.

“Queres despedir, toma um subsídio”.

Queres arrancar a vinha, queres plantar a vinha, toma o subsídio”. Como é que vão dizer às pessoas com a minha idade que agora têm que se libertar disso?! Como?!

Já são três gerações a viver nisto. Há avós, pais que há netos.

Eu vou-vos falar do Eduardo que montou um pequeno negócio e que chegava ao Natal e não podia dar aos seus filhos aquilo que ele achava que eles mereciam; dava uma coisinha simbólica, porque era preciso pagar o grande investimento que fez, porque a empresa onde ele trabalhava faliu, mas ele arriscou, ele não teve subsídios; ele foi ao banco. O Eduardo...é meu pai! Eu fui criado nisto. Eu

sei isto o que é. Custa? Custa, custa muito!

Mas o mérito é que no final, o Eduardo está sentado a ver televisão confortável com a sua reforma, que não é muito grande...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

É nisto que nós temos que pensar para os Açores e dissemos ontem: nós temos cada vez mais deixar que o Estado faça as pessoas dependerem de si e temos

cada vez mais que fazer para que a economia seja corajosa, ousada e andar para a frente.

Nós estamos cá para ajudar. Não estamos cá para pagar a economia. E o que nós estamos a fazer é com pouco dinheiro, a pagar economia dos Açores.

Não vai dar certo!

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O senhor vai dar a solução!

Deputado José Pacheco (*CH*): Já te esqueceste?!

Já o disseste há 20 anos atrás!

Agora é que te esqueceste!

Agora que tens a chave do dinheiro!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria felicitar o Sr. Deputado Pedro Neves pela declaração política que aqui trouxe e que de uma forma descomplexada, traz aqui um problema da nossa sociedade que nos aflige a todos que é a pobreza.

A pobreza deve-nos convocar todos partidos, instituições, governo, toda a gente. Não se combate como foi aqui dito, com medidas assistencialistas, a pobreza tem que se enfrentar sem complexos, mas de uma forma determinada, para que realmente os açorianos possam todos ter, como disse o Sr. Deputado, as necessidades básicas garantidas. E só há uma fórmula para sair da pobreza que é pela educação.

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: Nesse sentido, é a aposta que estamos a fazer.

Neste momento, o Governo encarou, em primeiro lugar, o problema da pobreza nos Açores, ao contrário da narrativa que se quer fazer passar, não é um problema deste ou daquele governo ou do outro Governo. É um problema estrutural da sociedade açoriana que nós temos que enfrentar e também não aconteceu, nem piorou nos últimos dois anos. E não passou a existir pobreza nos últimos dois anos e meio. Ela já existe há séculos nos Açores. E a democracia talvez não tenha dado o necessário contributo para a resolver. E, por isso mesmo, é que temos que, descomplexadamente, pensar num modelo de desenvolvimento dos Açores. Esse modelo de desenvolvimento dos Açores, hoje em dia, não é possível sem os fundos estruturais para alavancar as empresas, para alavancar as pessoas e, obviamente, para alavancar a educação e dar condições para que os estudantes se possam qualificar.

Neste sentido, Sr. Deputado Pedro Neves, como se lembra, nós na educação começámos a investir na infância, nas creches gratuitas. E a medida foi de tal maneira bem sucedida, que agora temos listas de espera para as creches.

Deputado José Pacheco (CH): Já tínhamos!

O Orador: E implementámos bolsas de estudo para os estudantes que não podiam estudar, os quais têm hoje mais possibilidades de irem estudar. E também atendemos aos mais pobres que são os idosos e aumentámos o cheque pequenino de 54 para 97 euros. Foi uma grande medida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E também temos o programa *Novos Idosos*, envelhecer com qualidade e com dignidade em casa. Isto para lhe citar apenas algumas medidas que vão de encontro àqueles que são os mais pobres: as crianças e os idosos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José Pacheco (CH): E o Compamid!

O Orador: Quanto ao modelo liberal, é muito bonito na teoria. Numa região ultraperiférica, com 600 quilómetros de Sta. Maria ao Corvo, com ilhas onde não é possível a iniciativa privada, por exemplo, ter escolas privadas e públicas em São Jorge, ou nas ruas do Corvo, como é que a iniciativa privada e o modelo liberal vai servir os florentinos, os jorgenses, os faialenses?

Deputado José Luís Parreira (IL): Ninguém falou disso!

Deputado José Luís Parreira (IL): Está a fugir!

O Orador: É uma questão que tem que se colocar, portanto, tem que ser o Estado, subsidiariamente, a dar a oportunidade às pessoas de investirem. O Estado não pode ser dono das coisas, tem que dar a ferramenta para as empresas depois vingarem. E quem cria emprego, sim, são as empresas. Mas vou-lhe dizer uma coisa, eu não tenho 60 alqueires de terra para herdar, nem herdei, sou neto de um pescador pobre, o meu avô era um pescador pobre, tinha 6 filhos e a única coisa que ele fez (ou tentou fazer) com o meu pai foi dar-lhe a quarta classe que era o que o meu pai tinha; e o meu pai insistia para nós nos qualificarmos, ter educação; foi a *cana* que ele sempre nos quis dar, foi qualificar-nos e é assim que se sai da pobreza, Sr. Deputado. O meu avô não tinha 60 alqueires de terra, tinha um barquinho de pesca, era um pescador pobre. Educou o seu filho que, por sua vez, educou os seus filhos dando-lhes uma licenciatura. E nós, com o nosso trabalho, saímos da pobreza. Só há essa maneira, não há modelos liberais para sair da pobreza.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Os modelos liberais estimulam e fazem acontecer a pobreza, sobretudo numa região ultraperiférica e pobre como é a nossa!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: É só não ter a ideia o quanto dos subsídios se critica, quando se vive numa Europa, como nós vivemos. E quando se fala doutros países, é preciso saber que não podemos comparar os Açores com a Estónia, Sr. Deputado.

Deputado José Luís Parreira (IL): São mais pobres do que nós, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Isso é um erro tremendo, a comparação, porque não nos podemos comparar, não é comparável. E, portanto, temos que nos preocupar com a nossa Região Ultraperiférica. O que nós temos que fazer, é pôr a nossa Região no mapa. E isso também tem sido feito.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, agradeço que termine.

O Orador: Sr. Presidente, já termino, muito obrigado.

E, portanto, dizer-lhe, Sr. Deputado Pedro Neves, que estamos aqui, não para culpabilizar ninguém, mas para combater a pobreza, por isso, encomendámos um estudo técnico, independente que está a ser feito no terreno, entrevistando pescadores, RSI, médicos, empresários, para se perceber qual é o modelo que podemos implementar.

Não é o Governo que quer implementar, será alguém que percebe de pobreza, como julgo que toda a gente reconhece a independência intelectual e científica ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que nos hão-de dizer qual é o caminho. E o Governo avaliará para ver se é o caminho. Nenhum governo quis tornar a sua região pobre. E é isso que nós não queremos.

Queremos uns Açores com igualdade de oportunidades na educação, que as pessoas possam progredir na vida e, sobretudo, que se possam qualificar. O resto vem a seguir.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Neves:

Quero, em primeiro lugar, endereçar-lhe os parabéns pela sua excelente intervenção sobre a pobreza e dizer-lhe que tal como o Sr. Vice-Presidente, bem

afirmou, trata-se dum problema estrutural na sociedade açoriana. As desigualdades e a pobreza são um problema que nós temos que resolver. Mas temos que ter uma estratégia coerente para o fazer. E a verdade é que não basta apenas a crítica, a conversa de café que isto está mal, ou seja, condenar, aquilo que não está a ser feito ou as injustiças que existem na sociedade, do ponto de vista do aparelho produtivo e em relação também às questões sociais que permanecem. Isso todos nós vemos, disso todos nós temos essa perceção. Mas o que é necessário é encontrar soluções, construir um plano, ter uma solução. E é isso que este Governo está a desenvolver e é isso que este Governo está a implementar. Mas antes de referenciar alguns pontos que considero fundamentais no âmbito da ação do atual Governo Regional, quero dizer que como o Sr. Deputado Pedro Neves disse, não é um modelo liberal que vai servir os Açores. O modelo liberal seria um desastre. O modelo liberal já veio aqui defender neste plenário que não, não devemos fazer a ampliação, por exemplo, do aeroporto da Horta, estão contra, é uma despesa excessiva.

O modelo liberal também já esteve contra a contratação, por exemplo, do Thor para assegurar a ligação do Corvo com as restantes ilhas da Região.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E por isso, este modelo, no fundo, se fôssemos aplicar o modelo ilha a ilha, eu não sei quantos é que ficavam aqui nos Açores. O Corvo teria algum tipo de investimento?

Não, porque não é rentável, muito poucos seriam rentáveis.

Santa Maria teria algum investimento?

A Graciosa teria qualquer tipo de investimento?

O que iria acontecer, era a destruição da Região Autónoma dos Açores e a criação de resultados destrutivos em relação à sociedade açoriana e à unidade e progresso dos Açores.

Ainda para mais, veja-se bem, depois, nós uma região em que somos de facto solidários uns com os outros, como é que poderíamos reivindicar junto da União Europeia apoios da solidariedade (europeia) para a Região Autónoma dos Açores, quando nós iríamos excluir grande parte dos territórios e grande parte das populações? Seria incongruente e, evidentemente, esse não é o caminho, esse seria um caminho profundamente destrutivo para os Açores.

A verdade é que o que tem que se fazer é apostar na área da educação, da formação e é isso que nós estamos a fazer. E, ao mesmo tempo, estamos a criar medidas de apoio que de facto apoiem as pessoas nestas questões fundamentais. Este Governo, por exemplo, em relação ao aumento do complemento regional de pensão, passou de 54 para 97 euros; é um apoio significativo no âmbito do combate à desigualdade e à pobreza. Ou o apoio aos doentes deslocados que aumentou 15%, é uma medida prática, não é apenas uma teoria vazia de estar aqui a dizer que vamos fazer. Ou o aumento do Compamid que passou de 1.2

milhões de euros para 6 milhões de euros; é um apoio muito significativo, é fazer algo, é concretizar algo. Ou as creches gratuitas que passou de 164 mil euros para 3,5 milhões de euros; é uma medida muito importante, é uma medida efetiva. Ou o complemento regional do abono de família que aumentou 15%. Ou o apoio à ação social escolar que aumentou 22%. São medidas de caráter social que tem um efeito efetivo. E digo-vos o seguinte – quero ainda ficar com mais algum tempo para a próxima intervenção - é uma medida que acho que é crucial e fundamental para combater as desigualdades e os problemas sociais, que é o emprego. Se tivermos muitos desempregados numa sociedade, não vamos ter êxito de certeza absoluta, se as pessoas não tiverem rendimentos, não vamos ter de certeza absoluta sucesso. Se estiverem completamente dependentes de subsídios da Região, não vamos ter sucesso.

O que o Governo está a fazer com as suas políticas, criando o maior número de empregados da Região Autónoma dos Açores, ao longo de toda a nossa história, isto sim, é uma medida que combate eficazmente a pobreza e a desigualdade social, porque é com o trabalho e com o rendimento de todos que se consegue progresso social. E isto nós estamos a ter e eu tenho muito, mas muito orgulho, em apoiar um Governo que tem a nível da criação de emprego, os melhores resultados na história dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para, de forma muito rápida, participar no debate desta declaração política, permitindo-me salientar um ou dois aspetos e clarificar outros tantos.

Os aspetos que eu gostaria de salientar são, em primeiro lugar, a forma como foi aqui expressa, pelo Sr. Deputado Pedro Neves, da preocupação e, no fundo, uma determinada conceção da forma como se deve agir e como devem agir as entidades públicas e os poderes públicos que têm a responsabilidade de atuar em relação à realidade económica e social que nos rodeia. Nós estamos inteiramente de acordo e partilhamos dessa preocupação e partilhamos desse entendimento.

Em segundo lugar, gostaria de clarificar também que, em relação ao Sr. Deputado José Parreira, pelo menos da forma como ele expressou o seu

entendimento, ou para ser mais rigoroso, da forma como eu percebi o seu entendimento, nós não nos revemos.

Julgo que este debate já há uns anos, para não dizer umas décadas, está ultrapassado, inclusive entre aquilo que são as correntes mais liberais de entendimento da economia, da sociedade e daquelas que são as correntes do socialismo democrático, da social-democracia ou da democracia cristã.

O problema que se coloca hoje, e cada vez mais, não é se o Estado é dispensável; o problema que se coloca cada vez mais, hoje, é como é que nós podemos ter um Estado cada vez mais eficiente?

Como é que nós podemos ter um Estado que, provendo àquelas necessidades que só ele pode acautelar, o faz de forma eficiente na gestão dos recursos e eficaz no resultado das medidas?

Essa parece-me ser a grande questão que está hoje em dia em debate.

O Sr. Deputado, com toda a legitimidade, acha que o modelo social e, de certa forma, também económico, coloca a ênfase na autonomia do indivíduo, da qual nós partilhamos, mas leva isso a tal extensão que poderia ser entendido que para si o que vale, é *cada um por si* e cada um tem a capacidade de singrar.

Bom, - ninguém me passou procuração para falar - acho que dentro das correntes do socialismo democrático, da social-democracia e da democracia cristã, cada um é responsável pelos outros, cada um é responsável por todos. E no fundo, é isso também que se tenta concretizar, seja no âmbito social seja no âmbito de alguns dos aspetos mais flagrantes que o passado recente nos demonstra na economia, como aquilo que aconteceu na crise financeira de 2008 e naquilo que aconteceu, por exemplo, na pandemia, em que se fosse cada um por si, provavelmente muitos de nós não estaríamos sequer aqui vivos para contar a história.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É verdade! Muito bem!

O Orador: O terceiro aspeto que eu gostaria de referir tem a ver com a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo.

É verdade que nós temos que ter uma aproximação ao fenómeno da pobreza, do combate à pobreza e à exclusão social que deve ser transversal a vários domínios da sociedade.

O Sr. Vice-Presidente transmitiu o seu entendimento quanto àquilo que deve fundamentar essa abordagem. Esse entendimento não é diferente daquilo que o Partido Socialista defendeu e implementou em 2018, com a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social. A estratégia não foi a estratégia do Governo, não foi a estratégia dum partido político. Aliás, o PSD contribuiu, se não me falha a memória, para esse debate e, no fundo, foi uma estratégia definida e implementada por parte de pessoas que dedicaram a sua vida ao estudo desse fenómeno. Isso já existia. E, portanto, faço votos que naquilo que é essencial neste processo, continue a existir e, de certa forma, continue a

transmitir claramente a vontade da Região Autónoma dos Açores de acautelarem esse aspeto.

Eu não posso deixar de dar uma nota de preocupação da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, perante algumas das circunstâncias e alguns desses instrumentos, aquela que aparenta ser a estagnação da implementação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, aquilo que aparenta ser a estagnação do Prosucesso, por exemplo. Tudo isto é motivo de preocupação para nós. Oxalá que esta seja apenas uma perceção da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que efetivamente essas continuem a ser medidas efetivas a serem implementadas, sem prejuízo de todas as reanálises, reponderações, reflexões e reavaliações, mas que sejam medidas que continuem a ser implementadas para combater este flagelo.

Por último, uma nota apenas: eu não me revejo, nem o Grupo Parlamentar do PS se revê, de forma nenhuma, nessa estigmatização de que a função pública...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou outros setores essenciais à nossa vida em sociedade e ao prover às necessidades da nossa vida em sociedade, sejam, no fundo, causa da parte da fonte dos males. De maneira nenhuma me revejo nisso...

Deputado José Pacheco (CH): Não, não!

O Orador: Foi isso que eu entendi da sua intervenção, Sr. Deputado José Pacheco. E gostava de, nesta intervenção, deixar claro que não nos revemos nessa postura.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: A Administração Pública, no caso dos Açores, tem sido um dos pilares fundamentais, não só para que essa ideia de autonomia seja concretizada no dia a dia mas, sobretudo, para o trajeto que (apesar de tudo) a Região Autónoma dos Açores, ao longo de mais de 40 anos de autonomia, tem feito na melhoria de indicadores sociais e económicos.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho no seguimento da declaração política da Representação Parlamentar do PAN, para salientar dois ou três aspetos que me parecem também importantes, tendo em conta a intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves que salienta alguns aspetos importantes num problema que é efetivamente estrutural

da nossa Região e que tem tardado em ser resolvido e, principalmente, em dar avanços muito significativos, tendo em conta que na Região a pobreza é efetivamente muito superior à taxa nacional, num país que já de si é desigual e pobre. E nós estamos efetivamente com registos ainda muito negativos e os últimos dados conhecidos a esse nível, registaram um aumento de 3,2 pontos percentuais no risco de pobreza que atinge 25% da nossa população, acrescentando a isso uma desigualdade que é a maior do país. Ou seja, nós somos não só uma Região onde se vive com muitas dificuldades e, neste contexto atual, essas dificuldades acentuam-se muitíssimo com o aumento dos preços e dos custos com a habitação, principalmente para quem tem que pagar por ela, seja através de arrendamento seja através desse custo enorme que é ter um crédito à habitação, neste momento, e muitas famílias foram empurradas para essa solução como única forma de terem um teto para viver. E a verdade é que a maior parte das famílias não tem onde poupar. E poupar, neste momento, para a maior parte das famílias, não é sequer uma solução, não é hipótese, não é nada, não existe. A maior parte das famílias o que tem que se pensar é como consegue chegar ao fim do mês e ter alguma coisa no armário ou no frigorífico?

Essa é a grande preocupação das pessoas e de modo algum estarão preocupados em encontrar poupanças no seu salário, que, diga-se, nos Açores é especialmente muito baixo, também devido ao modelo de desenvolvimento económico que nós temos e temo-lo dito por diversas vezes. Aliás, basta olhar não só para os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística, no que diz respeito ao salário médio na Região, mas também, e é importante aqui salientar, dado que foi referida a questão dos funcionários públicos, mas a verdade é que o Estado é um fator, apesar dos baixos salários que são praticados no Estado, principalmente nas carreiras com menor qualificação, mas apesar desses baixos salários, o Estado ainda é onde há salários um pouco superiores em geral, porque olhando para os salários que são praticados na economia privada, temos imensos setores da nossa economia em que os salários médios e são dados do Observatório do Emprego, não são nossos - o salário médio nem chega aos 800 euros, estamos a falar de salário médio, o que quer dizer que muitos destes trabalhadores recebem o salário mínimo ou pouco mais. Aliás, esses também são dados do Governo, 36% da população dos Açores que trabalha nas empresas do setor privado recebe um salário mínimo. E é também não só pela educação, Sr. Vice-Presidente – a educação é fundamental, as qualificações são fundamentais, pois baixas, qualificações são um entrave ao crescimento económico, é verdade - mas é também pela melhoria dos salários, pela melhoria das condições de vida, pelas condições em que se trabalha...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Mas uma coisa não impede a outra!

O Orador: e pelo salário que se recebe ao fim do mês. E neste sentido, como é óbvio, tendo em conta que nós temos uma grande parte dos trabalhadores da Região que recebe o salário mínimo, o aumento do salário mínimo, ou do complemento regional ao salário mínimo, é um fator de combate à pobreza, tal como é o aumento na remuneração complementar, quando estamos a falar de uma grande parte da população que está efetivamente nos patamares mais baixos do rendimento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mais 800 mil euros!

O Orador: E esta questão do fator trabalho do fator salário no combate à pobreza não pode ser menosprezada.

Relativamente às qualificações, também não posso deixar de dizer que um governo que diz valorizar tanto as qualificações, faça bandeira com um corte de 50% nos cursos profissionais nas escolas públicas. É completamente incrível e incompreensível...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ...termino já, Sr. Presidente – que essa seja fonte de regozijo do Governo Regional, ou seja, cortar cursos profissionais. Esta é claro, a minha opinião e a opinião do Bloco de Esquerda. Mas sobre desigualdade, sobre modelos de desenvolvimento, e sobre países modelo, eu diria que os países modelo dos mais liberais nesta Casa e neste país, como por exemplo os Estados Unidos, são um dos países mais desiguais do mundo, apesar de ser aquele que produz mais riqueza, é um dos países mais desiguais do mundo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Melhor igualdade de oportunidades é nos Estados Unidos!

O Orador: E no que diz respeito, por exemplo, à esperança média de vida, o país mais rico do mundo é o país da OCDE com a esperança menor de vida. Mas como esses dados claramente demonstram, é que o liberalismo não funciona nem nos Açores, nem sequer nos países que se dizem ser os modelos do liberalismo.

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Esta declaração política do Partido Pessoas, Animais e Natureza traz-nos um tema que nos é muito caro nos Açores e que tem que ver com a pobreza.

Sentimos, naturalmente, até alguma nostalgia do debate deste tema, porque houve um tempo em que ele não podia ser debatido nesta Casa.

Eu lembro-me bem que quando se começou efetivamente a olhar para o problema dos indicadores sociais que tínhamos na Região e que nos envergonhavam e quando se começou a olhar para o volume de pobres que tínhamos no arquipélago que estava a ser escondido para debaixo do tapete por aqueles senhores, nós aqui neste Parlamento - e eu lembro-me bem - em 2009, daquela tribuna, quando o Partido Social Democrata denunciou que um estudo do Banco de Portugal dizia, ainda antes de haver estatísticas que se debruçassem sobre o fenómeno da pobreza nos Açores, que havia um quarto da população açoriana vivia abaixo do limiar da pobreza. Isso foi denunciado pelo Partido Social Democrata daquela tribuna no ano de 2009. E denunciámos também os valores absurdos da incidência do alcoolismo, do abuso sexual, da gravidez na adolescência, do abandono escolar precoce, do abandono simplesmente da educação da não formação, das famílias que não tinham creches, quando nós denunciávamos todos esses fatores que nos envergonhavam e que agora, felizmente, ouvimos pela sociedade que a denúncia faz bem para conhecermos o problema, nessa altura, o Partido Social Democrata era acusado neste Parlamento de *puxar os Açores para baixo*, de *falar mal dos açorianos*. E quando nós dizíamos que aqueles senhores que estão ali sentados enquanto estiveram no Governo não quiseram assumir de facto o combate ao fenómeno da pobreza e dos maus indicadores sociais nos Açores, éramos acusados de *puxar os Açores para baixo*, de *falar mal dos açorianos!*

Os senhores queriam esconder este problema e esconderam-no demasiado tempo. E quando finalmente acederam a elaborar uma estratégia regional de combate à pobreza e exclusão social, fizeram-no por impulso de obrigação, levados pelas oposições nesta Casa que denunciaram - o Bloco de Esquerda também contribuiu - ao ponto dos senhores não poderem esconder mais porque, entretanto, começaram finalmente a surgir os estudos estatísticos sobre o fenómeno da pobreza e dos maus indicadores sociais nos Açores.

Portanto, Sr. Deputado Pedro Neves, há também um histórico sobre discutirmos este problema que nos leva aos dias de hoje e àquilo que nós denunciávamos na oposição, boa parte destes problemas não quisemos esconder e quisemos efetivamente enfrentá-los. Desde logo, a Estratégia Regional de Combate à Pobreza não parou, como aqueles senhores querem dizer, não ficou abandonada nem ficou metida para um canto. Naquilo que efetivamente foi entendido pelos técnicos e por aqueles que trabalham no campo como matérias que deviam ter continuidade e que poderiam efetivamente contribuir para o combate à pobreza, a estratégia está a ser implementada, mas, se quisermos falar de carros sem fumo e outras coisas incluídas na estratégia, se calhar era melhor nesse aspeto não nos debruçarmos tanto sobre problemas que não existiam ou que não eram fundamentais para o combate à pobreza. O combate à pobreza, na nossa opinião, não tem esquerda nem direita, não tem ideologia. O que tem é

debruçarmo-nos sobre um problema que atinge pessoas em específico que não estão preocupadas se a medida é mais de direita ou mais de esquerda, estão preocupadas, sim, em saber como é que acedem ou como é que podem aceder ao elevador social. Aquelas pessoas que são dependentes, não querem continuar dependentes, querem saber como é que se podem libertar da dependência de apoios sociais para efetivamente progredirem na sua vida. Dizemos isso aqui há pelo menos 10 anos, Sr. Deputado, aqui neste Parlamento.

Portanto, quando nós tornámos creches gratuitas, um casal que não tem onde deixar um filho e que têm rendimentos baixos e não pode contratar ninguém para tomar conta dum filho, se calhar podem continuar os dois a ter trabalho e a procurar melhorar a sua vida e os seus rendimentos para aceder ao elevador social, ao invés de um deles ficar em casa, porque tem que ficar até aos 3 anos com um filho em casa, não tendo onde o deixar.

Creches gratuitas, o acesso à educação, o acesso à formação, a possibilidade de efetivamente dar estabilidade no emprego, ter trabalho e ter rendimento, é a única forma que nós temos nos Açores de efetivamente combater um flagelo que tem que ver com a pobreza. E associada a ele, vem outros indicadores sociais que não só este Governo tem feito um esforço por identificar e conforme explicou o Sr. Vice-Presidente, está a estudar, com ciência e conhecimento, formas que não sejam a política socialista da *mão estendida* e de deixar sempre as pessoas dependentes de um favor governativo, mas sim, mesmo com políticas assistencialistas, encontrar o caminho que as pessoas têm que percorrer para se libertarem da necessidade de terem todos os meses de *estender a mão* ao poder público para poderem sobreviver.

Esse é o nosso trabalho, é o trabalho desta Legislatura que esperamos tenha sucesso, porque o sucesso deste trabalho é sem dúvida o sucesso dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, já muito se falou aqui de modelos económicos, mas eu devo dizer que para mim, o centro da questão não é saber se o modelo social com mais intervenção do estado é melhor ou se um modelo mais liberal com menos intervenção do estado, é melhor ou pior. Isto não é uma questão de bons nem de

maus. É uma questão óbvia de sustentabilidade ou não do modelo económico que se defende. E como todos nós sabemos, infelizmente, para grande desgraça nossa, o nosso modelo económico não funciona – ponto. E não funciona, porque já estamos há décadas a depender de apoios comunitários para mantermos o nível de vida que temos. E por essa razão, logo percebemos que não funciona, a partir do momento em que nos cortassem o financiamento do nosso modelo económico, passa-se fome na Região – ponto. Está é a realidade. É preciso perceber como é que se dá a volta a isso?

Não se consegue dar volta a isso numa economia pequena como a nossa, mas temos que perceber que a sustentabilidade não é sequer um assunto só da atualidade. É um assunto de sustentabilidade a prazo. O compromisso intergeracional que a nossa geração tem para com as próximas gerações, é algo que tem que ser defendido e não podemos pensar que os bons são aqueles que defendem um modelo com a intervenção do Estado e que esse é o modelo que vai funcionar, mas também não tem que ser o modelo do liberalismo. Aliás, até temos que perceber uma outra coisa, ou seja, atualmente aquele modelo que temos assente numa forte intervenção do estado na economia é um modelo que por si só, já é deficitário. Não podemos esquecer que há uma franja grande da nossa população que trabalha 40 horas por semana e há uma franja, também grande, da nossa população que trabalha 35 horas por semana, ou seja, no limite, não temos aqui empregados por conta de outrem que têm que trabalhar mais 5 horas por semana para manter o nível de vida de outros que só trabalham 35 horas por semana. Portanto, por si só, esse modelo já é altamente injusto. E enquanto andarmos a olhar para o lado a fingir que essa situação não existe, que há pessoas que têm melhor proteção social, melhor média salarial, ao que se junta uma menor carga horária semanal, enquanto andarmos a pensar que essa situação não existe, estamos a ignorar uma realidade que nos tem trazido custos, porque a mão-de-obra que não consegue trabalhar para o estado, em regra, pega na malinha e vai trabalhar para outro país.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, é com gosto que vos informo que nas nossas galerias estão os Srs. Deputados da Comissão de Ambiente e Energia da Assembleia da República.

Quero dar-vos as boas-vindas à Região Autónoma dos Açores e saúdo-vos em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN traz-nos aqui uma declaração política sobre a questão da pobreza que é uma questão pertinente e que nos convoca, sem dúvida, a este grande desafio, talvez o maior desafio que esta Região enfrenta. Sem dúvida que este Governo, e acho que é um passo muito importante que tem sido dado, que é o reconhecer desta problemática, realmente assumir que temos este problema na Região e que é preciso alcançar outros níveis naquilo que são os indicadores relativos à pobreza para melhorar a qualidade de vida dos açorianos que estão em situações de maior dificuldade.

Sem dúvida que têm sido implementadas medidas estruturais de combate à pobreza pelo Governo que tem estado focado em melhorar a qualidade de vida dos açorianos e, desde logo, pela descida dos impostos que faz com que as famílias tenham um maior rendimento disponível e isso foi um passo significativo dado por este Governo

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aqueles senhores não queriam!

A Oradora: Também na questão da educação e na qualificação, sem dúvida um elevador social e um passo extremamente importante para que realmente os nossos jovens possam viver numa realidade diferente daquela que foi a realidade muitas vezes dos seus pais e dos seus avós...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ...foi isso que sempre defendeu o CDS-PP. E a verdade é que têm sido implementadas diversas medidas nessa matéria, desde as creches gratuitas para todas as famílias, uma medida inovadora; a questão dos apoios aos nossos alunos no ensino superior, desde o pagamento de propinas, à atribuição de bolsas de estudo. E têm sido estes passos, porque mais importante do que apregoar que a educação e a qualificação são o elevador social, é que se traduzam em medidas concretas e tem sido isso que este Governo tem feito.

Quanto à questão de ser ou não assistencialismo, estamos a falar do orçamento com o maior pendor social de sempre e tudo aquilo que tem sido implementado a nível social não é assistencialismo, são políticas de apoio social que são necessárias para apoiar aqueles que estão em dificuldades, que estão numa situação socioeconómica mais desfavorecida. E essa tem sido a ação deste Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado Berto Messias (PS): Mas isso é assistencialismo!

A Oradora: E tem sido essa ação deste Governo.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E termino, Sr. Presidente, no âmbito das declarações anteriores à minha, dizendo que o Partido Socialista, neste caso em concreto, o Deputado Vasco Cordeiro, tem andado distraído quando diz que a estrutura, a estratégia regional e para o combate à pobreza exclusão social tem estado parada, que está em suspenso. Não está, continua a ser implementada, desde o aumento do número de vagas em creche gratuita, passando pelos pontos de estudo, continua a ser implementada e a verdade é que também os próprios resultados até do próprio PRR, têm demonstrado, mas isso não faz com que este Governo deixe de ir mais além, queira avaliar a estratégia, queira avaliar os vários parâmetros que estão na estratégia, para que esta possa ser melhorada para se eventualmente for necessário, seja criada uma nova estratégia, para que os Açores consigam níveis de qualidade de vida que até agora não foram alcançados.

Mesmo para terminar, referindo-me à intervenção do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, dizer que a estratégia agora do Partido Socialista é dizer várias vezes a mesma coisa, na expectativa de que esta se torne uma realidade e já por diversas vezes tem dito que a estratégia está em suspenso, o que não é verdade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É verdade sim senhora! É verdade!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não, não é!

A Oradora: E também dizer ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal que embora seja legítimo que defenda os modelos liberais, que acima de tudo, mais do que os modelos que estão nos livros...

Presidente: Sra. Deputada, muito obrigado.

A Oradora: ... é necessário conhecer a nossa Região, a nossa realidade, as nossas diferenças que nos fazem, sem dúvida, ser um local único no mundo com dificuldades e desafios que são únicos a nível mundial.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sra. Deputada Catarina Cabeceiras não viu os gestos que fizeram para a Mesa. Portanto, da próxima vez vai ter que ter mais cuidado. O Sr. Deputado Berto Messias foi uma das pessoas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Três minutos, Sr. Presidente!

Deputada Alexandra Manes (BE): Três minutos e cinco segundos!

Deputado Berto Messias (PS): Três minutos, Sr. Presidente!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para encerrar a declaração política. Mesmo assim ainda tem 11 minutos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E as vezes que vocês violam dois minutos de cada vez?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Pedro Neves faça a sua intervenção.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha ideia para fazer esta declaração política não era para defender o modelo económico que nós temos neste momento ou o que tivemos no passado. O Deputado da Iniciativa Liberal quis fazer perguntas retóricas e fazer um exercício mental, dizendo que o PAN defendia esse modelo económico e eu sempre disse, e sempre direi, que o nosso modelo económico que está definido e baseado numa monocultura, está totalmente errado, disse isso várias vezes. Eu sei que o Sr. Deputado é novo e se calhar não conhece as minhas afirmações relativamente a isso. Mas eu não estava aqui a defender o nosso modelo económico. Estava, sim, a dizer que só com todos os partidos políticos juntos, até a Iniciativa Liberal, juntamente com o Governo, é que conseguiremos mudar o nosso modelo económico para conseguir alterar aquilo que eu falei na declaração política, que foi extremamente factual, não foi de uma forma empírica, exatamente como o fosso das desigualdades entre os ricos e os pobres, basta ver os dados do Instituto Nacional de Estatística relativamente ao coeficiente de Gini, para sabermos que nós somos os piores de Portugal. Isso é um problema grave e o liberalismo não vai ajudar em nada esse fosso de desigualdades. Foi onde eu quis chegar.

Tente não deixar-me nalguma encruzilhada, que modelo económico - foi o que eu quis dizer. De certeza absoluta que não é a Estónia, nem relativamente à idiossincrasia onde o Sr. Deputado tentou mostrar algumas parecenças entre a Estónia e os Açores, quando à partida temos uma grande diferença, quer em termos geográficos ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Tem tudo a ver!

O Orador: ...somos uma região insular, quer em termos políticos, de modelo económico e até pela história. E aqui o Sr. Deputado do PPM até pode ajudar relativamente à história da Estónia e da Federação Russa que tentou estrangular esse país.

Por isso, eu sei fica muito bem para a Iniciativa Liberal falar do liberalismo da Estónia, mais ainda do que os Estados Unidos, porque falha drasticamente. Mas foi isso que eu tentei dizer, isto é, que mais prioritário - e disse naquela tribuna - é a educação primeiro e depois um trabalho digno, não um qualquer trabalho, com um ordenado digno, porque se nós não tivermos um ordenado digno,

apesar de podermos ter educação, não vamos ter uma alteração relativamente à pobreza nos Açores. E isso é a diferença que nós temos.

Neste momento, e eu falei sobre a nossa monocultura, temos outra que é o turismo que não está a ajudar em nada a população açoriana, os mais desfavorecidos. É que não estamos a aumentar os ordenados com esta nova monocultura do turismo, acerca do qual não sou contra...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas assim já são duas! Ou uma ou outra!

O Orador: ... mas também não aceito o mercado livre sem regras, como o Governo tenta adiar algumas regras de que necessitamos para o nosso turismo, que é sustentável, para que haja uma economia, ela própria também, mais sustentável nos Açores.

Foi isto que eu quis dizer, Sr. Deputado da Iniciativa Liberal. Não quis defender o modelo económico que nós temos, neste momento, porque ele está completamente errado, mas também, do mesmo espectro contrário, nunca seria de defender o liberalismo que o Sr. Deputado tentou defender ontem e em relação ao qual os açorianos provavelmente se sentirão ofendidos, porque não vão ter dinheiro para investir em ações da bolsa ou para ter 60 alqueires, como o senhor herdou do seu pai.

Eu herdei apenas umas botas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada esta declaração política e estão encerrados os nossos trabalhos para almoço.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Muito boa tarde Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 02 minutos.

(Neste momento o Presidente da ALRA foi substituído pelo Deputado João Vasco Costa na condução do plenário)

Presidente: Vamos dar início ao ponto 3 da nossa agenda relativo à **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII** – “Regime de Políticas de Juventude para a Região Autónoma dos Açores”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Para a apresentação do diploma, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e emprego (*Maria João Carreiro*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O XIII Governo dos Açores definiu como uma das prioridades estratégicas para a governação da Região o investimento nas políticas públicas de juventude, atento aos seus efeitos no desenvolvimento e na capacitação dos jovens e, bem assim, na promoção de uma juventude preparada para a construção dos percursos pessoais e socioprofissionais de sucesso.

Tanto no programa do Governo, como nas orientações de médio prazo 2021/2024, defendemos o renovado sentido e ambicioso significado para as políticas de juventude nos Açores, envolvendo a empregabilidade, o empreendedorismo, a criatividade, a intervenção cívica e voluntariado, o desenvolvimento de competências sociais e culturais, a mobilidade e a fixação de jovens, a transição verde e digital.

Passados 15 anos desde a sua aprovação, o diploma que enquadra as políticas de juventude da Região, o DLR nº 18/2008/A, de 7 de julho, ainda em vigor, está desatualizado nas suas disposições e desajustado da realidade dos jovens e das suas associações representativas.

Perante este quadro e considerando um novo compromisso da governação pública regional com a juventude, bem como os contributos recolhidos no exercício duma governação aberta, dialogante e próxima dos jovens, o Governo Regional propõe a esta Assembleia Legislativa a aprovação do Decreto Legislativo Regional nº34/XII que define o novo regime político de juventude para a Região Autónoma dos Açores, em substituição do atual DLR.

Sumariamente, na sua substância e conteúdo, este novo DLR reflete um impulso ao associativismo juvenil, melhorando as condições para o seu exercício e alargando aos grupos informais. Reforça não só os direitos dos jovens e das suas organizações, como também a sua participação na definição, acompanhamento e avaliação das políticas de juventude pública da Região. Cria as condições, isto é, facilita a operacionalização dos princípios da transversalidade das políticas públicas de juventude, sistematiza as formas de apoio de acompanhamento e auditoria dos apoios concedidos, fixação, mecanismos e critérios objetivos para garantir a não discricionariedade das políticas públicas. Integra novas áreas prioritárias para as políticas de juventude.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A proposta de DLR agora apresentada e seguida de apreciação por esta Assembleia Legislativa, recebeu parecer favorável das entidades e organizações no âmbito da sua análise na Comissão dos Assuntos Sociais.

Sem prejuízo das melhorias que as Sras. e Srs. Deputados entendam apresentar sob a forma de proposta de alteração, este DLR consubstancia um compromisso com os jovens e as suas associações.

Permitam-me, assim, que destaque algumas alterações que configuram e traduzem ganhos para os jovens açorianos e para a nossa democracia. Entre estas alterações estão, desde logo, a aposta na dinamização dos conselhos municipais de juventude, reforçando o seu contributo para a definição, acompanhamento e avaliação das políticas de juventude.

Os conselhos municipais de juventude, nos termos deste DLR, passam a ser obrigatoriamente ouvidos aquando da definição da estratégia global de juventude; o novo instrumento de planeamento em substituição do plano geral que nunca chegou a ser criado nestes 15 anos, que concorre de forma realista e tantas necessidades locais para a construção de uma linha estratégica para as políticas de juventude nos Açores. Além disso, esta proposta prevê a integração do representante dos conselhos municipais de juventude na Comissão de apreciação, em paridade com os Membros do Governo para análise e emissão de parecer aos apoios a conceder aos jovens e às organizações.

Dos 19 municípios dos Açores, apenas 6 têm Conselhos de Juventude devidamente constituídos e em funcionamento.

Acreditamos que este reforço da responsabilidade dos conselhos municipais, associado ao respeito pela autonomia e independência das associações e seus dirigentes, com princípios estruturantes das políticas de juventude, pode incentivar os municípios a operacionalizarem o pressuposto legal da sua constituição.

Também associada ao desígnio da não discricionariedade, confere-se aos grupos informais de jovens mais direitos e maior alcance no investimento público, sempre que estes desenvolvam iniciativas de relevo para a comunidade juvenil e passa a ter assento no Conselho de Juventude dos Açores uma federação de associações de estudantes. Na mesma linha, eliminou-se a figura subjetiva de sessões equiparadas a associações juvenis e definiu-se um critério objetivo para o reconhecimento de associações de carácter juvenil, sendo que às entidades que requeiram este estatuto e que sejam elegíveis em investimento público, é exigido um plano atividades maioritariamente ou exclusivamente para jovens e/ou inscrição no seu objeto definido nos seus estatutos em ação com jovens.

Assegurar e agilizar a transversalidade das políticas de juventude é outro dos pressupostos refletidos neste programa desta proposta, razão pela qual os seus princípios gerais estão mais articulados para a operacionalização efetiva, envolvendo vários departamentos do Governo na definição de medidas e no cofinanciamento.

Esta transversalidade ainda é garantida com a emissão de parecer por parte do

Departamento do Governo competente em matéria de juventude, aquando da criação de novas medidas por outros departamentos do Governo que tenham como beneficiários os jovens.

No que respeita ao associativismo juvenil, as melhorias aqui propostas visam incentivar a constituição de associações juvenis e minimizar os constrangimentos com que estas situações se deparam devido à desadequação da legislação em vigor às atuais e novas dinâmicas dos jovens.

Para efeitos de inscrição no Registo Açoriano de Associações Juvenis passa a ser requisito que 60% dos associados que compõem os órgãos sociais das associações juvenis, tenham idade igual ou inferior a 30 anos, em vez dos atuais 75%, uma exigência que levou ao encerramento de muitas associações.

Diminui-se, ainda, o número mínimo de associados exigível, para que o dirigente associativo possa obter esse estatuto e os benefícios para a dinamização das atividades das associações.

Introduziram-se, também, benefícios fiscais e isenções de taxas e emolumentos, como os que decorrem do processo de constituição de uma associação juvenil, por exemplo, naquilo que é o reforço dos apoios às atividades e associações juvenis e um estímulo à sua criação.

Nas áreas prioritárias na definição das políticas públicas de juventude, passam a estar integradas o empreendedorismo e empregabilidade, bem como a transição digital, transição verde ambiental, trata-se de áreas emergentes e relevantes para o futuro dos jovens que, nos termos desta proposta, são identificadas como áreas de competência da juventude e sobre as quais, de resto, já estão a ser desenvolvidos programas, como a “Academia Empreendedora” e “Escola de Vidas”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta é uma boa proposta para a juventude açoriana, porque reforça os direitos dos jovens e as entidades que trabalham com e para os jovens.

Esta é uma boa proposta para a juventude açoriana, porque melhora e adapta ao contexto atual as condições para o exercício do associativismo.

Esta é uma boa proposta para a juventude açoriana, porque reforça a participação dos jovens no processo de decisão pública.

Esta é uma boa proposta para a juventude açoriana, porque determina o investimento na capacitação dos jovens para as competências.

Esta é uma proposta que está pensada e estudada para promover o melhor dos jovens, na firme convicção de que uma oportunidade nas mãos dum jovem é um investimento no futuro da nossa Região.

Disse.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

(Neste momento o Deputado Marco Costa é substituído pelo Deputado Carlos Freitas no lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Obrigado Sra. Secretária.

Sras. e Srs. Deputados estão abertas as inscrições.

Está inscrita a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado Sr. Vice-Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo traz-nos aqui uma proposta que prevê a criação do regime de políticas de juventude para a Região Autónoma dos Açores.

Como disse a Sra. Secretária, e muito bem, é uma boa proposta para a juventude açoriana segundo a nossa análise ao diploma.

A verdade é que este diploma vem revogar o DLR nº 18/2008/A, de 7 de julho, ou seja, decorridos 14 anos após a sua aprovação, vem adaptá-lo exatamente por este motivo, àquilo que é a realidade atual e ao que são os desafios atuais que se colocam aos nossos jovens, porque são matérias que devem ser fomentadas em discussão pública numa participação ativa por parte dos nossos jovens, também naquilo que é a estratégia da União Europeia para a Juventude 2019/2027. E este diploma vem exatamente nesse sentido de agregar tudo isto, respondendo também, como disse, ao atual contexto, reforçando o papel dos jovens numa sociedade que se quer cada vez mais ativa e cada vez mais dinâmica. E é importante também impulsionar e potenciar os jovens da nossa Região, para os estimular à participação destes jovens, bem como o associativismo juvenil que, infelizmente, nalgumas ilhas não de estar estagnado e não tem acontecido, como é o caso, por exemplo, de São Jorge em que tínhamos uma associação para a juventude que neste momento, não existe, tornando-se necessário impulsionar os nossos jovens nesta atividade, jovens estes que são parceiros essenciais para o reforço da participação no combate aos vários desafios atuais que os Açores também enfrentam, para que tenhamos uma sociedade mais inclusiva, mais participativa e mais inovadora. É isso que também se pretende com este diploma.

Na análise ao diploma, constata-se o reforço dos direitos dos jovens e das entidades que trabalham com e para os jovens. Por exemplo, o estatuto do dirigente associativo ou a salvaguarda às organizações de juventude. Adapta, também, ao contexto atual a realidade dos associativismo, pois este diploma alarga a grupos informais de jovens. Também como referiu a Sra. Secretária, e muito bem, o papel dos conselhos municipais da juventude que necessitam também dum impulso para que em vez dos 6 concelhos de juventude tenhamos

mais concelhos municipais de juventude ativos. E também a verdade é que garantindo o assento quer no Conselho da Juventude dos Açores, quer na Comissão de Apreciação, parece-nos uma boa medida de incentivo à participação dos conselhos municipais da juventude.

Também de salientar aquilo que o Governo entendeu como as competências a dar destaque, como o empreendedorismo, a literacia digital, a consciencialização ambiental, que são sem dúvida matérias atuais e que devem ser o foco daquilo que são as políticas na área da juventude.

Outro aspeto que nos parece importante e que é necessário ressaltar tem a ver com o órgão poder reunir não apenas quando convocado pela tutela que é o que está neste momento a vigorar, mas também quando existir uma percentagem de 60% dos membros que assim o entendam. E acho que isso também é uma medida bastante positiva em termos da participação dos membros do Conselho da Juventude dos Açores. E, por isso, é também algo neste diploma que vem inovar.

Outro aspeto que a Sra. Secretária mencionou, no que concerne à questão dos jovens com menos de 30 anos passou para 60% (era 75%) que efetivamente resultou da auscultação junto das associações. A verdade é que principalmente nas ilhas com menor demografia, onde se sente mais essa circunstância de muitas vezes as associações terem dificuldades em agregar elementos para se manterem vivas, muitas vezes referem-nos aquando das reuniões que vamos fazendo, que muitas vezes é importante, porque para um desses jovens ser permitido a sua participação, a sua integração nas associações, até pela experiência que venha adquirir, isto nas ilhas com menor população, como as Flores e São Jorge, acho que também é importante e é algo que tem sido reivindicado junto dos grupos parlamentares.

Por isso, gostaria de terminar esta primeira intervenção dizendo que nos parece uma boa medida do Governo Regional que também vai ao encontro dos desafios na área da juventude. E gostaria de deixar uma pergunta à Sra. Secretária, na medida em que a Academia Empreendedora - também mencionou isso na sua intervenção - tem sido um programa de sucesso que tem levado à participação das escolas numa forma entusiasmada, de resto este ano - e queria também congratular o Governo Regional por isso - essa academia decorreu na ilha de São Jorge, tendo sido também um sinal claro daquilo que o Governo Regional entende quanto à descentralização deste tipo de iniciativas, porque foi uma iniciativa em que muitas escolas participaram, foi muito importante, quer para as escolas que participaram e a dinâmica que se criou, mas também até para a própria economia da ilha, para a atividade que foi gerada durante esse período, isto é, durante o mês de maio/junho, em que decorreu essa academia. Mas também queria perguntar à Sra. Secretária se nos consegue precisar, em termos de dados concretos, o impacto que este programa está a ter junto dos

nossos jovens, porque a verdade é que ao visitar a Feira, ficamos com a ideia de que há um espírito empreendedor que deve ser potenciado junto destes jovens que poderão daí advir vários empreendedores açorianos e darem o seu contributo à nossa economia.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

(Neste momento o Deputado Marco Costa retoma o seu lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições por enquanto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Gomes.

(* **Deputado Vílson Gomes (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para intervir neste debate em que está em discussão o regime de políticas de juventude para a Região Autónoma dos Açores. Um diploma que faz mais de um ano que foi apresentado e entregue nesta Casa, sendo que ao final dum ano e tal é que é discutido aqui nesta Câmara, até julgava que já não subiria a plenário nesta Sessão Legislativa, mas veio com os mesmos erros e omissões que existia e que foram detetados também em sede de Comissão.

Há erros, omissões e incongruências, também, no diploma face àquilo que era a postura do Partido Social Democrata, face às críticas do PSD e deste Governo em relação a este diploma, o qual de inovador traz pouquíssimo, não traz quase nada. E o que traz é um regresso ao passado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é bom ou é mau?

O Orador: Ora vejamos: aquilo que defendiam a nível dos órgãos que fazem parte deste diploma, que podia ser melhorado, podia ser visto de outra forma, mantém-se tudo na mesma. O Partido Socialista não tem problema algum em dizer que se apresentasse uma proposta desta natureza, faria diferente e faria melhor do que aquilo que está aqui apresentado.

Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e emprego (Maria João Carreiro): Pode apresentar uma proposta de alteração!

O Orador: Nós não temos problema algum em assumir que houve coisas que podíamos ter melhorado e há coisas que podemos melhorar, ainda mais, tendo a humildade democrática de fazer mais e melhor no que diz respeito a este diploma e às políticas de juventude que estão aqui em discussão.

Eu posso, desde logo, perceber que o regresso ao passado deste diploma desvaloriza as políticas na Região. Amarra completamente a participação ativa

e direta dos jovens, desde logo, no que toca à questão do Conselho Regional para Juventude ou nos Conselhos Municipais de Juventude, vemos que há uma aqui uma certa forma de controlar e manipular, influenciando em simultâneo, a participação ativa e direta dos jovens nesta matéria.

Não posso concordar, Sra. Secretária, com aquilo que acabou de dizer naquela tribuna. O que disse praticamente foi que havia um reforço da participação cívica e ativa de jovens.

Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e emprego (*Maria João Carreiro*): Como e que era na vossa altura?

O Orador: Diga-me uma coisa:

Onde é que estão as respostas ao aumento do custo de vida para os jovens nesta altura que estamos a viver?

Este diploma não tem qualquer resposta nem faz referência alguma em relação a esta matéria, é extremamente vago em termos de dar respostas, por exemplo, à habitação, ou melhor, à falta de habitação, ao trabalho precário, à falta dum jovem encontrar um emprego digno que possa corresponder ao salário digno e justo que qualquer jovem tem como ambição quando entra no mercado de trabalho.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): O diploma dá resposta à habitação!

Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*): Oh Senhor Deputado, tem que estudar as competências do Governo!

O Orador: Não vejo qualquer resposta dada neste diploma. É extremamente vago, digamos, é uma *nuvem de fumo* em cima das políticas de juventude na Região e isso não deixa de ser preocupante.

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): As palavras são suas!

O Orador: Aliás, este Governo já nos habituou a que os jovens sejam esquecidos realmente naquilo que são as políticas de juventude na Região. E isso é bem visível e reflete bem o que está aqui neste diploma.

Há outra tentativa que este diploma nos traz que é uma tentativa de manipular e influenciar aquilo que são as decisões do Conselho Regional de Juventude. Digamos que querem criar agora um fórum de juventude nos Açores, ou seja, um fórum de eventos nos Açores.

Deputado Flávio Soares (*PSD*): Nem sequer sabe o nome do Conselho! Nem isso o senhor sabe!

O Orador: Veja-se (e pasme-se!!): “regulamentado pelo Governo Regional”, o que aliás, está a pôr em causa todos os méritos das organizações de juventude em auto-organizarem para criar uma federação semelhante a esta natureza. E isto é lamentável!!

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PS*)

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O que é que aconteceu no passado?!

O Orador: Tira o direito completo e passa um atestado de incompetência às organizações de juventude na Região. Ou seja, colocando o Governo no lugar delas, é regulamentar uma federação que não é mais do que um aglomerado de associações juvenis na Região. Essas associações também têm direito e também têm capacidade de criar a sua própria federação para responder às necessidades e às preocupações dos jovens nesta terra. E, portanto, é mais uma tentativa de manipular, de influenciar, esse fórum de juventude dos Açores é praticamente um atentado àquilo que é o bom funcionamento das organizações de juventude nos Açores. Eu não ouvi a Sra. Secretária falar sobre isso.

Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): O Sr. Deputado nem conhece o diploma atual!

O Orador: Talvez porque esteja incomodada que esta seja uma proposta da Coligação, mas isso é o que está aqui nesta proposta que foi submetida por vós e que tem o aval de V. Exa.

Ainda digo mais: o que está em causa neste diploma é o retirar, mais uma vez, e diminuir os órgãos executivos das associações de juventude, ou seja, a maior parte desses órgãos passa para 60%; nós tínhamos 75% dos jovens que pertenciam aos órgãos executivos e o que o Governo quer fazer, é reduzir ainda mais (para 60%) a proporção de jovens que possam pertencer aos órgãos executivos. O Partido Socialista não concorda e mantém os 75% e aumenta a idade para 35 anos, tal como acontece a nível nacional no Conselho Nacional de Juventude e é esse caminho que temos de trilhar, em vez de reduzir, devemos avançar e evoluir.

Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): E as críticas a nível nacional?

O Orador: E essa é uma evolução que o Governo Regional não quer, prefere regredir e ficar ainda mais para trás daquilo que são as orientações europeias e nacionais neste sentido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda mais para trás do que os senhores deixaram!?

O Orador: E, portanto, Sra. Secretária não vejo qual é o reforço da participação dos jovens, qual é o reforço da participação cívica e ativa dos jovens. Vejo um regresso ao passado, em que o Governo Regional controla, manipula, voltamos ao regresso ao passado do PSD, neste caso, e acho que é óbvia esta minha menção, mas claro que é literalmente o que está aqui em causa.

Deputado Gustavo Alves (PPM): É óbvio, é! Muito mau!

O Orador: E, portanto, os jovens açorianos não se reveem neste diploma, tal como está, apesar de reconhece melhoramentos no diploma, nem tudo está mau, mas quanto a alterações e à inovação sabe a pouco, é pouquinho, chega a ser uma mão cheia de nada. Por isso, Sra. Secretária, eu queria saber a sua opinião, já que em sede de Comissão a questão não foi não foi suficientemente explícita, que diga a esta Câmara o que é que a faz ficar tão amarrada e tão agarrada à Presidência do Conselho de Juventude dos Açores?

Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): É a Orgânica! Isso é uma competência legislativa!

O Orador: Sabendo bem que a argumentação que tem sido utilizada, apesar de ser um órgão consultivo e da dependência da Secretária da tutela, apesar de ser um órgão consultivo, não é um órgão de funcionamento nem de organização do Governo Regional. Por isso, esse fundamento não colhe e não se justifica. Se me disser que todos os órgãos consultivos são presididos pelos Membros do Governo Regional, eu posso dizer-lhe que cabe também à sua juventude e ao seu espírito jovem, alterar o Conselho Consultivo para que ele seja também diferente daquilo que tem sido o *modus operandi*.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Flávio Soares, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que antes de fazer umas considerações sobre a proposta que é trazida pelo Governo Regional a esta Casa, diga ao Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes que o senhor ou anda completamente distraído, no que respeita às medidas e às propostas realizadas pelo Governo Regional em relação à juventude, e que têm trazido um novo paradigma às associações e a todas as entidades que trabalham diretamente com a juventude, ou então, o Sr. Deputado não leu o diploma nem leu os pareceres que foram recebidos pela Comissão de Assuntos Sociais.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado, uma vez mais, o que nos traz aqui o Partido Socialista, é uma mão cheia de críticas e outra mão vazia de propostas. Aliás, em relação a propostas, permita-me também, Sr. Deputado, que lhe diga que quando referiu a falta de coerência precisamente no que diz respeito a uma proposta sua, aliás, do Partido Socialista e que não foi admitida pelos serviços da Assembleia, precisamente no que diz respeito à Presidência do Conselho de Juventude dos Açores e não Conselho Regional de Juventude, como o senhor referiu. Portanto, isso demonstra claramente a sua distração no que diz respeito a este diploma e a esta proposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas no que diz respeito à Proposta de Decreto e Legislativo Regional propriamente dita que é trazida pelo Governo Regional e que, obviamente, a Coligação deu o seu contributo apresentando propostas de alteração que vão ao encontro dos pareceres que a Comissão de Assuntos Sociais recebeu, estamos aqui a dar o nosso contributo para melhorar o que já era bom, mas para melhorar ainda mais este diploma.

Este diploma, desde o início, começou bem, começou com o pé direito e digo, porque foi amplamente discutido nos conselhos municipais de juventude, no próprio Conselho de Juventude dos Açores, em todas as entidades, envolvendo a participação que as mesmas fizeram chegar à própria Secretaria Regional.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E não menos importante, de resto, como frisou a Sra. Secretária na sua intervenção na tribuna, é importante dizer que este diploma carecia de ser atualizado, para que fosse ao encontro daquela que é a realidade atual das nossas associações, porque não é mentira e não podemos esquecer que este diploma estava em vigor desde 2008, repito, **desde 2008**, há 15 anos que o Partido Socialista (12 dos quais da inteira responsabilidade direta do PS) não atualizou este diploma, fez ouvidos moucos às posições das associações juvenis por várias vezes ditas nas reuniões do Conselho de Juventude dos Açores.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Era isto que queria ouvir, Sr. Deputado?

O Orador: Mas, Srs. Deputado, esta proposta, ao contrário daquilo que o senhor afirma, tem potencialidades. E queria deixar três fatores: tem maior clareza e objetividade, tem mais modernidade e uma adaptação à realidade atual

e tem uma maior transversalidade. E, portanto, vai trazer um novo enquadramento no que diz respeito às políticas de juventude na nossa Região. É um novo mecanismo que vai fortalecer a posição dessas associações, neste âmbito, porque reflete uma aposta direta na política de transversalidade da juventude, tornando a Direção Regional da Juventude num parceiro no que diz respeito à definição de medidas de outros departamentos do Governo Regional, coisa que não acontecia com o Partido Socialista, porque cada Secretaria tomava a sua posição e não havia sequer um elo de ligação. Mas é importante também dar nota, como, aliás, já foi dito pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, do reforço dos conselhos municipais de juventude, coisa que os sucessivos governos do Partido Socialista ignoravam...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ...mesmo tendo inclusivamente a maioria das câmaras municipais socialistas, mas estiveram sempre de costas voltadas a esses mesmos contributos que foram dados.

Este diploma vai ao encontro daquilo que está definido no programa do XIII Governo, no que diz respeito às políticas de juventude. Mas, tal como como disse no início da minha intervenção, nós querendo dar o nosso contributo, apresentámos bastantes medidas de alteração, muitas que vão ao encontro dos pareceres que o Sr. Deputado, à partida, não leu, mas existe outra proposta que vai ao encontro daquilo que o PSD e eu, enquanto líder de uma juventude partidária - a JSD/Açores - sempre defendi: haver um órgão de debate, de discussão, de troca de opiniões e ideias só entre as associações juvenis. E é nesse âmbito que propomos a criação do Fórum da Juventude dos Açores, para que haja esse intercâmbio entre associações, para que haja uma reflexão sobre as aspirações das associações, da própria juventude. Aliás, este Fórum vai ao encontro daquilo que nós sempre defendemos, mas que grande parte das associações de juventude defenderam ao longo dos últimos anos.

Bem sei que no passado – e com toda a humildade assumo - a minha posição era diferente; em 2017, defendi que a Presidência do Conselho de Juventude dos Açores não deveria ser do Governo Regional. Mas o que é certo e, aliás, a deliberação do Sr. Presidente da Assembleia vai ao encontro daquela que foi a conclusão a que cheguei. Não era efetivamente uma proposta exequível, retiraria a essência do Conselho de Juventude dos Açores. Não tenho problema nenhum em assumir que estava errado. Mas estando errado, apresentámos uma proposta que vai ao encontro do objetivo desta proposta na altura, que é haver um órgão sem intromissão no Governo Regional e única e exclusivamente constituído por associações de juventude que pudessem trocar opiniões, como disse há pouco.

Portanto, Sr. Deputado, nós não temos aqui incoerência nenhuma. Eu assumi o meu erro do passado, mas apresentei uma proposta, coisa que o Partido Socialista não fez.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A nível de associativismo, políticas de juventude... há coisas que já me esqueci, confesso. Desde muito novo, por *linhas travessas*, de forma direta acabei por estar ligado à juventude e só suspendi, de certa forma esta minha ligação, pelas funções que tenho hoje, porque acho – e acho bem - que não se pode estar em *todos altares*. Fico com muito pena, porque era um trabalho que gostava bastante que era trabalhar com jovens, até me sentia mais novo. Bom, e agora vou dizer aqui uma coisa que é: eu sou Presidente, duma associação de juventude - tenho 52 anos.

Deputado António Lima (BE): O senhor já não tem idade para isso!

O Orador: Claro, exatamente.

Eu não sou Presidente de uma associação de juventude aos 52 anos. Sou presidente duma associação cultural que não é de juventude por opção própria.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Mas é isso que o Governo quer! O Governo quer dividir! 60%!

O Orador: Mas nesta terra, associações de juventude cujos presidente até são mais velhos do que eu.

Isto faz algum sentido? Não.

Sra. Secretária, um dia, quando tiver tempo (e há-de ter) há-de fazer um levantamento de todas as associações de juventude que nasceram a partir de 96, porque dizia o meu saudoso amigo João Pereira que tinha trabalhado imenso para ter uma associação - a Associação da Candelária - e que de um momento para o outro, viu uma série de associações de juventude a nascerem como cogumelos, com sedes, com material, com isso, aquilo e aqueloutro. É assim que se compram as coisas, é assim que se compram as pessoas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Credo!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Não diga que é mentira, porque é verdade e os açorianos sabem que é verdade!

Eram associações de juventude em todo o lado. Aquilo que parecia... sei lá... uma praga de formigas, quando a juventude às vezes era completamente esquecida, de um momento para o outro, só se falava de juventude. E o que é que ficou? Pouco ou nada! Gastou-se o dinheiro dos contribuintes para nada!

Faça-me esse levantamento, Sra. Secretária, porque a culpa nunca pode morrer solteira!

Gente com 60 anos à frente de uma associação de juventude que já não reúne há anos sem fim, mas continua a receber dinheiro do Estado, eu também quero saber como é que isso é possível, porque os jovens o que precisam – eu vou explicar aos senhores - não é que o Estado ou o Governo, seja lá quem for, lhes diga o que é que eles têm para fazer. Os jovens tem, sim, que dizer ao Governo, seja o governo regional seja o governo local, o que é que ele têm de fazer para acautelar o futuro da juventude. Isto é que é importante, ouvir os jovens. Não é pegar nos jovens e metê-los numa salinha e dizer, “você agora batem palmas e somos todos os melhores do mundo”. Não é isso que os jovens querem, nunca foi isso que os jovens quiseram. Como qualquer ser humano, se eu der um geladinho a qualquer um, fica tudo contente, fica tudo feliz, damos viagens... damos isso e aquilo... damos uma sede, damos tudo. E, depois, como é que está a cultura?! A cair! Como é que está o desporto?! A cair?

Porquê? Porque não resultou.

Os jovens não se compram. Os jovens existem e nós temos que saber ouvir.

Eu até na minha experiência pessoal e musical, tinha que ouvir jovens de 12 e 13 anos, saber o que é que gostam de tocar? É isso? Pronto, vamos a isso.

Agora vir dizer o que é que eles vão fazer... e quanto a federações, com certeza, eu concordo e deve-se fazer, seja o fórum, seja lá o que quiserem, o que quiserem, pode ser. Mas também vos digo, Sr. Deputado, e sabe que gosto muito de si, gosto imenso de si, não é para casar mas gosto de si...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito obrigado!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso soa a ameaça!

(Neste momento o Deputado Luís Garcia reocupa o lugar de Presidente na Mesa da ALRA)

O Orador: ... podem fazer uma federação quando quiserem, no dia que quiserem, basta ir à Conservatória e fazer; têm é que juntar as associações todas e as associações têm que estar de acordo e tem que lhes dizer que vão receber zero.

Experimente lá fazer isso.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente.

O Orador: Nas associações que eu conheço, há gente séria, mas há muitas que conheço que se for lá dizer que é a zero ou que não vão receber nem 1 cêntimo nem daquela senhora nem doutra senhora, o Sr. Deputado não faz federação nenhuma. O senhor nem consegue fazer um almoço, imagine uma federação. Eu sei o que estou dizendo, porque quando alimentamos os jovens e damos

cabo daquilo que devia ser irreverência deles e começamos a pagar e a pôr dinheiro, acabou tudo.

Meus amigos é o que é o que é!

Deve-se organizar? Deve-se.

Deve-se criar mecanismos legislativos? Deve-se.

Mas deve-se ouvir a juventude. Não é dizer “olha, temos aqui isto, vocês digam lá o que é que acham disto?”.

Não, ao contrário, os jovens é que devem dizer, “olhe, nós temos isto aqui para acautelar o nosso futuro a nível de habitação, a nível de trabalho, a nível de formação, de inovação, isso sim e depois o Governo deve e deve fazer.

É minha conceção, é aquilo que eu defendo e que o meu partido defende: dar ouvidos e voz àqueles que não têm voz e precisam de ter e, neste caso, dos jovens.

Infelizmente, nós vamos vendo, cada vez mais uma desilusão. E aqueles mais bem formados e que podiam contribuir para o futuro, até dentro deste Parlamento, fazem-nos assim com o dedo, *eu não quero, eu vou-me embora*.

Nós temos que dizer aos jovens “nós precisamos de vocês”, “nós precisamos como nunca precisámos na vida”. Hoje precisamos muito da juventude, especialmente na política, porque nós não vamos ficar cá para sempre nem era bom que ficássemos cá. Tem que vir para cá outros mais novos, com uma nova visão e que levem esta terra para aquilo que nós achamos que deve ser, que é prosperidade, riqueza, bem-estar e alegria, que é coisa que já temos pouco.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra, na sequência das propostas de alteração que foram apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista a este diploma e do despacho de não admissibilidade parcial que algumas dessas propostas mereceram da parte do Sr. Presidente da Assembleia.

Os fundamentos que são invocados pelo Despacho do Sr. Presidente, se bem os compreendi, não vão no sentido de considerar que o Conselho Regional de Juventude é uma matéria da exclusiva competência do Governo, mas vão no sentido de considerar que a definição da Presidência do Conselho de Juventude, sobretudo nos moldes em que já está feita, é uma matéria da exclusiva competência do Governo e que, pelo facto de constar de um decreto regulamentar regional, impede que a Assembleia Legislativa Regional se possa pronunciar sobre essa matéria.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso ainda é mais grave!

O Orador: Nós não concordamos com este entendimento, porque o que aqui está em causa não é se se defende e se se concorda sobre quem preside, cada um terá o seu entendimento sobre essa matéria. A questão é saber se, no debate, na discussão e na criação de legislação sobre esta matéria, a Assembleia Legislativa da Região tem ou não o poder de decidir quem preside ao Conselho de Juventude. A diferença de entendimento está, exatamente, aí e não se se entende de uma forma ou de outra. Cada um dos partidos políticos é livre de concordar ou discordar com o teor substantivo da proposta de alteração. Aquilo que nós não concordamos é que, efetivamente, a Assembleia não tenha essa possibilidade de decidir, através da legislação, quem é o Presidente do Conselho de Juventude ou, pelo menos, dito de outra forma, que o facto do Governo, através de decreto regulamentar regional, ter definido para o Membro do Governo Regional com competências nesta matéria uma determinada função, que isso constitua um fator impeditivo da competência legislativa da Assembleia.

Este não é o nosso entendimento e agradecendo, naturalmente, a abertura que houve da parte do Sr. Presidente da Assembleia e dos serviços da Assembleia para que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista possa esclarecer a fundamentação, nós entendemos que, não sendo possível ultrapassar a questão de outra forma, possamos recorrer para plenário da admissibilidade, ou melhor, o que queremos é recorrer da inadmissibilidade parcial das propostas, exatamente, porque aquilo que está em causa, nesta questão em concreto, é saber se a Assembleia pode ou não decidir sobre esta matéria. E nós entendemos que a Assembleia pode decidir sobre esta matéria, seja concordando com a proposta de alteração que é apresentada, seja discordando e votando contra essa proposta de alteração. E é nesse sentido que eu gostaria, Sr. Presidente, de dar entrada na Mesa dum requerimento para recurso para plenário desta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tendo dado a entrada ao recurso, os outros grupos e representações parlamentares têm 5 minutos para uma única intervenção.

Sr. Deputado João Bruto da Costa...?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e está concedido.

Regressamos às 16h15.

Eram 15 horas e 47 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 16 minutos.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro apresentou um recurso para plenário duma decisão da Mesa. Os outros grupos e representações parlamentares e o Governo Regional têm 5 minutos para uma única intervenção.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este recurso do Partido Socialista à não admissibilidade de uma proposta de alteração ao diploma que estamos a discutir, tem um fundamento que se sustenta no facto de, estando nós a discutir esta proposta, podermos fazer as alterações que assim entendamos. E, neste caso concreto, isso não acontece. É uma circunstância que ocorre pelo facto do Partido Socialista querer fazer alterações que vão incidir diretamente sobre uma competência que é exclusiva do Governo, não consubstancia a oportunidade de o fazer, porque essa não pode ser uma competência exercida por este plenário.

Eu penso que essa é a justificação pela qual, em rigor, a Mesa não admitiu a proposta do Partido Socialista, porque na verdade e por absurdo, neste mesmo diploma, o Partido Socialista também podia fazer qualquer proposta que incidisse sobre matérias que são da exclusiva competência de organização e funcionamento do Governo Regional, sei lá, por absurdo, extinguir a direção regional e fazer outras propostas que, ainda que sejamos parlamentaristas, há o Artigo 231º da Constituição que obriga a que as matérias que são da exclusiva organização e funcionamento do Governo, tenham que ser da exclusiva competência do Governo Regional. E, nessa medida, não sendo esta propriamente uma matéria ou um assunto do agrado desta Assembleia, pela circunstância de termos que votar um recurso duma competência da Mesa e da admissibilidade da proposta do Partido Socialista, a verdade é que a Mesa tem razão em não ter admitido a proposta do Partido Socialista relativamente a esta matéria.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Gomes (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo mais inscrições, vamos então colocar à votação o recurso. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o recurso apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, façam o favor de permanecer como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O recurso colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 PPM e 1 do CHEGA.

Presidente: Tendo sido aprovado o recurso, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Gustavo Alves a quem dou a palavra.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Está em debate um diploma trazido pelo XIII Governo Regional dos Açores, referente às linhas orientadoras para as políticas de juventude para a nossa Região.

É um diploma que tem como matriz o DLR nº 18 /2008/A, de 7 de julho, diploma que teve uma votação unânime nesta Assembleia e, no nosso entendimento, o mesmo foi muito importante para fortalecer as iniciativas de populações jovens que pretendam auxiliar a sua Região com o seu contributo descomprometido e voluntário, através da participação em questões importantes para a sociedade nos âmbitos social, económico e cultural.

Este novo diploma reforça alguns pontos já existentes e dá maior amplitude de participação no Conselho de Juventude dos Açores, dando como exemplo a possibilidade dos conselhos municipais de juventude poderem ter assento.

Existe também uma alteração substancial em que se reduz a percentagem de jovens que tenham idade igual ou inferior a 30 anos, de 75% para 60%, aquando da constituição duma associação juvenil que se inscreva no registo açoriano de associações juvenis, fator que dificultava a integração e a captação dos mesmos, sendo um novo impulso de integração juvenil na sociedade e no associativismo, principalmente para as ilhas de menor dimensão, como a ilha das Flores.

No entender do Grupo parlamentar do PPM, uma temática importante de salientar, será o valor do empreendedorismo para a Região Autónoma dos Açores, assim como os apoios que lhe capacitem e incrementem.

Este é um ramo fundamental para uma região próspera e cada vez menos dependente do domínio público. A verdade é que esta é uma oportunidade para surgir negócios privados que serão geradores de riqueza, onde todos saem a ganhar.

Queremos fazer uma referência que nos parece muito importante no debate deste diploma e, principalmente, para que chegue a casa dos açorianos.

Existe no nosso país uma crise do associativismo. Somos o país que detém o mais baixo índice de associativismo por habitante da Europa. Este é um indicador utilizado para qualificar o desenvolvimento dos Estados-Membros e nessa matéria estamos muito aquém das nossas capacidades a nível nacional. É através dos movimentos associativos que se complementam as políticas públicas, como todos nós bem sabemos e observamos todos os dias com o trabalho desenvolvido por associações sem fins lucrativos, entre outros, criando uma dinâmica necessária para o bem comum entre essas mesmas associações e o Estado.

É preciso estimular cada vez mais a participação das populações jovens nos movimentos associativos, onde serão sempre uma mais-valia na resolução de questões do quotidiano, onde os governos não conseguem ser tão abrangentes.

De certo modo, o que este diploma destaca é a redução do individualismo que está bem patente nos dias de hoje.

Precisamos de jovens conscientes do bem comum, assim como as práticas que almejem o desenvolvimento da nossa Região, grupos de pessoas que, de uma forma economicamente desinteressada, mas consciente e em regime de voluntariado, estamos em querer ajudar, ajudarão no alcance desse desiderato. Em suma, vemos com bons olhos a revisitação a este diploma e votaremos no mesmo a favor.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em dezembro de 2021, a Presidente da Comissão Europeia Úrsula von der Leyen, designou 2022 como o “Ano Europeu da Juventude”, pois - e passo a citar - “a Europa precisa de todos os seus jovens e a nossa União precisa de uma alma e de uma visão de futuro com que os jovens se identifiquem”. Tal como a nossa Região necessita que os nossos jovens se identifiquem com os Açores e que esta Região proporcione um futuro para a geração jovem atual, bem como para as gerações vindouras.

Desta forma, é necessário que se reflita nos documentos a aprovar, medidas e estratégias que se centrem numa abordagem intersectorial com a sua visão, as suas necessidades e direitos e a sua participação em processos decisórios.

Ora, a proposta que o Governo nos apresentou, e por mais empenho que possa ter tido à semelhança de outros diplomas já aqui debatidos, opta por uma

revogação da legislação anterior, com o objetivo de deixar a marca do atual Governo, apesar de, na prática, as alterações serem poucas. Ainda assim, registamos algumas (poucas) alterações, como a aposta na dinamização dos conselhos de juventude, a transparência e objetividade, o reconhecimento de instituições juvenis, a transversalidade e a capacidade intersectorial e a introdução do empreendedorismo e empregabilidade.

Consideramos, no entanto, que no âmbito desta revisão que também passa pela atualização dos princípios estruturantes das políticas de juventude, era importante introduzir o princípio da defesa da igualdade de género. E, Sra. Secretária, permita-me que lhe diga que – assumo - fiquei um bocado surpreendida, sendo a Senhora mulher, tendo sido a Senhora jovem, não ter refletido nesta proposta aquilo que sabe que são as dificuldades que as mulheres já sentiram e continuam a sentir nas duas decisões públicas.

Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Quando é que deu entrada este diploma?!

A Oradora: Lamento, Sra. Secretária. Até como forma de travar as tentativas de retrocesso nos direitos alcançados que têm sido mais frequentes nos últimos anos.

Atendendo a esta lacuna, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta uma proposta de aditamento para colocar a igualdade de género como um princípio estruturante das políticas de juventude.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Olhando para a proposta apresentada pelo Governo que estamos a analisar na generalidade, não podemos deixar de assinalar que aquela que no passado era a principal crítica do PSD à legislação sobre políticas de juventude, se mantenha inalterada.

Enquanto líder da JS, o agora Sr. Deputado Flávio Soares...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Da JSD.

Deputado Berto Messias (PS): JS?! Isso é o que ele queria!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Ele gostava!

A Oradora: Da JSD, desculpem.

Dizia o seguinte: como pode o Conselho Regional de Juventude dos Açores ser verdadeiramente autónomo e representativo quando é presidido, convocado e controlado pelo Governo Regional?

Quando estava na oposição, o PSD defendia que o Diretor Regional da Juventude devia participar nas reuniões do órgão, apenas como convidado sempre que se justificasse.

É verdade, Sr. Deputado Flávio Soares, o senhor, humildemente, assumiu que tinha dito aquilo que não sabia que mais tarde teria que dar a volta, mas agora que está no Governo, o PSD parece que quer manter aquilo que no passado considerava ser o *controlo político sobre os jovens e os seus representantes*,

mantendo um membro do Governo com a tutela da Juventude como Presidente deste órgão consultivo.

Parece ao Bloco que para tentar fugir a esta crítica com que o PSD certamente já contava, a Coligação apresentou então a proposta de um novo órgão - o Fórum de Juventude dos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, o que parece ser na realidade este Fórum?

Parece que será uma espécie de antecâmara do Conselho Regional de Juventude, esta sim uma intromissão no direito de livre associação de jovens. Ou seja, a Coligação quer criar **por decreto** uma federação de associações de jovens, cujo funcionamento é regulamentado pelo próprio Governo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Falso!

Deputado Flávio Soares (PSD): Não é isso que está lá escrito e a senhora sabe!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito bem, é verdade!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Flávio Soares, não podemos acompanhar esta proposta.

Tendo em conta que a proposta do Governo estabelece princípios que nos parecem importantes para a definição das políticas de juventude, votaremos a favor da proposta na sua generalidade. Entretanto, gostaria de informar, poupando trabalho à Sra. Secretária, o Sr. Deputado Pacheco José Pacheco que na internet existe uma página do Governo que é o registo açoriano de todas as associações nos Açores. Ou seja, neste momento, e se a página estiver devidamente atualizada, temos 67 em S. Miguel, 91 na Terceira, 1 em São Jorge, 1 em Santa Maria, 4 no Pico, 2 na Graciosa, 4 no Faial e 1 no Corvo. E ainda lhe digo mais, Sr. Deputado: existem 7 regimes de incentivos.

Facilitei, assim, a vida à Sra. Secretária e expliquei-lhe como é que se preparam as propostas.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sim senhora, quanta humildade!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira.

Deputado José Pacheco (CH): A senhora não percebeu nada do que eu disse!

Deputada Alexandra Manes (BE): Pois é, eu não é que não percebo nada! O senhor é que percebe de tudo!

Deputada Célia Pereira (PS): Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Decorridos que são cerca de 14/15 anos desde a vigência do Decreto Legislativo Regional nº18/2008/A, podemos dizer que este cumpriu e bem os seus propósitos.

Foi através deste regime criado por governos regionais da responsabilidade do Partido Socialista que largas dezenas de associações de juventude ou equiparadas puderam ver as suas iniciativas aprovadas, beneficiando a vida de milhares de jovens açorianos ao longo dos anos.

Não podemos ignorar aquele que é o trabalho e o sucesso que este Decreto Legislativo cuja substituição estamos aqui hoje a discutir foi bem sucedido e cumpriu os seus propósitos. E, portanto, não é um *regresso ao passado*, Sr. Deputado Joaquim Machado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Joaquim Machado (PSD): É um regresso ao futuro.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não fomos nós que dissemos isso.

A Oradora: Até porque dizem que o *passado é uma rua sem sentido* e V. Exas. estão recorrentemente a falar do passado, porque se calhar estão num beco sem saída.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: O Partido Socialista entende que as políticas para a juventude, assim como aquelas de outras áreas setoriais, são um trabalho em progresso, uma missão permanentemente inacabada que é preciso pensar e repensar como é que podemos servir cada vez melhor os açorianos, de que formas podemos fazer cada vez mais um aprofundado usufruto da nossa autonomia.

A Região não deve ficar para trás na evolução das linhas orientadoras das políticas públicas da juventude e, portanto, é importante que no desenho deste regime, não percamos de vista, entre outros e com a devida adequação à nossa realidade, os objetivos gerais da estratégia da União Europeia para a Juventude que já aqui foi invocada.

Acreditamos que os jovens açorianos devem ter ao seu dispor um conjunto de políticas que potenciem a sua participação plena na sociedade, quer enquanto arquitetos da sua vida, quer enquanto protagonistas de pleno direito na mudança positiva da sociedade. Assim, entendemos que a proposta de revisão que estamos aqui a debater, é demasiado genérica para os objetivos a que se propõe. Contém, aliás, na perspetiva do Partido Socialista, e como já aqui foi invocado, alguns erros de conceção e é demasiado vaga para se afirmar como uma garantia para os jovens açorianos.

É facto que estamos perante um diploma de boas intenções, mas a bondade da proposta diante dos reais problemas da juventude açoriana, como seja o trabalho precário ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ah descobriram agora?!

A Oradora: ... o abandono escolar precoce ou a falta de habitação, deveriam conduzir a uma melhor apreciação de cada uma dessas premissas, o que efetivamente não acontece.

Assim como está, este regime de políticas de juventude para a Região Autónoma dos Açores corre o risco de ser de todos em terra de ninguém.

Importa, também, sublinhar que os Açores são uma região arquipelágica e predominantemente rural. Todos conhecemos sobejamente as especificidades e assimetrias do desenvolvimento das nossas 9 ilhas, dos seus 19 concelhos e 155 freguesias, bem como o enorme desafio que, de modo muito particular, cada um destes territórios enfrenta, no que diz respeito ao declínio demográfico e às dificuldades em promover a fixação de jovens, nomeadamente nas zonas rurais. E, no entanto, também sobre esta matéria e os desafios que o declínio demográfico e o despovoamento que muitas das nossas ilhas, concelhos e freguesias enfrentam, à semelhança de territórios nacionais e de territórios europeus, nem uma referência, nem uma proposta ou medida. Também neste domínio, é crucial estabelecer um planeamento claro e definido de políticas que promovam a fixação dos jovens na nossa Região. E é no sentido de atenuar esta lacuna que propomos que se mantenha na atual proposta de regime, uma referência à coesão territorial e ao meio rural, porque importa relevar a necessidade de discriminar positivamente os jovens que residem ou pretendem fixar-se nas ilhas onde a insularidade, a ruralidade e o declínio demográfico têm maior expressão; porque nunca é demais reforçar no desenho das políticas públicas, nomeadamente nas políticas públicas de juventude, a imperiosa necessidade de promover, de forma sustentada, medidas a favor dos jovens que residem nos meios rurais, garantindo o acesso a recursos sociais, económicos, culturais e formativos em condições de igualdade com a população juvenil urbana; porque é essencial que com os contributos desta Câmara e de todos os partidos e representações políticas que a compõem, se desenhe um regime de políticas que defenda e represente os reais interesses e direitos dos jovens açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.
Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria de esclarecer que percebo que haja alguma dificuldade em compreender a função de cada um dos órgãos.

A nível nacional, temos o Conselho Consultivo da Juventude que é equiparado ao nosso Conselho de Juventude dos Açores. É um órgão de consulta do próprio Governo. No caso nacional, é presidido pelo Ministério e, portanto, no caso regional, consideramos que deve ser presidido pelo Governo Regional. O Conselho Nacional da Juventude é equiparado ao Fórum da Juventude para os Açores. E foi com esse intuito, como forma de haver uma maior auscultação e uma maior proatividade naquela que é a sua dinâmica em termos de atividades, que fazemos esta proposta.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): É verdade!

O Orador: Este Fórum poderá organizar eventos, fazer debates sobre determinados problemas que possam estar a afetar a juventude da nossa Região, tal como o Conselho Nacional da Juventude organiza. E, portanto, há efetivamente, por aquilo que percebi das intervenções que me antecederam, uma enorme confusão, creio que não seja propositada... ou até pode ser...

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ah é, é!

O Orador: ..., mas existe essa confusão e isso traz ainda mais confusão ao debate que estamos a realizar.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não há! Chama-se lucidez!

O Orador: Por outro lado, este diploma, ao contrário daquilo que referiu a Sra. Deputada Célia Pereira e o Sr. Deputado Vílson Gomes, também, vem trazer uma maior representatividade das instituições no próprio órgão.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não é verdade!

O Orador: Aliás, a nossa proposta vai ao encontro disso mesmo. Ao contrário do que disse o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, de que pretendemos controlar as associações ou os membros que fazem parte do Conselho da Juventude para os Açores, é precisamente ao contrário.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor é que disse isso!

O Orador: Se fosse esse o objetivo, não faríamos uma proposta que incluísse mais associações nesse Conselho.

Isso foi o que os senhores fizeram durante os 15 à juventude dos Açores – nós queremos fazer precisamente o contrário!

Deputados Vasco Cordeiro e Vílson Ponte Gomes (PS): Não é verdade!

O Orador: Nós não. É precisamente o contrário, ou seja, por considerarmos a pluralidade de opiniões, é que queremos mais pessoas a participar no Conselho de Juventude para os Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, estamos a perceber no decorrer deste debate que existe esta confusão propositada em relação a determinadas matérias. E, Sra. Deputada Alexandra Manes, tal como o Conselho Nacional de Juventude que é regulamentado por decreto, entendemos que o Fórum da Juventude dos Açores deve ser também ele regulamentado neste DLR.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional.

(*) Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vílson Gomes:

Em primeiro lugar, tenho que lhe dizer que lamento profundamente a forma como veio abordar este diploma, o que só revela desconhecimento e falta de oportunidade de ler.

O Sr. Deputado diz que este é um diploma que “faz-nos regressar ao passado”.

Sabe o que é *regressar ao passado*, Sr. Deputado?

É ficarmos 15 anos parados, sem alterar um diploma, como fizeram na altura do Governo do Partido Socialista. Isso é que é *regressar ao passado!*

Mas mais: na verdade, o que o incomoda, Sr. Deputado, é que em 2 anos e meio nós temos obra feita, temos resultados, temos programas alterados para dar melhores condições aos jovens e os pareceres relativamente ao diploma – tome bem nota disso – são favoráveis, porque os jovens estão satisfeitos com as alterações que nós propomos.

Isso é que vos incomoda, Sr. Deputado!

Incomoda-vos que em 2 anos e meio, fizemos mais do que os senhores em 15 anos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Que humildade!

A Oradora: O Sr. Deputado vem aqui desvalorizar o papel dos conselhos municipais de juventude.

Naturalmente, agora percebo a razão pela qual só temos neste momento 6 conselhos de entre 19. Está a explicação dada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Mas sabe, Sr. Deputado, nós Governo, o que pretendemos é trazer o conselhos municipais de juventude até à definição das políticas de juventude, terem papel assente no Conselho de Juventude dos Açores, terem aqui uma posição a dar na nossa análise das políticas de juventude.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Por isso é queremos potenciar e trazer os jovens que estão próximos e conhecem a sua realidade e trazê-la até nós.

Daí que acreditamos convictamente que aumentando a participação dos conselhos municipais de juventude, em sede do Conselho de Juventude dos Açores, certamente iremos ter mais conselhos municipais e mais jovens a participar e sentirem-se integrados na nossa política.

O senhor fala em respostas concretas relativamente ao aumento do custo de vida e da habitação.

Ó Sr. Deputado, como é possível colocar uma questão destas que, independentemente das questões que são transversais à juventude, gostaria de esclarecer, desde logo por duas vias:

1ª via é que não está no âmbito deste diploma. Nós estamos no âmbito dum DLR que promove o regime jurídico para as políticas de juventude, logo, não está aqui no âmbito de se discutir as políticas nem da habitação, nem do aumento do custo de vida, nem o impacto da inflação numa família, não é isso que está aqui em questão; está, sim, em questão criar um diploma global que através desse DLR, possamos criar outros DRR e outros programas por via de resolução e por outros instrumentos que existem.

Este é o ponto que em primeiro lugar eu gostaria de aqui esclarecer. Ponto 2: mais uma vez, só posso chegar à conclusão de que o Sr. Deputado não leu com rigor e seriedade o diploma, porque nos seus Artigos 7º, 8º e 9º, está bem plasmada a transversalidade interdepartamental e por via destes mesmo artigos, o Departamento do Governo com competência na área da juventude, tem um parecer obrigatório em todas as políticas setoriais dos outros Departamento do Governo. Ou seja, aqui está o reforço da Secretaria que tutela a juventude na articulação com as outras políticas. É isso que nós queremos e é isso que nós propomos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Mas para que não fique atrás nenhuma resposta para lhe dar, o Sr. Deputado fala na questão de manter a percentagem dos 75% em relação à composição da direção das associações.

Ó Sr. Deputado, ou não conhece a realidade do perfil das associações existentes e toda a nossa caracterização demográfica e geográfica, para propor a manutenção das associações. E certamente não se reuniu com elas. É que nós – Secretaria – por via da direção regional e por via do Conselho de Juventude dos Açores, reunimos com as associações. E, portanto, qual é a pretensão destes jovens e das associações?

É a de reduzir de 75% para 60%, isto é, nós estamos a responder aos interesses associações, coisa que os senhores nada fizeram em 15 anos, fizeram *tábua rasa* das pretensões das associações. E nós e nós estamos a ir lá.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, o senhor só pode desconhecer a realidade. Mas há mais, e já agora também respondo a uma questão que foi levantada por outros Deputados, ou seja, a manter a percentagem de 75% da composição da direção das associações, sabem o que é que vai acontecer? Muitas associações vão fechar. E já que fez aqui referência à percentagem nacional, sabe o que é que aconteceu...? Muitas associações fecharam. Nós queremos é manter as associações vivas e trazer mais associações para a nossa Região. Queremos dinamizar os jovens numa participação cívica ativa, dinâmica e que possam adquirir competências, por via de educação não formal, e por ser uma cidadania bastante ativa.

Sabe quantas associações nós temos inscritas no registo? - respondendo à Sra. Deputada Alexandra Manes, para dizer que lamento que já não estejam atualizados os dados que referiu.

Nós temos 12 associações inscritas no regime.

Dessas 12, sabe quantas associações têm nos órgãos dirigentes pessoas com 30 ou mais anos de idade? Seis!

Sabe o que vai acontecer se nós não alterarmos a norma? As associações deixam de existir.

Relativamente à outra questão que colocou e sobre a qual não posso deixar de referir que, Sr. Deputado, nada me prende à Presidência do Conselho Juventude dos Açores. Mas há uma questão que para mim é essencial e há princípios e valores.

Não podemos causar ingerência do poder legislativo no poder executivo, percebeu? Cada um no seu lugar. E, portanto, quando temos um órgão destes

que está na dependência do Secretário – nem é na dependência da Secretaria, mas sim do membro do Governo competente - ao querer alterar a Presidência - é entendido como ingerência. Mas posso também dar-lhe outra nota que até me traz mais conforto: de todas as reuniões havidas com as associações, com os jovens, com o Conselho de Juventude dos Açores, com os conselhos municipais juventude, nenhuma entidade pôs em causa que a Presidência ficasse adstrita ao membro do Governo com a tutela da juventude. Ou seja, isso é que me deixa confortável, porque é sinal de que o trabalho que está a ser feito, está a ser reconhecido pela comunidade juvenil e pelas suas associações.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Sra. Deputada Alexandra Manes relativamente à questão da abordagem intersectorial, penso que já aqui fiz o devido esclarecimento quando nós temos previsto no próprio diploma, Artigos 7º, 8º e 9º - a transversalidade interdepartamental, estamos aqui a garantir que o departamento do Governo com a tutela da juventude possa participar ativamente e com parecer obrigatório na definição das políticas setoriais.

Relativamente à questão da igualdade de género, os próprios programas da DRJ versam, entre outros assuntos, sobre a igualdade de género. E aqui também lhe queria dar nota que nós neste Governo, nós temos uma direção regional para a igualdade e inclusão social. Portanto, esta questão está garantida e será reforçada por via da transversalidade interdepartamental. Como digo, a partir do momento em que há uma direção regional na área, e havendo Direção Regional da Juventude, e conforme está previstos no Artigo 7º e seguintes, esta transversalidade está garantida e esta questão está resolvida. No entanto, nada tenho a opor quanto à vossa proposta de alteração que merecerá a aprovação ou não, por via das Sras. e Srs. Deputados.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado José Pacheco, como ele não está na sala neste momento, não vale a pena estar a esclarecer.

Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, na verdade, o empreendedorismo tem merecido um forte destaque por via desta Secretaria através da Direção Regional da Juventude. Temos provas dadas relativamente à Academia Empreendedora que culmina com o Concurso Inov-Açores que teve a sua 2ª edição na ilha de S. Jorge. Portanto, os números têm sido impressionantes face à 1ª e à 2ª edição. A verdade é que nós já temos mais de 3 mil jovens envolvidos nestes programas.

Conseguimos, este ano, pela primeira vez, ter escolas representativas de todas as ilhas.

Este investimento por parte da Secretaria na dinamização deste programa, já ronda os 180 mil euros. É um programa de sucesso que envolve líderes, várias escolas, é um programa que tem inclusivamente uma versão universitária cujo projeto vencedor é desenvolvido por via da incubadora. Este ano, em termos de admissão universitária, até alargámos aos jovens açorianos que estão noutras universidades e, portanto, temos mais provas dadas de que estamos no bom caminho relativamente a este programa empreendedor.

Penso que respondi a todas as questões. Queria, ainda, dar nota de que não é verdade que nós financiemos associações juvenis, se não estiverem em atividade. Nós só financiamos associações juvenis que estão em funcionamento, porque assim obriga a que peçamos documentos como o plano de atividades, as atas de eleição dos órgãos, isto é, obedece a um conjunto de procedimentos que têm que estar cumpridos.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho, agora, também na sequência das intervenções que me antecederam, nomeadamente as intervenções do Partido Socialista, porque fiquei realmente aqui com uma dúvida. Efetivamente o Sr. Deputado Vílson Gomes vem dizer que este diploma é um regresso ao passado, que está tudo uma desgraça, que não é preciso nada disto, não é nada disto que os jovens na nossa Região precisam, mas por outro lado, vem a Deputada Célia Pereira dizer que afinal isto é muito bom, porque é o que o Partido Socialista já fazia. E, portanto, parece-me que há aqui uma ligeira confusão na avaliação que a própria bancada faz ao diploma que às àquilo que foram as intervenções dos Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista.

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi isso que foi dito!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Há uma ligeira confusão, há. Mas é da sua parte!

A Oradora: A verdade é que quando mencionam que o que se pretende agora é controlar e manipular, que é isto que o Governo pretende com esta alteração, pois bem, gostaria de perceber como é que podem fazer esta análise ao diploma, quando ele é mais participativo, mais representativo, quando, por exemplo, o órgão pode reunir quando é convocado por uma percentagem mais 60% dos membros, quando antes só era convocado quando o Presidente do órgão assim o

entendia e a verdade também é que desde 2008 até 2020, entendia o Partido Socialista que este órgão deveria ser presidido pelo membro do Governo - até julho que o Deputado Berto Messias presidiu a este órgão e, portanto, que devia ser o órgão do Governo com esta matéria da juventude a presidir a este órgão consultivo.

Agora, exatamente entendem o seu contrário, entendem que já não deve ser assim. Da mesma forma que este diploma de 2008 até 2020 não sofreu alterações e, portanto, cumpriu seu propósito. estava ajustado àquilo que era a realidade regional, mas agora com estas alterações é que não está.

Quero dizer que por mais que queiram tentar argumentar, este diploma vai ao encontro do que são as aspirações das associações de juventude da nossa Região, está adequado ao nosso contexto atual. A verdade é que no que concerne as matérias quer da habitação, quer também da saúde, do desporto ou na educação, como já mencionou a Sra. Secretária, e muito bem, o próprio artigo Capítulo II prevê exatamente que exista esta transversalidade entre o que são as outras matérias na área governamental e que não é por isso que o Governo não tem apresentado matéria, nomeadamente até na área da habitação na questão do incentivo ao arrendamento jovem que cada vez tem mais adesão e onde tem existido cada vez maior investimento e, portanto, isso tem sido feito.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: Também dizer em relação às propostas de alteração apresentadas, que os partidos que assim entenderam apresentaram propostas ao diploma com vista a melhorar o mesmo naquilo que é a sua visão sobre esta matéria. E a nossa proposta de alteração, nomeadamente no que se refere ao fórum, porque é a questão que tem sido mais levantada por parte das bancadas, a verdade é que entendemos que deve existir um órgão que fomente a discussão e a participação ativa e que este órgão seja autónomo, não tendo que estar presente um membro do Governo, para que se promova exatamente uma discussão por parte das associações. Na verdade, fala-se muito em ser criada uma federação. Pois bem, nada impede que ela seja criada, mas também já sabemos o que aconteceu no passado quando foi criada uma federação que, neste momento, nem existe.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Por isso, este fórum é também no sentido de ser um impulso para que se participe, para que se organizem, no sentido de que seja promovido este debate sobre as políticas da juventude, à semelhança do que o Governo faz a integrar os conselhos municipais de juventude, para que exatamente os jovens sintam que têm uma participação, que são ativos no processo e que são integrados também no Conselho de Juventude dos Açores.

É neste sentido de potenciar o debate e a discussão sobre aquilo que são as temáticas, os problemas e os desafios da juventude que são feitas estas alterações. E, portanto, o fórum surge nesse sentido, isto é, no sentido também

do que tem sido a política implementada a nível nacional e dos resultados que se tem conseguido, por via deste órgão, a nível nacional. E entendemos que a nível regional será profícuo existir um fórum em que as associações possam discutir as diversas matérias.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Gomes.

(*) **Deputado Vílson Gomes (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvindo as declarações das bancadas da Coligação, inclusive da Sra. Secretária Regional, penso que talvez haja aqui um equívoco...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há e não é só um!

O Orador: ... que não foi suficientemente esclarecido, talvez não percebeu a intervenção do Partido Socialista preferida por mim, mas passo a explicar.

Quando olhamos para o diploma, como disse há 14/15 anos parado, é que realmente a oposição e os partidos que ao longo desse tempo fizeram parte desta Assembleia, sentiram-se confortáveis com o diploma.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Os senhores é que estavam confortáveis com a maioria absoluta! Desonestidade!

O Orador: E, portanto, o Partido Socialista fez o seu trabalho, apresentou-o e foi aprovado. Da parte do PSD e dos restantes partidos que fazem parte desta Assembleia, nunca propuseram nenhuma alteração, porque sentiram-se confortáveis com o diploma que estava em vigor. E, por isso, não percebo qual é a admiração ou o espanto para dizerem que em 14 anos ou 15 anos como disse a Sra. Secretária, não houvesse qualquer alteração ao diploma.

Penso que há aqui um equívoco e há uma fraca leitura em relação a essa questão. Mas também posso dizer que quando falamos do regresso ao passado, novamente talvez não percebeu inteiramente o que queríamos dizer, o que quisemos dizer é que há um regresso ao passado quando não existia nada, em que tudo era controlado pelo PSD, ao longo desse tempo todo e quando o Partido Socialista apresenta em 2008 um diploma, apresenta-o com uma perspetiva de futuro. E, hoje, o que temos é um diploma que não evolui, antes, regride.

É isto que nós quisemos dizer com o *regresso ao passado*. E é isto que está aqui em questão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Entenderam, agora, virar o jogo para passar a mensagem de que é um regresso ao passado. Acho que foi uma brincadeira, para não compreenderem o que nós quisemos dizer.

Passando à frente, e mudando para outro assunto, eu acho interessante a Secretária dizer que nenhuma associação de juventude ou organização se queixou da Presidência. Mas, Sra. Secretária, ali o Sr. Deputado do PSD que suporta o Governo Regional, disse em declarações públicas que - passo a citar:

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso já foi explicado.

O Orador: “Como pode o Conselho Regional de Juventude” (atualmente Conselho Regional de Juventude dos Açores), “ser verdadeiramente autónomo e representativo quando é presidido, convocado e controlado pelo Governo Regional?”

Temos aqui um equívoco!

Então, o Sr. Deputado Flávio Soares proferiu estas declarações e a senhora está a dizer agora que nenhuma associação falou ou questionou sobre esse assunto?!

Peço desculpa, mas acho que não é correto da sua parte dizer que é o Partido Socialista que quer alterar a Presidência do Conselho. Não. O Partido Socialista, vai ao encontro das associações e organizações de juventude...

Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Não é verdade!

O Orador: E, ainda por cima, vai ao encontro da incongruência do Sr. Deputado Flávio Soares em relação a esta matéria. E, portanto, esta teria sido uma boa oportunidade para alterar, mas não alterou, ficou quieto e sentado, sem fazer qualquer alteração nesta matéria. Daí que eu não poderia deixar de referir esta situação.

Passando adiante, este diploma não reflete as prioridades para a Região em matéria de política de juventude.

Do que é que fala novamente?

Quando fala na transversalidade é muito vago, é um *chapéu* que está por cima das políticas de juventude.

O que é que a Sra. Secretária tem para dizer em relação aos jovens que não conseguem ter o acesso à habitação?

O que é que tem a dizer aos jovens que estão a passar dificuldades por causa do aumento do custo de vida? O que é que tem para dizer em relação a essa matéria?! Diga-me!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isto não tem nada a ver com isso! Adormeceste!

O Orador: O que é que a Sra. Secretária tem a dizer em relação a isso?!

O que é que tem a dizer sobre a qualificação dos jovens no mercado do emprego que está desadequado às habilitações dos jovens que sentem na pele o fraco rendimento que recebem?

O que é que a Senhora diz em relação a isso? Eu não ouço nada!

A Senhora vem dizer que há um reforço da participação - palavras bonitas e vãs – mas não tem nada em concreto que responda às políticas de juventude. E isto, Sra. Secretária não podia deixar de dizer. E fico-me por aqui.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

A argumentação que utilizou para justificar a ausência da juventude não convence o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e porquê?

Vou-lhe explicar: ora, estamos a falar de políticas da juventude, estamos a falar de jovens, estamos a falar de futuro, temos consciência dos retrocessos que se podem verificar nas políticas relativas à igualdade da mulher. Estamos numa Região muito marcada pelas altas taxas de incidência de violência doméstica, violência no namoro. Estamos a falar numa região onde a mulher sofre mais com a precariedade. Estamos a falar numa Região onde há três gerações de mulheres pobres a viver na mesma habitação. Estamos a falar de famílias monoparentais, geralmente, muito mais assumidas por mulheres do que por homens. E a Sra. Secretária quer justificar tudo isto com a transversalidade?!

Não, Sra. Secretária, é preciso trazer este tema também entre os jovens e inseri-los exatamente aqui. Este é um assunto para debater com os jovens, é uma matéria importante, é o futuro. E sinceramente, Sra. Secretária, a ideia e a mensagem que passa desta omissão é muito clara: é que este assunto para a direita não importa. Não importa que os jovens tenham palavra, as maiores vítimas futuras da violência doméstica e muitas delas já são vítimas. Agora não interessa que tenham palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ó senhora, pelo amor de Deus!

A Oradora: Sra. Secretária, não está em lugar nenhum deste documento qualquer referência à igualdade de género, quando estamos a falar **do futuro**, Sra. Secretária.

Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*): O que é a igualdade?!

A Oradora: É importante que o Governo reflita nos documentos que apresenta, esta preocupação, porque a mensagem que passa – torno a dizer – é que isto para o Governo de direita não interessa, as mulheres não interessam, a violência doméstica não interessa, a precariedade nas mulheres não interessa. O facto das mulheres ganharem menos.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (*Mónica Seidi*): Que horror!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Mas quem é que disse que não interessa?!

A Oradora: Eu bem sei que o Governo Regional gosta muito de distribuir prémios à COFACO que é uma fábrica que emprega mulheres na maior precariedade possível e que vai empregar na sua freguesia, Sr. Deputado Jaime Vieira, mais jovens em precariedade, a ganharem menos, mas isso não preocupa o Governo Regional nem o Governo acha importante que se reflita essa preocupação nos seus diplomas. E quanto a isso Sra. Secretária, não podia deixar de assinalar de forma nenhuma aqui. É uma lacuna. E espero, sinceramente, que as Sras. e Srs. Deputados reflitam essa preocupação com o voto favorável à nossa proposta de alteração.

Muito obrigada.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Os diplomas são gerais, não são particulares!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Sra. Deputada... já acabou?

Deputada Alexandra Manes (*BE*): Ainda tenho tempo!

Presidente: É que a Senhora tanto sentada, como em pé, está sempre falando.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): É uma máquina!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudível dum deputado não identificado)

O Orador: Sr. Deputado, “Sua Majestade”, não. Depois de saber que há deputados que se sentam aqui com heranças de 60 alqueires, nunca mais me chamem “Rei do Corvo”.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Sr. Presidente, eu gostava de dizer, sobre esta matéria, que há mais de 30 anos que trabalho com jovens, como professor. Os jovens são algo fundamental na nossa sociedade em termos de mudança.

Eu considero que conhecendo-os bem, sei que os jovens não gostam de ser instrumentalizados do ponto de vista partidário, não gostam de ser instrumentalizados do ponto de vista dos dogmas que cada um dos partidos políticos tem.

Os jovens necessitam não de um discurso de *trincheiras*, em que se cavam trincheiras dogmáticas, a começar no Parlamento dos Açores, mas precisam dum discurso de integração, um discurso de motivação, um discurso em que estejam e sejam colocados ao nível da sua energia, capacidade de mudança, a capacidade para sonhar essa mudança na nossa sociedade, seja colocada ao serviço da mesma.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Por isso, da parte do Grupo Parlamentar do PPM, reconhecemos que é esse o espírito e que é essa a visão que o Governo Regional aqui transmite nesta proposta. Ou seja, uma proposta que é mais abrangente, que permite que os jovens tenham uma participação mais alargada na nossa sociedade, tomadas de posição mais alargadas no âmbito dos seus órgãos representativos. E consideramos que esse é o caminho que deve ser feito. É o caminho que deve ser trilhado. Não vamos cavar *trincheiras*. Não lhes vamos dizer que têm aqui este caminho e esta trincheira e que têm que fazer uma escolha.

A escolha dos jovens tem que ser os Açores e o futuro dos Açores. E temos que dizer a todos os jovens dos Açores que há um objetivo e há algo a defender. E o que há a defender é o futuro e o progresso dos Açores, fazer da nossa Região uma região mais justa.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: E que, independentemente da sua ideologia e do seu credo, todos fazemos Açores. E os jovens têm esse potencial que nós reconhecemos. Portanto queremos aqui transmitir que da parte do Grupo Parlamentar do PPM, sejam de esquerda, sejam de direita, é esse o propósito, não me interessa qual é a filiação de cada jovem, interessa-me é que esses sonhos se concretizem e que esse dinamismo seja transportado para a mudança na sociedade, como aconteceu ao longo de séculos. E é por isso que o nosso discurso é o discurso de integração, é o discurso de reconhecer que os jovens têm um papel importantíssimo e que no âmbito destas mudanças que estão a ser feitas, elas significam também uma boa perspetiva para o futuro, porque no futuro todos somos Açores e os jovens são muito necessários para a mudança que é preciso fazer.

Por isso, na nossa perspetiva, este diploma segue o caminho certo e nós, evidentemente, vamos votar favoravelmente, Sra. Secretária.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.
Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Gomes.

(O Deputado Vílson Gomes dá indicação de que prescinde do uso da palavra)

Presidente: Prescinde.
Sr. Deputado Flávio Soares...?

(O Deputado Flávio Soares dá indicação de que prescinde do uso da palavra)

Presidente: Prescinde também.
Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (IND):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Decreto Legislativo Regional que estamos aqui a debater, gostei bastante do título – “regime de políticas de juventude”. O título é francamente promissor e atual, porque faz falta à nossa Região efetivamente verdadeiras políticas de juventude, as quais, infelizmente, não vi – passe a expressão - *talhadas* neste diploma. Para além de ser um documento *poucochinho*, ainda é um documento tardio.

O *poucochinho* deve-se à responsabilidade de quem o fez. O tardio já as responsabilidades são partilhadas e podemos falar delas daqui a bocadinho.

Esperava neste regime de políticas de juventude, que fosse abordado de forma objetiva a definição de estratégias para a habitação jovem, nomeadamente a compra, aquisição, construção, as cooperativas de habitação, modelos que permitissem definir um formato, um objetivo, para que a habitação não seja para os nossos jovens um constrangimento, como infelizmente é e não vem de há pouco tempo.

Esperava, também, ver definidos padrões para recuperação daquilo que são os nossos (baixos) índices de formação superior na Região. É preciso perceber através da Universidade dos Açores e auscultando os jovens, para perceber o que se passa na formação superior dos jovens dos Açores que é abaixo da metade da média nacional.

Esperava, também, perceber que havia objetivos de fixação dos nossos jovens nas suas localidades especificamente, mas também na abrangência regional. Não vi!

Esperava ver políticas que permitissem perceber a adequação ou não dos nossos jovens relativamente às ofertas laborais que existem na Região e àquelas que são as atividades necessárias ao pleno desenvolvimento da nossa atividade económica.

Esperava ver incentivos, ou políticas de incentivo à natalidade, algo que nos permitisse contornar o problema demográfico que se vive na Região, também não vi. Aliás, não vi uma única vez a palavra *natalidade* neste documento.

Esperava ver, também, políticas que nesta natalidade permitissem que as famílias, ou que as novas famílias, pudessem conjugar a natalidade com a realização pessoal e profissional de cada açoriano, também não vi.

Portanto, o que vi foi um conjunto de regulamentação que procura - essa parte acho bem - criar regras para atribuição de subsídios e criar alguns mecanismos que estavam debilitados ou desatualizados no tempo em relação a certas matérias. Mas permitam-me a comparação, para dizer que neste momento estávamos a falar da *decoração da casa*, quando ainda falta falar da *casa*.

Todas essas situações que eu identifiquei sobre a habitação, a realização pessoal, a natalidade, têm que estar estabelecidas com calendarizações que poderiam eventualmente ser corrigidas no tempo, por não se conseguir objetivos, mas que, pelo menos houvesse um objetivo já inicial de estabelecer calendarizações, monitorizações, atualizações dessas motorizações, isto é, algo que nos permitisse saber onde estamos e como é que estaremos daqui por 3, 4 ou 5 anos.

Isto é fundamental, porque estamos a falar de jovens.

Eu poderia dizer que os nossos jovens merecem esta atenção, mas neste momento, a palavra a utilizar nem sequer é “merecem”, é ainda mais graves; os jovens “precisam” de toda a atenção. E é por isso que eu quando há pouco disse que quanto ao tardio, as culpas têm que ser partilhadas, os nossos jovens precisam de celeridade.

Este documento, conforme foi apresentado, é um documento de início de legislatura e não um documento quase de fim de legislatura. E fomos consultar o documento e vimos que ele deu entrada no dia 27/04/2022.

Sras. e Srs. Deputados, este que está aqui há quase um ano e meio. Para mim, atendendo à urgência do assunto que se está aqui a tratar, isso é inadmissível, Sras. e Srs. Deputados, porque existe uma Comissão Eventual que está a tratar da revisão do Regimento da Assembleia.

Esta semana – e nos outros plenários - ainda hoje e ontem, também, andámos aqui, voto atrás de voto, ora de congratulação, ora de louvor, alguns repetidos

sobre a mesma matéria, e fica um diploma desta importância 15 meses à espera de um dia ser discutido.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Já terminarei.

E depois mais não sei quanto tempo para regulamentar as diversas matérias que estão aqui identificadas.

Isto é grave demais, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): A culpa é do Presidente dessa Comissão!

O Orador: O alerta que lhe faço é que aperte com os senhores da Comissão Eventual.

Este Regimento tem que ser revisitado, tem que ser alterado, porque não podem diplomas dessa importância e outros semelhantes, ficarem presos nesta Assembleia durante este tempo todo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Berto Messias (PS): A culpa é do Presidente dessa Comissão!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Aí está a defesa da honra da Comissão.

O Orador: Em relação à Comissão, ela está a fazer um ótimo trabalho, qualquer atraso é da responsabilidade do seu Presidente. Sra. Deputada Alexandra Manes, há pouco inscrevi-me para lhe responder em relação à sua iniciativa e do Bloco de Esquerda e dizer-lhe que estou de acordo, vamos votar favoravelmente a sua proposta de alteração.

Em relação às propostas do PAN, eu estou de acordo com a sua esmagadora maioria e também vamos votar favoravelmente.

Também devo dizer que vamos votar favoravelmente uma parte significativa das propostas aqui apresentadas pelo Partido Socialista.

Portanto, o discurso cá há pouco fiz, Srs. Deputados, é o discurso da integração, foi o discurso de que este é um tema transversal, este é um tema em que temos que dar o exemplo de unidade nesta matéria de valorização da juventude e das políticas de juventude. Não é um discurso vão, é um discurso que se irá concretizar depois, na prática, na votação, vamos realizar algumas coisas, porque há uma parte significativa das alterações que vamos votar favoravelmente.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Gomes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, porque há aqui uma questão à qual não cheguei a responder há pouco, quando se fala na composição dos órgãos executivos das associações. Nós propomos manter a percentagem de 75%, alargando, naturalmente, a idade legível, passando dos 30 para os 35 anos.

Por isso, a argumentação que foi utilizada de que o PS está fora da realidade das associações, não é verdade, porque nós aumentamos a idade, mas também mantemos a percentagem, dado que pode surgir uma pessoa com 50 ou 60 anos que possa liderar uma associação e não é isso que nós pretendemos.

Queria terminar focando-me apenas em mais um aspeto.

A Sra. Secretária há tempos elaborou e criou um gabinete para orientação vocacional.

Quais são os resultados desse gabinete?

E também gostava que informasse a câmara quantos planos pessoais de emprego foram criados até à data?

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Alexandra Manes: O diploma regional já refere a questão da igualdade. E, portanto, não é verdade aquilo que a Sra. Deputada quis trazer a esta câmara de que o diploma não tinha qualquer objetivo nessa área. Aliás, a alínea a) do Artigo 3º - e passo a citar - refere: "o desenvolvimento dos valores democráticos através da promoção de programas e ações tendentes a potenciar a convivência, a liberdade, a igualdade, a tolerância e a solidariedade, bem como o espírito crítico". E, portanto, Sra. Deputada, obviamente, como pode perceber nesta alínea, a igualdade é um objetivo deste diploma, como não podia deixar de ser. E nesse aspeto nós concordamos e por isso é que aqui está.

Sr. Deputado Vilson Ponte Gomes:

Relativamente àquelas que foram as minhas posições no passado, já humildemente assumi e é importante realçar o seguinte:

Quem nunca muda ou quem não assume o seu erro, no sentido de estudar aprofundadamente aquilo que estamos, neste caso, a discutir, quem não realiza a auscultação das instituições, das associações, dos parceiros ligados à juventude, é que poderia manter aquela que é a visão do Partido Socialista que é deixar o Governo Regional de ser o Presidente do Conselho de Juventude dos Açores.

E, portanto, Sr. Presidente, se nunca mudarmos o caminho, vamos acabar exatamente onde o Partido Socialista nos deixou...

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... que foi uma herança pesada em determinadas áreas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não apoiado!

O Orador: E no que diz respeito à juventude, foi uma delas também!

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Está inscrita a Sra. Deputada Alexandra Manes, tem a palavra.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretárias e Secretários Regionais:

Faço esta intervenção para responder àquela que foi a intervenção do Sr. Deputado Flávio Soares e fazer-lhe aqui uma pequena, muito resumida, resenha histórica.

Historicamente é assim:

Deputado Flávio Soares (PSD): Deve ter sido um conselho do Sr. Deputado José Contente!

A Oradora: Ó Sr. Deputado Flávio Soares, eu não sei como é que feita a sua assessoria, mas a minha está lá em baixo, não está aqui ao lado.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Portanto, historicamente, desde a Revolução Francesa que se fala de igualdade, se bem se lembra. E esta igualdade para a revolução francesa, e durante anos, nunca teve a menção de igualdade de género. O que eu lhe quero dizer com isto é que ter a palavra *igualdade*, não significa que seja igualdade de género, Sr. Deputado. Portanto a diferença está aí.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E ter *igualdade de género* significa ter igualdade?

A Oradora: Quero também informá-lo de que a palavra igualdade, historicamente, não significa igualdade de género, portanto continuamos na mesma. O diploma não tem qualquer referência à igualdade de género – Lamento!

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): A sério?

Deputada Alexandra Manes (BE): Falar de género não é igual.

Presidente: A Assembleia tem dicionários e enciclopédias. Posso mandar vir. Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

Deputada Alexandra Manes (BE): Acho que há necessidade de clarificar algumas coisas!

(*) **Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro):** Muito obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputados Vílson:

Fez duas intervenções e, portanto, vou responder às questões que me foram colocadas.

Primeiro, tenho a agradecer a sua segunda intervenção porque nela vem retratar-se e dar o dito pelo não dito. Até tive oportunidade de tomar nota e, na verdade, só veio confirmar aquilo que suspeitávamos.

Quanto nos pergunta se nos sentimos confortáveis pela não alteração, a realidade é que os senhores é que sentirão confortáveis durante 15 anos em não alterar o DLR, quando não funcionava o associativismo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Outra vez?! Oh senhora!

Deputado Vílson Gomes (PS): A senhora esteve cá!

A Oradora: ...limitavam os direitos dos jovens, o que fez encerrar associações. Mas sabe, Sr. Deputado, esse não é o nosso entendimento e não nos sentimos confortáveis.

Esta proposta de diploma vai ao encontro das pretensões das associações, porque nós ouvimos as associações. E isso está bem representado neste diploma. Os jovens foram ouvidos e temos exemplos disso através das iniciativas que apresentámos. Mas, Sr. Deputado, tenho aqui duas notas para dar-lhe dar, nomeadamente em relação ao GOV (gabinete de orientação vocacional), para dizer-lhe, desde logo, que temos mais de 600 planos pessoais, dos quais 350 envolvem os jovens, amanhã vamos para o Nordeste, vamos 4 dias para as Flores, por isso, nós não estamos parados, estamos sempre em movimento.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: Em relação a outras medidas, posso também dar-lhe nota dos dados relativos ao emprego jovem e à contratação dos jovens.

Desde 2021, temos apoiado a contratação de 3 mil jovens (até aos 30 anos).

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não foi isso que eu perguntei!

A Oradora: Temos desemprego jovem registado com valores mínimos.

Em dezembro de 2019, sabe quantos jovens (registados) desempregados tínhamos? 2775 jovens registados.

Sabe quantos é que tínhamos em maio de 2023? 1846.

Relativamente aos estágios, importa aqui relembrar que foi este Governo que procedeu à alteração do estágio em que conferiu proteção social; valorizou os estágios na iniciativa privada que faz obrigação de contratar; majora os prazos a

nível dos estágios em determinadas ilhas; ou seja, este Governo tem provas dadas e demonstra resultados.

É isso que vos incomoda!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Gomes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uso da palavra novamente, porque a Sra. Secretária não respondeu à pergunta que eu lhe fiz. Eu perguntei-lhe o seguinte:

Quantos planos pessoais de emprego criou até à data o Gabinete de Orientação Vocacional?

Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Respondi sim.

Já disse: 600!

Novamente, está desatento!

O Orador: Então peço desculpa pois não cheguei a perceber. E digo mais uma coisa: acho que o resultado final deste debate é não esquecer a manipulação e o controlo que está neste diploma, através da criação do Fórum de Juventude dos Açores, que é um escândalo para as associações de juventude na Região.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Parreira.

(*) **Deputado José Luís Parreira (IL):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de esclarecer esta Casa que a afirmação feita pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre os 60 alqueires que eu tinha para herdar é falsa. E se não me tivessem interrompido na altura, iria explicar que tenho mais dois irmãos, portanto, seriam 20 alqueires a cada um.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

Sr. Deputado, quando manifestei na altura manifestei a ambição de aspirar e ter mais no futuro, que é uma ambição legítima, os senhores riram-se, como se eu

devesse ficar satisfeito pelos meus pais terem construído aquilo que já tenho. Evidentemente tenho a ambição de construir em cima do trabalho deles que foi um trabalho muito duro.

Sras. e Srs. Deputados, no âmbito do tema da Juventude, um dos fatores que eu penso que é importante ser discutido, é a literacia financeira dos nossos jovens. E de manhã, vi diabolizarem, por exemplo, a poupança que é algo que os jovens devem ter em conta e devem começar a fazer desde o início.

Deputado Pedro Neves (PAN): Ninguém disse isso.

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, investir, por exemplo, num ETF (corresponde a investir num índice) é uma das formas dos jovens salvaguardarem o seu futuro.

Portanto, termino a minha intervenção dizendo que a literacia financeira dos jovens também não pode ser esquecida nestes temas da juventude.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado José Luís Parreira:

É realmente uma injustiça eu não ter dito que tinha que dividir por três a herança de 60 alqueires. Ou seja, é um pouco menos.

De qualquer das formas em relação a esta questão da gestão económica e financeira e da literacia dos jovens nesta área...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Literacia financeira!

O Orador: ... eu acho que é relevante, já se faz, aliás, em muitos países do Norte da Europa, eu próprio pude observar numa viagem que fiz (não à Estónia) à Islândia, onde estive uma semana, como Presidente do Conselho Executivo da Escola, onde aliás, tinham aulas de xadrez também e eu passei pela vergonha de (quase) perder um jogo com uma miúda de 12 anos, mas depois ela distraiu-se e eu consegui ganhar o jogo. Ela já estava farta de esperar e abençoada distração! Mas tive a oportunidade no currículo de verificar que a literacia nessa matéria era algo que os jovens...e, devo dizer, em muitas das nossas escolas nos Açores já se faz a mesma coisa também. Mas esta minha intervenção é também para fazer referência a esta questão da igualdade de género.

Eu aqui devo dizer que concordo com a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olha, olha!

O Orador: A questão da igualdade já era falada antes da Revolução em 1789. No entanto, o direito de voto às das mulheres, por exemplo, em França, só chegou a ser introduzido na Revolução Francesa em 1789.

Por isso é que o PPM concorda que se faça uma referência específica à igualdade de género. E defendemos isso.

Evidentemente que os partidos da Coligação, sobre esta matéria, fazem interpretações diferentes, somos partidos diferentes embora com um projeto comum, mas em relação a esta matéria, de forma específica, reitero aquilo que disse, ou seja, acho que é importante assinalar de forma específica a questão da igualdade de género.

Fundamentalmente também, e para terminar aquela que é a minha última intervenção sobre esta matéria, para dizer que em relação a quem preside ao Conselho de Juventude dos Açores, eu quero dizer que sobre esta matéria há uma enorme incongruência por parte do Partido Socialista, o qual ao longo de todos estes anos, ao longo de todas as legislaturas, teve a oportunidade, se não concordava que a presidência deste Conselho da Juventude dos Açores fosse exercida por parte dum membro do Governo, teria alterado a legislação, pois tinha maioria absoluta.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: O facto de o fazer só agora, quando é oposição, demonstra que se calhar não era essa a sua posição, porque vejam bem, parece um pouco oportunista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Fizemos mais do que o senhor quando estava na oposição!

O Orador: Reparem bem, se olharmos para a bancada da frente, vemos que o ex-Presidente do Governo Regional, que agora é o Presidente do Grupo Parlamentar do PS, é o mesmo. A Sra. Secretária é a mesma. O Sr. Deputado Francisco Coelho ali está já há algum tempo como deputado e também foi membro do Governo, O Sr. Deputado Berto Messias também, e ainda muito próximo da juventude.

Deputado Berto Messias (PS): Oh Sr. Deputado, *muito próximo* da juventude não, *parte integrante* da juventude!

O Orador: Em relação a esta matéria, todos eles tiveram oportunidade de alterar a legislação, mas nunca o fizeram durante aquele período nunca pensaram diferente sobre esta matéria.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Também o senhor!

O Orador: Só agora é que o fazem e porquê?!

Porque têm uma visão oportunista da política.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.
Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação deste diploma. Vamos começar pela votação na generalidade desta Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII - “Regime de Políticas de Juventude para a RAA”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/XII foi aprovada, na votação na generalidade, com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Entramos no debate e votação na especialidade. Pergunto se há alguma inscrição para este o debate.

Não havendo, vamos votar.

Pergunto à câmara se posso colocar à votação os dois primeiros artigos em conjunto?

Estão à votação, o 1.º e o 2.º Artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 3.º há uma proposta de aditamento da alínea j), apresentada pelo Bloco de Esquerda. É essa proposta de aditamento que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Votamos o Artigo 3.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

Secretário: O Artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Artigos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º não têm propostas de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os Artigos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 9º, para o qual há duas propostas de aditamento do PAN, para as alíneas k) e l).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas à votação foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Votamos agora o Artigo 9º com estas propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 9º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento dum Artigo 9º-A proposto pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas à votação, foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do CHEGA.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento dum Artigo 9º-B proposto pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocadas à votação, foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do CHEGA.

Presidente: Está à votação o Artigo 10º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 11º, há três propostas de alteração do PSD, do CDS-PP e do PPM.

Vamos, então, votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM para a alínea o) do nº1 do Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM à alínea r) do nº1 do Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do PAN e 1 Deputado Independente, 1 do CHEGA e 2 votos contra do BE e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, ficou por votar uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, à alínea a) do nº1.

Diga Sra. Deputada?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, a Coligação ainda apresentou uma proposta de aditamento.

Presidente: Eu estou falando da vossa proposta da alínea a) que não foi votada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim, não foi, é verdade.

Presidente: Vamos então votar o aditamento apresentado pelo PSD, CDS-PP e PPM da alínea s) ao nº 1 do Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 20 a favor do PSD, 3 CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea a) do nº1 do Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente e 24 a favor do PS e 1 do PAN.

Presidente: Posso colocar as duas propostas de aditamento do PS ao nº 5 e nº 6? Não...?

Então votamos a proposta de aditamento do nº 5 ao Artigo 11º apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do nº 6 ao Artigo 11º apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS e 1 do PAN.

Presidente: Vamos votar o Artigo 11º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 11º colocado à votação foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 1 voto contra da Iniciativa Liberal e 24 votos de abstenção do PS.

Presidente: Passamos ao Artigo 12º.

A primeira proposta de alteração à alínea b) do nº 1 do Artigo 12º é apresentada pelo Partido Socialista e está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à alínea f) do nº 1 do Artigo 12º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 12º, com estas propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 12º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Luis Parreira para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado José Luís Parreira (IL):** Sr. Presidente, eu gostava de pedir a repetição da votação da proposta de aditamento ao Artigo 9º, apresentada pelo Partido Socialista, ou seja, a criação dos Artigos 9º-A e 9º-B.

Presidente: Então vamos repetir.

Estão à votação as propostas de aditamento apresentadas pelo Partido Socialista dos Artigos 9º-A e 9º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas à votação foram aprovadas com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Os Artigos 13º e 14º não têm propostas de alteração. Podemos votá-los em conjunto?

Portanto, votamos os Artigos 13º e 14º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os Artigos 13º e 14º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: O Artigo 15º tem uma proposta de alteração do Partido Socialista, ao nº 1. E é essa proposta de alteração que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Votamos agora o Artigo 15º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça favor de sentar.

Secretário: O Artigo 15º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, posso colocar à votação as três propostas de aditamento do PS? Não...?

Vamos então votar a proposta de aditamento de um Artigo 15º-A proposto pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação uma proposta de aditamento apresentada pelo Partido Socialista de um Artigo 15º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um Artigo 15º-C, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação o Artigo 16º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 16º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao Artigo 17º, apresentada pelo PSD, CDS e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Votamos agora o Artigo 17º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 17º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 voto contra do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um Artigo 17º-A proposto pelo PSD, CDS e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 20 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do CHEGA.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como vamos passar à votação do Artigo 18º e gostaria, de certa forma, de explicar aquilo que está neste artigo.

Este artigo refere que é preciso que nos órgãos executivos das associações juvenis haja 60% de jovens. Isto é a proposta que o Governo Regional faz. Ora, a proposta de alteração do Partido Socialista passa a ter a necessidade de haver 75% de jovens nos órgãos executivos dessas associações. Com os problemas demográficos que temos em ilhas pequenas como o Corvo, Graciosa, São Jorge ou as Flores, isto vai ser extremamente penalizador para as nossas associações. E, portanto, ou nós temos um discurso de querer ter associações ativas e dinâmicas, em especial nestas ilhas mais fragilizadas e mais pequenas, ou então estamos a virar costas a juventude e estaremos a impulsionar que as associações se mantenham apenas em ilhas maiores.

Portanto, queria deixar apenas esta nota que para mim, parece-me, merece ser realçada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Gomes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho que deixar esta nota à câmara, porque a intervenção do Sr. Deputado Flávio Soares pode induzir em erro o próprio plenário.

O Partido Socialista propõe a manutenção dos 75%, mas alarga a idade para os 35 anos. E isso não foi dito aqui e é importante que se diga para também contribuir para que haja associações de juventude e haja associações representativas dos jovens açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Vamos continuar as votações.

Está à votação a proposta de alteração à alínea a) do n.º 1 do Artigo 18.º, do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao n.º 2 do Artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM à alínea b) do n.º 3 do Artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS ao n.º 4 do Artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o Artigo 18.º com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 18º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Artigos 19º e 20º não têm propostas de alteração, pelo que se não houver objeção vou colocá-los à votação em conjunto.

Estão à votação os Artigos 19º e 20º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos colocar à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, à alínea c) do nº.1 do Artigo 21º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputados Independente.

Presidente: Vamos votar o Artigo 21º com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 21º foi aprovado por unanimidade

Presidente: O Artigo 22º tem uma proposta de alteração do PSD, CDS e do PPM à alínea a) do nº. 1 do Artigo 22º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 PAN, 1 voto contra do Deputado Independente e 1 abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: O Sr. Deputado Pedro Neves pede a palavra para?

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, é só para pedir um intervalo regimental de 5 minutos.

Presidente: Sim senhor.

Voltamos às 18h10.

Eram 18 horas e 05 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade às votações.

Eram 18 horas e 30 minutos

Tínhamos votado a proposta de alteração ao Artigo 22º, falta votar o Artigo com esta proposta de alteração que aprovámos agora.

Está à votação o Artigo 22º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 22º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 1 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do PAN e 1 abstenção da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os dois próximos artigos não têm propostas de alteração. Posso pô-los à votação em conjunto?

Vamos votar então os Artigos 23º, 24º e 25º em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 26º para o qual há uma proposta de alteração da epígrafe da Coligação PSD, CDS e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então votar o Artigo 26º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 26º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 27º há uma proposta de alteração do PSD, CDS e PPM, à alínea c) do n.º 2 do Artigo 27º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 27º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 28º há uma proposta de alteração à alínea a) do n.º 6 do PSD, CDS e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos agora uma proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS, e PPM ao n.º 8 do Artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 28.º com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 28.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Artigos 29.º, 30.º e 31.º não têm propostas de alteração, pelo que podemos votá-los em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do Deputado Independente e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Estão à votação os Artigos 32.º e 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao Artigo 34.º, há cinco propostas de alteração do PSD, CDS e PPM.

Posso colocá-las à votação em conjunto?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

Deputado Carlos Furtado (Independente): Peço para se votar em separado as alíneas a) e e).

Presidente: Então vamos votar a alteração à alínea a) do n.º.3 do Artigo 34.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, e 1 abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Coloco agora à votação as propostas de alteração efetuadas pelo PSD, CDS e PPM às alíneas b), c), d) do n.º 3 do Artigo 34.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN, 1 abstenção da Iniciativa Liberal e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma alínea e), efetuada pelo PSD, CDS e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos votar o Artigo 34.º com as propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 34.º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN, 1 abstenção da Iniciativa Liberal e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados do Artigo 35.º ao Artigo 45.º, não há propostas de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Então vamos votar os Artigos 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º e 45.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados às votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 46.º a primeira proposta de alteração é do PSD, CDS e PPM, à alínea c) do n.º 1 do Artigo 46.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada às votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para este mesmo artigo há uma proposta de alteração do PAN. Trata-se duma proposta de aditamento da alínea f) do n.º 1 do Artigo 46º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Votamos agora o Artigo 46º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 46º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os próximos quatro artigos – 47º, 48º, 49º e 50º - não têm propostas de alteração.

Posso colocá-los à votação em conjunto?

Vamos então votar os Artigos 47º, 48º, 49º e 50 do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Os Artigos 51º e 52º também não têm propostas de alteração.

Posso colocá-los à votação em conjunto?

Sendo assim, estão à votação os Artigos 51º e 52º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 53º há uma proposta da aditamento apresentada pelo PAN, de uma alínea f).

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está então à votação o Artigo 53º do diploma com esta proposta de aditamento que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 54º há uma proposta de aditamento de uma linha e) apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Está à votação o Artigo 54º com a proposta de aditamento que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os próximos dois artigos não têm propostas de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estamos a falar dos Artigos 55º e 56º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: O Artigo 57º tem uma proposta de alteração apresentada pelo PAN, para a alínea e) do n.º 1 do Artigo 57º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Votamos agora o Artigo 57º com esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 57º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 58º há uma proposta de aditamento à linha e), apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento teve um resultado de empate com 24 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM e 1 do CHEGA e 1 abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de aditamento de uma linha e) ao n.º.1, do Artigo 58º, apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada, pelo resultado de empate em segunda votação, com 24 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN, 20 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do Deputado Independente e 1 abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação Artigo 58º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 1 abstenção da Iniciativa Liberal.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, dos Artigos 59º ao Artigo 74º, não temos propostas de alteração.

Posso colocá-los à votação em conjunto?

Então estão à votação todos estes artigos que eu enumerei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Em relação ao Artigo 75º, há três propostas de aditamento apresentada pelo PAN, de três alíneas – d), e) e f) – que podem ser colocadas à votação em conjunto se o proponente não vir inconveniente.

(O Deputado Pedro Neves do PAN dá nota da sua concordância)

Presidente: Portanto, estão à votação estas três propostas de aditamento ao Artigo 75º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas de aditamento colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 75º com as propostas de aditamento que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 75º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, do Artigo 76º ao Artigo 85º não há quaisquer propostas de alteração.

Assim sendo, pergunto se posso colocá-los todos em conjunto à votação?

(A Deputada Andreia Cardoso manifesta a concordância da sua bancada)

Presidente: Sendo assim, vamos então votar os Artigos 76º até 85º. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 86º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 86º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do Deputado Independente e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Em relação ao Artigo 87º há uma proposta de alteração apresentada ao nº. 2, pelo PSD, CDS, e PPM que coloco à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Votamos agora o Artigo 87º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 87º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 20 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, e 1 do Deputado Independente e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 88º com duas propostas de eliminação das alíneas d) e f), apresentadas pelo PSD, CDS e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: As propostas de eliminação foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o Artigo 88º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 88º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 89º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional nº.34/XII foi aprovada por unanimidade em votação final global.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional apresentou-nos uma proposta credível, justa, mas acima de tudo, adaptada à realidade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso!

O Orador: A Coligação apresentou propostas de alteração que vinham ajudar a enriquecer o documento. Estas foram, na sua maioria, aprovadas por esta câmara e, por isso, regozijamo-nos pela aprovação dessas mesmas propostas. Mas é importante realçar que de entre estas propostas, há uma que a mim me parece importante, ou seja, o facto de que, a partir de agora, a Associação Académica também vai passar a incluir o registo de assuntos de juventude...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... como forma de receberem apoios, uma vez que trabalham para jovens açorianos e têm integrados no seu executivo, jovens açorianos também, não na sua totalidade, obviamente. Mas, permitam-me dizer-vos que este

Governo tem feito um trabalho exemplar na adaptação de medidas relacionadas com a juventude.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os exemplos estão à vista, desde logo, o menor desemprego jovem da história nos últimos anos; a implementação de programas que vão ao encontro daquelas que eram as reivindicações das associações de jovens durante vários anos.

Presidente: Sr. Deputado, está a justificar o voto desta iniciativa?

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Exato!

O Orador: Exato, Sr. Presidente.

Eu estou a justificar que esta Proposta vem ao encontro do Programa apresentado pelo Governo Regional. E, por isso, Sras. e Srs. Deputados, estamos satisfeitos com a aprovação deste diploma que vai fazer toda a diferença no dia a dia das nossas associações juvenis, mas sobretudo, na vida dos jovens açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Há pouco na discussão da iniciativa, adjectivei-a de *poucochinho* e *tardia*. Mas como mais vale pouco e tarde do que nada, entendi por bem votar favoravelmente este diploma no seu todo, quer na especialidade quer na generalidade, quer também na votação final, porque acho que este poderá ser um mecanismo importante naquilo que será o futuro dos jovens doravante.

Queria, ainda, e no seguimento das votações que foram sendo feitas durante os últimos momentos, justificar algumas votações em que votei normalmente sozinho nesta câmara e que se prendem com as indicações que eram apresentadas como propostas de alteração relativamente ao PAN, onde se aborda a promoção da igualdade de género com o combate à discriminação de género. E permita-me, Sras. e Srs. Deputados, dizer que este é no meu entender, um não assunto da sociedade.

Felizmente, a nossa sociedade, no geral, tirando raras exceções, já evoluiu ao ponto de não termos que pôr em legislação matéria desta natureza, ela está

acautelada nos direitos constitucionais, está acautelada através de legislação específica. Não precisamos estar a todo o momento a refletir e a pôr no papel aquilo que é um direito de todas as pessoas e que todos nós já percebemos são aceites pela sociedade. Isto no meu entender, é redutor para a sociedade, mas também é redutor para as pessoas que têm o direito de ter orientações e posicionamentos diferentes relativamente à sociedade.

Por esta razão, e apenas por esta razão, por achar que é discriminatório estar constantemente a fazer alusão a esta matéria, é que eu não votei favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. do Governo:

Finalizámos uma votação que praticamente é o regime da Região Autónoma dos Açores para as políticas de juventude e que o Partido Socialista não descursa a importância deste diploma, até pelo contrário, apresentou um conjunto de propostas de alteração que vão melhorar o diploma, tendo em conta a realidade da nossa terra. E, por isso mesmo, nós não podíamos deixar de acompanhar a votação nalgumas circunstâncias, apresentando ao mesmo tempo também melhorias ao diploma, porque verdadeiramente ele diploma carecia - e carece ainda - de alguns ajustes. Mas o que nós esperamos é que os jovens açorianos não possam ficar de fora daquilo que são as respostas que necessitam para o seu dia a dia. Não encontramos respostas neste diploma que possam salvaguardar aquilo que é a sua emancipação, a sua procura do emprego digno com salário justo e tão pouco encontramos outras respostas em variadíssimos parâmetros da vida ativa dos jovens.

Por isso mesmo, não conseguimos acompanhar todas as propostas que foram submetidas a este diploma, no entanto e de certa forma, melhorámos também o contributo das associações juventude, ou seja, daqueles que queremos sejam mais participativos e mais envolvidos no que respeita à vida política e ativa em sociedade.

Por conseguinte, o Partido Socialista congratula-se pela sua proposta e pela sua capacidade de propositura e não se escondeu ou veio criticar por criticar, falar por falar. Veio apresentar propostas alternativas que possam melhorar, e com certeza melhoraram, este diploma. O que não compreendemos foi a votação nalguns aspetos, nomeadamente em relação ao Conselho de Juventude dos Açores, houve aqui um conjunto de incongruências que não foram respondidas pelo Governo Regional, nem pela bancada do PSD ou pelo interlocutor do PSD neste parâmetro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não se pode referir aos outros grupos parlamentares!

O Orador: E, portanto, é uma incongruência que ficou plasmada neste diploma...

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Foi tudo respondido!

O Orador: ... sendo que o Partido Socialista manteve a sua posição de voto e a sua posição de leitura em relação a este diploma.

Sendo assim, Sr. Presidente, eu termino...

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Ainda bem!

O Orador: ... esperando também, e foi também com esse entusiasmo, que o Partido Socialista apresentou propostas de alteração para responder efetivamente às preocupações daquele ou daquela jovem que está em casa e precisa de respostas do Parlamento e de nós, os agentes políticos.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Esta votação final global em relação deste diploma realizou-se por unanimidade.

Deputada Alexandra Manes (BE): Com alterações!

O Orador: Ou seja, há uma aprovação por unanimidade deste diploma e isto é muito significativo. Estão aqui partidos de diferentes setores ideológicos, mas o apelo que eu e o Governo Regional aqui fizemos, foi no sentido de pensarmos as políticas de juventude de uma forma aberta e plural, dando aos jovens a oportunidade de participar como muito bem entenderem, de acordo com os diferentes ideais que têm, mas dentro da pluralidade política, ideológica e social terem uma participação livre na nossa sociedade e termos mecanismos que permitam essa intervenção. Esse era o propósito do Governo Regional e esse propósito foi alcançado.

Por isso, eu quero aqui dizer é que está de parabéns o Governo Regional mas estão de parabéns todos aqueles que participaram na elaboração deste documento e que apresentaram diferentes propostas que foram integradas, desde o Partido Socialista ao PAN e também ao Bloco de Esquerda e, claro, aos partidos da Coligação. É, por isso, um diploma sólido que nos permitirá, de facto, melhorar agora as políticas de juventude que têm vindo a ser

implementadas. No entanto, obviamente que o êxito sempre que se aprova aqui um diploma, tem a ver depois com a sua execução, como é que é executado e como é que se consegue mobilizar a juventude para a participação. E esse é, digamos assim, um novo desafio para o Governo Regional e para a Sra. Secretária Maria João Carreiro que agora, com este instrumento na mão, poderá mobilizar a juventude dos Açores para uma participação cívica mais intensa.

Devo dizer que se tivesse sido apresentada aqui uma proposta, também teria votado, no sentido de incluir a literacia financeira, mas foi apenas uma sugestão, não apareceu, mas teria votado favoravelmente porque, entretanto, um professor dos meus tempos de Presidente do Conselho Executivo, disse-me: “mas eu já ensinava na escola do Corvo literacia financeira. O Sr. Presidente deveria ter-se apercebido disso”. Eu tinha uma leve recordação dessa matéria, mas também lhe respondi que o meu filho mais novo não deve ter ido a muitas aulas de literacia financeira de certeza absoluta – é bom que ele não esteja a ouvir esta gravação.

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD e CDS-PP)

Portanto, obviamente esta é uma matéria da maior importância este é um conjunto de desafios, como aqui foi bem referenciado por diversas forças políticas, que a juventude tem que enfrentar nestes novos tempos e que são cada vez mais plurais. Há um conjunto de novas lógicas que se tem vindo a afirmar e que nós temos que enfrentar de geração para geração, há outras problemáticas e é evidente que quando se diz que há um documento que não consegue chegar a todas essas categorizações, a todo esse conjunto de questões, bom, é óbvio que nenhum diploma o consegue fazer, até porque há uma mutação social constante, há alterações sociais constantes, há novas problemáticas e outras que entretanto se tornam arcaicas e que deixam de ser um problema. E, portanto, a juventude está sempre a enfrentar problemáticas novas, por isso é importante que esta técnica legislativa que o Governo implementou aqui venha enquadrar um conjunto de condições, possa prever um conjunto de condicionalismos e de temáticas que abrangem, grossomodo, aquelas questões que estão constantemente a surgir; a técnica de tentar prever as centenas de questões que podemos enfrentar na área juventude, obviamente seria estar a balcanizar uma intervenção e é impossível para um diploma legal.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Presidente: Peço desculpa, Sr. Presidente, já ultrapassei o meu tempo.

Para concluir, queria só dizer que essa não seria uma boa técnica legislativa. A técnica legislativa que foi utilizada, foi a de categorizar muito bem as temáticas e os campos de intervenção. E isso foi muito bem conseguido.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos avançar na nossa Agenda, para o ponto 4 relativo à **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 56/XII** – “sétima alteração ao DLR nº. 21/2009/A, de 2 de dezembro que estabelece o Regime Jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo”.

É uma iniciativa naturalmente apresentada pelo Governo Regional dos Açores. Tem a palavra, para a sua apresentação, a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi): Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Vice-Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os resultados dos últimos três anos de vida desportiva nos Açores são motivo de orgulho para todos nós.

Orgulho para este Governo, sem dúvida, mas acima de tudo, para os atletas, clubes, agentes desportivos, assim como respetivos adeptos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: A última época desportiva nos Açores foi a melhor da última década. O que vos trago, hoje, não é um discurso floreado. Trago factos sustentados por dados demográficos que demonstram, sem qualquer dúvida, que este é um ano em que os resultados ultrapassaram a mais otimista das previsões.

Vamos então aos números.

A nível do desporto federado em 45 modalidades, temos +1876 praticantes federados do que na época transata.

Em termos de participação feminina, tivemos na época de 2021/2022, o melhor registo não dos últimos 3 anos, mas de sempre; chegámos aos 32% de taxa de participação feminina.

Deputada Salomé Matos (PSD): Muito bem!

A Oradora: A nível dos números de escalões de formação que representam a larga maioria, temos quase +1000 praticantes federados do que antes.

As taxas de participação absoluta e potencial também cresceram, salientando-se que é a primeira vez que se verificam valores de taxa de participação absoluta acima dos 10%; e valores de taxa de participação potencial acima dos 30%.

Isto quer dizer que os açorianos estão cada vez mais ligados ao desporto e cada vez mais empenhados em dar o seu contributo e a melhorar o seu desempenho.

Por isso, é importante falar não apenas dos atletas, mas também dos árbitros ou juízes, são 1206; os treinadores que são 1159; e os dirigentes que são mais de 1700.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Ou seja, os valores registados ao nível de treinadores e dirigentes federados em 2022, foram os mais elevados de todos os anos; e o valor de árbitros/juízes federados, foi o segundo melhor valor dos últimos 18 anos.

Pretendemos, assim, contribuir para uma melhor caracterização do desporto nos Açores, possibilitando tomadas de decisão ainda mais conscientes e fundamentadas, quer por parte da administração regional, quanto aos objetivos assumidos no programa do Governo, quer por parte dos restantes intervenientes no processo de desenvolvimento desportivo.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Vice-Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito à sétima alteração do DLR n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, terceira alteração na presente Legislatura, pretende-se inovar no conceito de *jovem talento regional* que passa a ter duas fases distintas, por oposição ao que existe até ao momento, uma figura única. Assim, pretendemos criar o *jovem talento regional de nível A*, aquele que já está no nível superior do seu processo desportivo e próximo do estatuto de alto rendimento. E também o *jovem talento regional de nível B* que corresponde a uma fase inicial do jovem talento regional que está ainda numa fase inicial do respetivo processo desportivo conducente ao estatuto de praticante de alto rendimento.

Os números mostram que a maioria dos atletas não chega ao alto rendimento. Temos a intenção, com esta alteração, de fazer chegar mais recursos a quem está próximo de atingir a inclusão no estatuto de alto rendimento, uma vez que as seleções nacionais são alimentadas por praticantes deste nível de excelência. Com esta medida, pretendemos aumentar o apoio aos atletas com classificações mais próximas do alto rendimento, diferenciando-os daqueles que ainda estão distantes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Assim, um atleta *jovem talento regional de nível A*, com um pouco mais de apoio financeiro, terá a possibilidade de participar em mais provas e de realizar mais estágios do que tinha anteriormente, vivenciando o nível desportivo que se quer de excelência.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: Se não tivermos participações nas seleções nacionais nem alcançarmos as grandes competições internacionais, dificilmente poderemos almejar participações olímpicas.

É também necessário realçar que na presente Legislatura foi alargado o número de modalidades consideradas prioritárias integrantes no Conselho Açoriano para o Desporto de Alto Rendimento, passando a estar representadas todas as modalidades olímpicas e paraolímpicas, ou seja, de 8 modalidades, passámos para 16.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ainda em relação ao presente DLR, propomos mais duas alterações ao nível da participação competitiva internacional que está dirigida aos clubes da Região e que tenham ascendido a esse patamar por direito próprio. Pretende-se simplificar, repito, **simplificar**, a celebração dos contratos/programa com os clubes. Propomos, assim, que o procedimento seja por despacho do Membro do Governo Regional responsável pela área do desporto, acelerando, assim, todo o processo.

A nível do Artigo 68º, pretende-se que os apoios aos clubes **não profissionais** que participem em competições de regularidade anual, sejam atribuídos por despacho do Membro do Governo Regional competente em matéria de desporto. Importa aqui referir que para esta atribuição serão incluídos critérios que tenham em conta o potencial de desenvolvimento turístico dos Açores, em associação com fatores de sustentabilidade do projeto de desenvolvimento desportivo em questão.

Termino como comecei. Os mais recentes dados da atividade desportiva dos Açores são motivo de orgulho para todos nós. Orgulho para este Governo, mas acima de tudo, para os praticantes, para os clubes, para os agentes desportivos e assim como os respetivos adeptos.

Queremos continuar este caminho, cientes que não interessa vencer esta corrida de 100 metros, mas sim terminar esta maratona. Feito este que só se consegue com trabalho diário, sacrifício e dedicação.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura), e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Apesar destes excelentes resultados, não vamos nem queremos parar, pois o que move este Governo dos Açores são as nossas 9 ilhas e os açorianos.

Disse.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos agora a discutir a sétima alteração apresentada pelo Governo Regional, no diploma que estabelece o regime jurídico do apoio ao movimento associativo e desportivo.

Esta alteração surge daquilo que são as necessidades identificadas por parte dos desportistas dos clubes ao longo da época, nas diversas modalidades, mas também em relação a questões muitas vezes levantadas até no próprio CADAR relativamente à forma como estava designado o *jovem talento* e, como tal, esta iniciativa vem ao encontro e resulta dessas necessidades identificadas.

Também no que concerne, como foi dito pela Sra. Secretária, a questão da alteração surge daquilo que é o *jovem talento regional*. A verdade é que agora esta alteração visa exatamente distinguir duas categorias com o objetivo de potenciar aquilo que são os nossos atletas que muitas vezes até ficam perto, no limbo de serem um jovem talento, mas como não há nenhuma distinção e o jovem talento está integrado numa categoria única, acabam por não conseguir atingir e isso também é motivo e é gerador de desmotivação por parte desses atletas. E com esta alteração, a verdade é que vamos ter duas categorias, como já foi mencionado. O *jovem talento regional A* num nível superior, praticante de alto rendimento, que já representa seleções nacionais a nível de participação de campeonatos do mundo, da Europa, eventualmente até integrados em centros de alto rendimento, e o *jovem talento B* que vê que é um atleta numa fase mais inicial do seu trajeto desportivo, mas que atinge já resultados de mérito com o intuito de continuar este seu percurso desportivo, sempre com o objetivo final de termos na Região cada vez mais atletas designados de *atletas de alto rendimento*. É esse o objetivo e têm sido dado passos nesse sentido, tem sido feito um trabalho de muito empenho, quer dos próprios atletas, quer dos próprios clubes. Um trabalho destes atletas que muitas vezes é muito exigente, de grande sacrifício, onde temos jovens empenhados e focados no seu sucesso desportivo, numa fase da vida que muitas vezes têm que ficar em casa, em vez de saírem com os colegas, com os amigos. E, portanto, isto exige sem dúvida dos atletas e das suas famílias, um grande foco naquilo que são os objetivos que se pretende alcançar. E, portanto, esta iniciativa vem exatamente potenciar cada vez mais os nossos jovens, para que se atinja este nível desportivo.

Também nos parece que esta alteração prevê uma forma de simplificar todo este processo, em que aquilo que é o envelope financeiro que apoia as equipas na Região que participam nas competições nacionais, quer também o apoio dado às equipas em atividades internacionais, que este apoio, neste momento, é

definido por resolução do Governo, e o que se pretende, de forma a agilizar todo este processo, que esta decisão passe para a competência de quem tem esta competência no Governo, neste caso, a Secretaria Regional e o Diretor Regional da Saúde e Desporto, de forma também a agilizar todo este processo. Ao longo desta caminhada e naquilo que concerne esta prática desportiva, a verdade é que na tentativa também de agilizar e criar maior previsibilidade aos clubes e às associações desportivas, existiu uma alteração que quanto a nós foi muito importante que foi definir e atribuir em agosto 50% do valor e o restante no início do ano. Parece-nos que esta alteração também é significativa, até porque o que está instituído era isto acontecer no ano transato e, portanto, este é também um apoio aos clubes e às associações por forma a terem uma maior previsibilidade, ou ainda a discriminação do apoio dado às equipas masculinas e femininas que também foi corrigido por este Governo Regional.

Esta é, sem dúvida, mais uma medida que visa que a nossa Região consiga cada vez mais potenciar os nossos jovens e a alcançar os resultados de grande destaque.

A verdade é que já temos atletas de alta qualidade e de alto rendimento que têm feito um percurso extraordinário na nossa Região e é exatamente isso que esta iniciativa visa, ou seja, potenciar cada vez mais os nossos jovens para atingir estes patamares desportivos.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O XIII Governo Regional dos Açores apresenta-nos uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que contempla a sétima alteração ao DLR nº. 21/2009/A, de 2 de dezembro que “estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo”.

Este é um diploma que tem vindo a ser atualizado ao longo do tempo, de forma a corresponder sempre em função da realidade desportiva atual. Parece-nos que estas alterações clarificam as regras e critérios que estipulam o que é um *jovem talento* e também um *atleta de alto rendimento*. Sendo o patamar superior do desporto, estes são atletas que dedicam de forma árdua e disciplinada muitas horas da sua vida em prol de uma atividade desportiva em que se destacam num meio bastante conhecido pela Sra. Secretária Regional, Mónica Seidi. Ficam para trás momentos de lazer, de convívio, de diversão que estes atletas abdicam com o desígnio de atingir os grandes pódios que refletem todo o seu esforço e dedicação. Para chegarem mais longe, é necessário que as legislações nesse âmbito sejam claras e desburocratizadas, no que concerne os apoios a conceder pelo Governo Regional.

As alterações propostas, dão relevo aos eventos desportivos com relevância turística, na medida em que estes são um veículo de promoção da nossa terra, levando a nossa bandeira e nome além-fronteiras, o que nos enche de orgulho. Nesta pequena região insular, existe muito talento jovem e em várias modalidades, comprovado pelas conquistas de pódios ao longo dos anos onde existe cada vez mais competição e melhores resultados.

Vale a pena apoiar e insistir neste âmbito do desporto de alto rendimento. Há exigências físicas e mentais que levam anos a serem aprimorados e, para isso, foi criado este diploma, para dar condições a esses mesmos atletas e que agora é revisitado por este Governo Regional, onde o Grupo Parlamentar do PPM naturalmente dá seu voto favorável.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luis Parreira.

(*) **Deputado José Luís Parreira (IL):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em termos gerais, nada temos a opor às alterações propostas pelo Governo. No entanto, na nossa opinião, é necessário criar um diploma novo sem que o conteúdo dos seus artigos remeta para portarias. Por exemplo, quase todos os artigos alterados por esta sétima alteração ao DLR n.º 21/2019/A, de 2 de dezembro, remetem para portarias. Isto é como passar um cheque em branco ao Governo, uma vez que a portaria não passa por esta Assembleia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E a literacia parlamentar, não?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Mas advém da resolução de Governo!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tem razão!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Olha quem fala!

O Orador: Veja-se, por exemplo, o Artigo 20º - “apoio mínimo anual”.

(Apartes impercetíveis do Vice-Presidente do Governo e do Deputado João Bruto da Costa)

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou passar a dar alguns exemplos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Veja-se o Artigo 20º - “apoio mínimo anual a conceder a equipa”, remete para uma portaria.

Artigo 28º - “apoios a viagens e apoios complementares”, também remete para portaria.

Artigo 32º - “comparticipação financeira para a atividade competitiva internacional”, remete para portaria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há muitos diplomas da anterior Legislatura que remetem para portaria!

O Orador: Portanto, este continua a ser um diploma aberto à discricionariedade do Membro do Governo que, no essencial, decide sem ter em conta a opinião do Parlamento.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Falso! Não é verdade!

O Orador: Por exemplo, Sras. e Srs. Deputados, a passagem do envelope financeiro da palavra **Açores** do Turismo para o desporto, é um com o qual a Iniciativa Liberal está completamente de acordo e foi, aliás, o que sempre defendeu, porém as regras da atribuição dos apoios continuam a fugir ao escrutínio do Parlamento.

Em suma, esta alteração mantém o modus operandi de anteriores executivos do Partido Socialista, deixando ao Membro do Governo com a competência na matéria do desporto, a definição objetiva de aspetos fulcrais à boa concretização da legislação.

Disse.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional traz-nos aqui a sétima alteração a este diploma que tem por objetivos reconhecer o percurso desportivo do jovem talento regional, pressupondo que o seu objetivo final é alcançar o estatuto de alto rendimento.

A outra alteração aqui proposta consiste em conceder à Direção Regional do Desporto a responsabilidade da atribuição dos apoios para a participação em eventos de relevância turística, bem como a bem como a atribuição de outros apoios e prémios.

Em relação a estas propostas, nada temos a opor. No entanto, tendo em conta que esta é a sétima alteração a este diploma, e sendo já a terceira na presente Legislatura, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que deveria ter uma abrangência mais profunda, o que efetivamente não acontece.

Uma das alterações que se revela fundamental e necessária, se queremos efetivamente apoiar as atividades desportivas, e que diz respeito à revisão dos

contratos programa, é o facto de no atual diploma, não se considerar que as alterações ao nível geral dos preços tenham qualquer impacto nos montantes de participação financeira concedidos pela administração regional autónoma a estas atividades desportivas.

Como se quer que as atividades desportivas se desenvolvam se perante o quadro de instabilidade económica que vivemos e consequentes aumentos de preços, não se ajustam os montantes participados, sobretudo ao nível de deslocações, alojamento, alimentação e transportes?

Como tal, e neste sentido, o Bloco de Esquerda entrega aqui uma proposta, no sentido de alterar o que nos traz aqui o Governo Regional, por considerarmos que as oscilações de custos são condicionantes fortes à presença de atletas em provas. E de nada valerá criar legislação para facilitar o acesso ao estatuto de atleta de alto rendimento, para depois deixar uma brecha que pode impedir a sua presença em provas.

Obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi de imediato para intervir, porque não posso concordar obviamente com algumas coisas que já foram aqui ditas, as quais quero esclarecer de imediato de forma que esta seja uma votação transparente e que efetivamente se melhor aquilo que tem que ser melhorado, uma vez que estamos a falar de desporto e de apoios aos clubes e aos atletas da Região.

Começando pelo Sr. Deputado José Luis Parreira, eu percebo que tenha chegado agora, reconheço essa sua energia jovial, mas não posso concordar com aquilo que diz que estamos aqui a passar um cheque em branco e que há essa intenção. De todo não há essa intenção.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): O liberalismo é que passa cheques em branco, não somos nós!

O Orador: E também percebo que desconheça - é natural, não digo isto com qualquer tipo de intenção de ofender, o processo que leva até à atribuição do apoio. E a questão de ser uma portaria que atualmente é feita através de resolução, infelizmente o que se verifica, é que há equipas que chegam a esperar pelo menos 3 meses por este apoio.

Deputado Paulo Gomes (*PSD*): Muito bem!

Deputado Berto Messias (*PS*): Não é verdade!

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): é verdade sim senhor!

A Oradora: E isto é que não pode continuar a acontecer, porque põe em causa a participação da equipa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: É nessa perspetiva que se pretende simplificar o processo, sendo certo que obviamente a portaria é um compromisso da Secretaria Regional da Saúde e do Desporto, mas terá a anuência das Finanças.

Nós estamos aqui com espírito de responsabilidade e de sacrifício, mas não vamos ultrapassar os valores que têm sido maioritariamente constantes ao longo das últimas épocas nesta participação.

Portanto, aquilo que se pretende é apenas simplificar e tentar devolver os apoios às equipas de forma mais ágil. É só isso.

Em relação àquilo que falou da palavra **Açores** e o facto de te passar do turismo para o desporto, ainda bem que o fez, pois também permite-me este esclarecimento. Estamos aqui a falar de desporto não profissionais. E isso faz toda a diferença. E obviamente que este apoio ao passa faz todo o sentido. Vamos apoiar projetos que tenham em conta critérios não só quantitativos, mas também qualitativos.

E que critérios são esses?

São critérios que deem sustentabilidade ao processo de desenvolvimento desportivo do atleta, mas também, obviamente, a todo o clube e associações. E, portanto, há que ter em conta aquilo que é o número de unidades de treino, a participação competitiva, a duração dos quadros competitivos e das próprias épocas desportivas que, como sabe, não é igual para todas as modalidades, e a própria qualificação dos treinadores. Portanto, são tudo critérios que temos que ter em linha de conta nos apoios que são atribuídos no desporto não profissional e que estão associados à palavra **Açores**. E, portanto, há aqui uma diferenciação daquilo que era visto pelo turismo e daquilo que é o entendimento da Secretaria Regional da Saúde e Desporto, obviamente sustentada tecnicamente pela DRD. Isso faz toda a diferença e acreditamos que é uma mais-valia para o processo de desenvolvimento desportivo açoriano.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em relação à intervenção da Sra. Deputada Alexandra Manes, permita-me que lhe diga que vai ter que decidir de que lado é que quer estar:

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: se por um lado critica a sétima alteração e a terceira alteração na presente Legislatura, pois eu acho que esta terceira alteração, em tão curto espaço de tempo, só quer dizer que a DRD e a Secretaria Regional da Saúde e Desporto estão atentas ao dinamismo do setor e à necessidade de adaptar e de adaptar e de melhorar as condições, quer de treino quer de desenvolvimento, que são dadas aos clubes.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, se for necessário, é até expectável que até ao final da Legislatura seja necessário melhorar as condições de desenvolvimento desportivo dadas aos nossos clubes. E cá estaremos para o fazer.

E também ao nível da responsabilidade financeira, isto já em relação à proposta que o Bloco apresenta, pois bem, nós não podemos estar sujeitos à volatilidade do mercado; se por um lado, a Sra. Deputada vai ter que decidir se quer ser responsável, ou se quer ter aqui critérios de igualdade e se quer clubes com compromisso.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E isso é já uma decisão que o Bloco de Esquerda tem que tomar para dizer de que lado é que quer estar.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O Governo com toda a sua responsabilidade e de tudo aquilo que neste momento tem do ponto de vista de disponibilidade financeira, está cá para ajudar os clubes, está cá para ajudar os atletas. Já demonstrei ali na tribuna os dados que muito nos orgulham e, obviamente, são dados aos quais vamos continuar cá atentos e com toda a vontade de melhorar, porque como disse, o que move este Governo dos Açores são as suas 9 ilhas e os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação, Sr. Presidente, no sentido de pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Atendendo ao nosso horário, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 34 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís.

Partido Social Democrata (PSD)

João Luis Bruto da Costa Machado da Costa.

Deputados que faltaram à Sessão:

Tiago Alexandre dos Santos Lopes.

A redatora: Ana Paula Lemos.